**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS**
**CAMPUS ERECHIM**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR**
**EM CIÊNCIAS HUMANAS**

GILMAR MUNIZ GARCIA

# *CONFLITOS NO CAMPO BRASIL*:
# Mediação e representação da violência no campo sob a perspectiva da Comissão Pastoral da Terra (1985-2025)

Erechim
2026

**GILMAR MUNIZ GARCIA**

# *CONFLITOS NO CAMPO BRASIL*: Mediação e representação da violência no campo sob a perspectiva da Comissão Pastoral da Terra (1985-2025)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.
Linha de Pesquisa: 3 – Sujeito e Linguagem.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 15/09/2026

**BANCA EXAMINADORA**

gov.br Documento assinado digitalmente
PAULO RICARDO MULLER
Data: 04/11/2026 14:10:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Paulo Ricardo Müller – UFFS
Presidente da banca/orientador

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO VOJNIAK
Data: 05/11/2026 15:10:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fernando Vojniak – UFFS
coorientador

gov.br Documento assinado digitalmente
ELISETE SCHWADE
Data: 04/11/2026 16:26:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Elisete Schwade – UFRN
Membro titular externo

gov.br Documento assinado digitalmente
EVERTON DE MORAES KOZENIESKI
Data: 04/11/2026 14:14:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Éverton de Moraes Kozenieski – UFFS
Membro titular interno

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga – UFFS
Membro suplente

Erechim/RS, setembro de 2026

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

Av. Fernando Machado, 108 E

Centro, Chapecó, SC - Brasil

Caixa Postal 181

CEP 89802-112

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Garcia, Gilmar Muniz
CONFLITOS NO CAMPO BRASIL:: Mediação e representação da violência no campo sob a perspectiva da Comissão Pastoral da Terra (1985-2025) / Gilmar Muniz Garcia. -- 2026.
151 f.

Orientador: Doutor Paulo Ricardo Müller
Co-orientador: Doutor Fernando Vojniak
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2026.

1. Comissão Pastoral da Terra ? CPT. 2. Conflitos no Campo Brasil. 3. Conflitos por Terra. 4. Conflitos por Água. 5. Conflitos Trabalhistas. I. Müller, Paulo Ricardo, orient. II. Vojniak, Fernando, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A todos que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, juntamente com os povos da terra, das águas e das florestas.

## AGRADECIMENTOS

À Taíse Pasa, minha esposa, por ter cuidado de tudo e me dando todo suporte necessário para que eu pudesse realizar essa pesquisa.

Ao Frei Laudino Bertoldo, OFMCap, por todos os ensinamentos sobre a importância do bem comum, do cuidado com os necessitados e por me incentivar no caminho da evangélica opção preferencial pelos pobres.

À minha família, em especial ao meu pai, Neri Maciel Garcia, e à minha mãe, Orlanda do Santos da Silva Muniz, por sempre me incentivarem no caminho dos estudos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Paulo Ricardo Müller, e ao meu coorientador, Professor Doutor Fernando Vojniak, pelas leituras atentas e contribuições ao trabalho.

À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus de Erechim/RS, e ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, pela oportunidade de realizar essa pesquisa, em especial aos professores Paulo Ricardo Müller, Halferd Carlos Ribeiro Junior, Gerson Wasen Fraga, Fernando Vojniak, Éverton de Moraes Kozenieski, Adriana Richit, Zoraia Aguiar Bittencourt, Luís Fernando Santos Corrêa da Silva e Paula Vanessa de Faria Lindo que fizeram parte dessa caminhada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, visto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço de forma especial, à banca examinadora deste trabalho pela disponibilidade, por aceitarem o convite e pelas contribuições do Professor Doutor Paulo Ricardo Müller, Professor Doutor Fernando Vojniak, Professor Doutor Éverton de Moraes Kozenieski, Professora Doutora Elisete Schwade e Professor Doutor Gerson Wasen Fraga.

Ao Fernando Haetinger Masera da Silva e ao Pedro Alexandre Pouzada Mandelli pela parceria e amizade.

Aos professores João Carlos Tedesco e Dinarte Belato pelo envio de tantos livros para a produção dessa pesquisa.

Ao CEDOC-CPT, em especial ao Carlos Henrique Silva pelo envio do acervo dos cadernos da CPT e por estar sempre disponível e solícito as demandas da pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente colaboraram para a realização desse trabalho.

Toda ciência, tomada isoladamente, não significa senão um fragmento do universal movimento rumo ao conhecimento.

Marc Bloch

## RESUMO

Em 2025, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) completou cinquenta anos de presença pastoral e assessoria junto às diversas comunidades camponesas, aos movimentos sociais de luta pela terra, aos povos e comunidades tradicionais. Nesse período, a CPT atuou para denunciar a violência sofrida por essas comunidades por meio de um relatório, ou cadernos como ficou popularmente conhecido, publicado anualmente a partir de 1985 intitulado Conflitos no Campo Brasil. Neste trabalho, procurou-se mostrar, por meio da análise dos dados publicados no cadernos entre 1985 e 2025, como a CPT constrói o conceito de conflitos no campo, constituindo uma narrativa histórica dos conflitos no campo e da questão agrária no Brasil. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo sobre a atuação da CPT e sua denúncia da violência sofrida pelas comunidades do campo entre 1985 e 2025, relatadas nos cadernos Conflitos no campo Brasil. A pesquisa utilizará o método historiográfico, possuindo um caráter etnográfico, com contribuições da geografia agrária, tendo como aliados quatro diretrizes metodológicas, sendo elas: Diálogo Interdisciplinar; a temporalidade de Média Duração, as Diacronias e Sincronias e a Relevância Social e Acadêmica da pesquisa aliada à sua atualidade histórica. O conjunto dos cadernos conflitos no campo Brasil constituem-se como a representação da prática pastoral da CPT, ao mesmo tempo que os cadernos também dão longevidade para a ação pastoral que se transforma ao longo do tempo, o que permanece são os conflitos no campo sob novas e velhas roupagens. Conclui-se que a negligência do Estado, tanto por ação quanto por omissão, permite que agentes hegemônicos avancem sobre terras estatais ocupadas há décadas por camponeses, como também sobre territórios de povos e comunidades tradicionais.



Palavras-chave: Comissão Pastoral da Terra – CPT; Conflitos no Campo Brasil; Conflitos por Terra; Conflitos por Água; Conflitos Trabalhistas.

**RESUMEN**

En 2025, la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) cumplió cincuenta años de presencia pastoral y asesoría a diversas comunidades campesinas, movimientos sociales de lucha por la tierra y pueblos y comunidades tradicionales. Durante este periodo, la CPT trabajó para denunciar la violencia sufrida por estas comunidades a través de un informe —conocido popularmente como cuadernos, publicado anualmente desde 1985 bajo el título Conflictos en el campo en Brasil. Este trabajo busca mostrar, mediante el análisis de los datos publicados en dichos cuadernos entre 1985 y 2025, cómo la CPT construye el concepto de conflictos en el campo, configurando una narrativa histórica de los conflictos rurales y de la cuestión agraria en Brasil. Metodológicamente, se llevó a cabo una investigación bibliográfica y documental de carácter cualitativo sobre la actuación de la CPT y su denuncia de la violencia sufrida por las comunidades rurales entre 1985 y 2025, tal como se relata en los cuadernos Conflictos no Campo Brasil. La investigación emplea el método historiográfico con un enfoque etnográfico y aportes de la geografía agraria, apoyándose en cuatro directrices metodológicas: el diálogo interdisciplinario, la temporalidad de media duración, las diacronías y sincronías, y la relevancia social y académica de la investigación vinculada a su actualidad histórica. El conjunto de los cuadernos Conflictos no Campo Brasil representa la práctica pastoral de la CPT; al mismo tiempo, estos cuadernos otorgan continuidad a una acción pastoral que se transforma con el paso del tiempo, mientras que lo que permanece son los conflictos en el campo, manifestados bajo formas nuevas y antiguas. Se concluye que la negligencia del Estado, tanto por acción como por omisión, permite que agentes hegemónicos avancen sobre tierras estatales ocupadas desde hace décadas por campesinos, así como sobre territorios de pueblos y comunidades tradicionales.

Palabras clave: Comisión Pastoral de la Tierra (CPT); Conflictos rurales en Brasil; Conflictos por la tierra; Conflictos por el agua; Conflictos laborales.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de publicação dos Conflitos no Campo pela CPT ..... 49
Figura 2 - Linha de tempo da história da CPT ..... 73

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrências de Conflitos no Campo por eixo de análise (1985 – 2025) ..... 85
Gráfico 2 - Conflitos no campo no Brasil entre 1985 e 2025 ..... 86
Gráfico 3 - Conflitos no campo por região entre 1985 e 2025 ..... 89
Gráfico 4 - Conflitos no campo por Unidade Federativa (1985 - 2025) ..... 90
Gráfico 5 - Violência Contra a Pessoa - Categorias que mais sofreram violência no campo (1988-2025) ..... 94
Gráfico 6 - Violência Contra a Pessoa: Principais causadores da violência no campo (1988-2025) ..... 96
Gráfico 7 - Violência Contra a Pessoa causada por Policial Militar (1988-2015) ..... 98
Gráfico 8 - Assassinatos no campo (1985-2025) ..... 100
Gráfico 9 - Assassinatos no campo por região (1985-2025) ..... 101
Gráfico 10 - Categorias sociais que mais cometeram assassinatos no campo (1985-2025)... 104
Gráfico 11 - Categorias sociais que mais sofreram assassinatos no campo (1985-2025) ..... 105
Gráfico 12 – Ocorrências de conflito por terra por iniciativa (1985 - 2025)..... 109
Gráfico 13 – Conflitos por Terra no Brasil (1985 - 2025) ..... 110
Gráfico 14 – Demonstrativo das iniciativas de conflito por terra (1985 - 2025)..... 111
Gráfico 15 - Principais causadores de violência nos conflitos por terra (2003-2025) ..... 115
Gráfico 16 - Categorias sociais que mais sofreram violência nos conflitos por terra (2003-2025) ..... 116
Gráfico 17 – Conflitos por Água no Brasil (2002 - 2025) ..... 120
Gráfico 18 – Conflitos por Água no Brasil por Unidade Federativa (2002 - 2025)..... 121
Gráfico 19 – Conflitos Trabalhistas no Campo no Brasil (1985 – 2025)..... 126
Gráfico 20 - Ocorrências de Trabalho Escravo no Campo no Brasil (1985 – 2025) ..... 127
Gráfico 21 - Trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão (1995 - 2025) .. 127
Gráfico 22 - Trabalho Escravo no Campo no Brasil por Região (1985 – 2025)..... 129
Gráfico 23 - Trabalhadores na denúncia de Trabalho Escravo Rural por atividade (2016 – 2025) ..... 133

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - O Brasil Agrário 2008 ..... 81
Mapa 2 - O Brasil Agrário 2025 ..... 82
Mapa 3 - Taxa de ruralização, famílias em ocupações e assentadas ..... 92
Mapa 4 - Ocorrências de Conflitos no Campo no Brasil (1985-2023) ..... 93
Mapa 5 - Ocorrências de Assassinatos no Campo por Município (1985-2023) ..... 102
Mapa 6 - Trabalhadores rurais resgatados em denúncias à CPT (1985 - 2006) ..... 131
Mapa 7 - Trabalhadores rurais resgatados em denúncias à CPT (2007 - 2023). ..... 132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Violência Contra a Pessoa (Dados entre1988 e 2025) ..... 70
Tabela 2 - Violência Contra a Ocupação e a Posse (Dados entre1988 e 2025) ..... 71
Tabela 3 - Conflitos no Campo no Brasil entre 1985 e 2025. ..... 85
Tabela 4 - Conflitos no campo com base no desenvolvimento da metodologia da CPT ..... 88
Tabela 5 - Conflitos no campo com base nas transformações da questão agrária brasileira. ... 88
Tabela 6 - Violência Contra a Pessoa causada por Policial Militar (2016-2025)..... 99
Tabela 7 - Conflitos por água por tipo de conflito (2016 - 2025) ..... 122

## LISTA DE SIGLAS

ACB - Ação Católica Brasileira.

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

CEDOC-CPT - Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno.

CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário.

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

CTL - Centro de Treinamento de Lideranças.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

GeoAgrária – Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária.

ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana.

JAC - Juventude Agrária Católica.

LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ONG – Organização Não Governamental.

PPGICH – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

STF – Supremo Tribunal Federal.

TL – Teologia da Libertação.

TDR – Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

UFF – Universidade Federal Fluminense.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul.

UFRRJ – Universidade Feral Rural do Rio de Janeiro.

**SUMÁRIO**


1 INTRODUÇÃO ..... 15

1.1 METODOLOGIA ..... 22

2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT ..... 29

2.1 A OPÇÃO PREFERENCIALMENTE PELOS POBRES ..... 33
2.2 O CONCEITO DE ELEIÇÃO ..... 37
2.3 A CPT E OS CONFLITOS NO CAMPO ..... 39

3 CADERNOS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL ..... 45

3.1 A METODOLOGIA DA CPT PARA A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS ..... 48
3.2 A DIVERSIDADE IDENTITÁRIA CAMPONESA ..... 52
3.3 A CPT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA ..... 57
3.4 TRABALHO DE CAMPO NO V CONGRESSO NACIONAL DA CPT ..... 61

4 CONFLITOS NO CAMPO BRASIL: Uma análise dos cadernos da CPT ..... 64

4.1 OS CADERNOS COMO REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE CAMPONESA ..... 67
4.2 AS OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS NO CAMPO REGISTRADAS PELA CPT ..... 83
4.3 VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA NO CAMPO ..... 95
4.4 CONFLITOS POR TERRA ..... 107
4.5 CONFLITOS POR ÁGUA ..... 118
4.6 CONFLITOS TRABALHISTAS ..... 123

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 136

REFERÊNCIAS ..... 140

FONTES BIBLIOGRÁFICAS ..... 150

# 1 INTRODUÇÃO

A Comissão Pastoral da Terra é um serviço da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) ligada à linha missionária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo seu assessoramento na defesa dos Direitos Humanos e sociais, atuando de forma especial no contexto da questão agrária e territoriais junto às comunidades tradicionais e aos trabalhadores do campo. Segundo José de Souza Martins (1997, p. 71), a CPT nasceu no momento da expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia, que ao se expandir provocou o genocídio das populações indígenas e o massacre das populações camponesas.

Formalmente, a CPT surge em 1975, com o objetivo de assessorar as comunidades tradicionais e os camponeses a organizarem sua resistência e luta pela terra, como também denunciar a violência sofridas por eles. Logo após sua criação, a CPT constatou que a incidência de violência contra os camponeses ocorria em todo o Brasil, e, após dois anos de sua organização, a CPT já estava presente em todas as regiões do país, articulando as mais diversas identidades camponesas e construindo, com eles, seus movimentos sociais.

Diante do cenário de violência no campo e a necessidade de uma organização dos dados dos conflitos, para garantir uma efetiva e sistemática denúncia, a CPT, em 1983, lançou o livro intitulado *CPT: Pastoral e Compromisso*, onde reuniu dados e estudos dos conflitos no campo no Brasil desde a década de 60. A publicação ganhou tamanha notoriedade que, a partir de 1985, a CPT passou a lançar anualmente um relatório intitulado *Conflitos no Campo Brasil*, conhecido popularmente por *cadernos de campo ou cadernos de conflitos*. Esse relatório é utilizado por diversos órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e conselhos religiosos, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), para analisar a situação do campo no Brasil e orientar suas ações juntos as comunidades assistidas, como a formação de redes de solidariedade assessorar na constituição de associações e movimentos sociais.

O caderno *Conflitos no Campo* Brasil realiza um levantamento anual sobre os conflitos no campo no Brasil seguindo cinco eixos: conflitos por terra, água, trabalhistas, manifestações e outros conflitos, além de fazer uma descrição histórica dos últimos dez anos. Para cada eixo são utilizados formulários que descrevem o tipo de violência, o local, a quantidade de pessoas envolvidas, sua identidade, os causadores da violência e as entidades que foram solidárias e prestaram apoio. No final do relatório encontramos as tabelas com os dados analisados nos eixos e um editorial histórico que compara os últimos dez anos dos dados dos conflitos no campo.

O Brasil foi e ainda é campo de disputas agrárias, como demonstram Sérgio Görgen e João Pedro Stédile (1993) em *A luta pela terra no Brasil*. Para os autores, a luta pela terra existe desde o princípio da colonização portuguesa, por meio do aliciamento e violência contra os povos indígenas, visto que "[...] o domínio e a posse de áreas de terra fazem parte da formação das classes sociais e do poder econômico e político em nossa sociedade" (1993, p. 15).

Em vista disso, a problemática dessa pesquisa consiste em demonstrar a atuação da CPT durante seus cinquenta anos de assessoria aos camponeses, tendo como ênfase sua perspectiva de denúncia da violência no campo por meio dos cadernos Conflitos no Campo Brasil entre 1985 e 2025. Para essa análise, utilizamos a produção periódica de seu caderno, problematizando os conflitos no território brasileiro a partir da redemocratização até os dias atuais. Nessa direção, faz-se necessário conhecer a realidade do campo no Brasil, de sua diversidade cultural, geográfica e ambiental, bem como conhecer os tipos conflitos que assolam o Brasil por décadas e sua relação com o Estado, sobretudo, nos casos em que o Estado não só é o causador do conflito, mas também por ação, omissão ou negligência proporciona violência no campo.[1]

Segundo Görgen e Stédile (1993, p. 15), a estrutura fundiária[2] em que se estabeleceu o estamento brasileiro é a causa da maior parte dos conflitos: o latifúndio e a monocultura. No Período Colonial, 1530-1808, o conflito pela terra esteve basicamente caracterizado pelo massacre de indígenas, pela revolta dos negros que, não aceitando a escravidão, ocupavam terras livres, passando a chamá-las de quilombos, onde os brancos e proprietários de escravos tinham dificuldade de acesso para recapturá-los (Görgen; Stédile, 1993, p. 16). A partir de 1825, a coroa começou a organizar programas de colonização com agricultores pobres europeus, em sua maioria italianos e alemães, que eram atraídos para o Brasil por promessas de um pedaço de terra (Görgen; Stédile, 1993, p. 17-18). Em ambas as ocasiões, a manutenção do latifúndio monocultor estava no centro das relações de trabalho.

Ao se pensar uma periodização da luta pela terra no território brasileiros podemos inferir duas grandes concepções: a primeira defendida por intelectuais como Alberto Passos

[1] Cabe analisar a ambiguidade do Estado em sua postura em relação aos conflitos no campo, visto que, ao longo de sua história, o Estado brasileiro se mostrou hábil em resolver as disputas territoriais de fronteira internacional, como a questão de Palmas em 1895, do Amapá em 1900 e do Acre em 1902, por vias diplomáticas e harmoniosas. Em oposição à via diplomática, estão as questões agrárias internas, tratadas de forma arbitrária e desumanas pelo Estado, que agiu por meio de violenta intervenção, como foi o caso dos movimentos messiânicos de Canudos (1870-1897) e do Contestado (1912-1916), que contaram com grande apelo popular e estavam fundamentados principalmente pelo argumento religioso de suas lideranças.

[2] A estrutura fundiária é à forma como a terra é dividida e distribuída em propriedades, abordando questões como tamanho, tipo de uso e relações de posse. O Brasil é marcado por alta concentração fundiária, os latifúndios em contraposição aos minifúndios.

Guimarães, na obra intitulada *Quatro Séculos de Latifúndio* (1981), que aborda a questão agrária no Brasil de forma unitária, considerando as Capitanias Hereditárias, o regime das Sesmarias e o Latifúndio Moderno categorias de uma mesma estrutura social, considerando a questão agrária nos períodos colonial e imperial como imobiliária, algo que, segundo Martins (2000a), a CPT e os movimentos sociais de luta pela terra, como o MST, o MAB, entre outros, entendem da mesma maneira. A segunda concepção defende que as instituições agrárias dos períodos supramencionados pouco se relacionam entre si, e diante disso, devem ser entendidas, separadamente, mas dentro da mesma estrutura de longa duração,[3] considerando que a Lei de Terras é o marco inicial da questão agrária como a concebemos hoje, a do latifúndio moderno, visto que, para resolver a questão da escravidão, criou-se a questão agrária (Görgen; Stédile, 1993, Görgen, 2004; Martins, 2000a, 2000b).

Tendo como marco inicial a Lei de Terras, ou seja, a constituição do latifúndio moderno, Görgen e Stédile (1993) realizam uma periodização das lutas pela terra no Brasil, descrevendo-as lutas nas seguintes fases a partir 1850: Lutas Messiânicas[4] (1850–1940); Lutas Radicais Localizadas[5] (1940–1950) e; Movimento de Camponeses Organizados[6] (1950–1964), período que foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964, que acabou por dissolver esses movimentos, visto que, nesse período, "[...] falar de reforma agrária era se candidatar a vários meses de prisão" (Görgen; Stédile, 1993, p. 17-21). A partir do final da década de 1970, houve o ressurgimento e organização de movimentos sociais do campo, com destaque para o

[3] A estrutura fundiária ou agrária no Brasil deve ser compreendida dentro de uma estrutura de longa duração que abarca ao menos três temporalidades diferentes e que possuem rupturas e continuidades entre si, tendo com periodização: Brasil colônia 1530-1808; Brasil Imperial 1808-1850; e Lei de Terras, a partir de 1850. Essa visão está em consonância com os trabalhos de Görgen e Stédile, (1993), Görgen (2004); Martins (2000a, 2000b).

[4] Os movimentos messiânicos contam sempre com a presença de um líder religioso, o messias. Canudos, na Bahia (1870-1897), liderado por Antônio Conselheiro; Contestado, região do atual Oeste de Santa Catarina (1912-1916), liderado pelo monge José Maria; Revolta de Juazeiro, no Ceará (1930-1934), liderada pelo Padre Cícero. O período ainda conta com a luta liderada por Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, no Nordeste (1930-1934), que embora seja tratado como banditismo social, tem suas origens nas disputas por terras na região (GÖRGEN & STÉDILE, 1993, p. 17-18).

[5] Esses conflitos são marcados pela luta armada e pelo caráter violento, sendo eles: Luta dos posseiros de Teófilo Otoni, Minas Gerais (1945-1948); Revolta de Dona Nhoca, no Maranhão (1951); Revolta de Trombas do Formoso, Goiás (1952-1958); Revolta do Sudoeste do Paraná (1957) e; Luta dos arrendatários em Santa Fé do Sul, São Paulo (1959), (GÖRGEN & STÉDILE, 1993, p. 19).

[6] Nesse momento houve movimento organizados de forma local, regional e nacional, tais como: as ULTABS (Uniões dos Lavradores e Trabalhadores agrícolas do Brasil), sob forte influência do PCB (Partido Comunista do Brasil); as Ligas Camponesas, que surgiram no contexto da exploração nos Engenhos em Pernambuco por volta de 1954; o MASTER (Movimento doa Agricultores Sem Terra), no Rio Grande do Sul (GÖRGEN & STÉDILE, 1993, p. 21). Outros movimentos desse período são a JAC (Juventude Agrária Católica) e a Pastoral Rural da Igreja Católica. Para compreender melhor esses movimentos ler: TEDESCO, João C. CARINI, Joel J. (Org**.). Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**: o Master, indígenas e camponeses. Porto Alegre: EST, 2007. ECKERT, Córdula. **O movimento de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. Dissertação de mestrado. ROCHA, José Humberto da. TEDESCO, João Carlos. MYSKIW, Antônio Marcos. (Org.). **História dos Movimentos Sociais de luta pela terra no sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

Movimento dos trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre tantos outros que atuam em nível nacional. O surgimento desses movimentos dá início a um novo período das lutas pela terra no Brasil, a modernização conservadora do campo brasileiro (Delgado, 2012).

Em consonância com o que é defendido por Görgen e Stédile (1993), José de Souza Martins (1997, p. 71) argumenta que os trabalhadores rurais sempre foram mantidos fora do processo político do Brasil devido a sua composição: até 1888 eram, basicamente, escravos, caboclos e indígenas, dos quais raramente se fala nos documentos, soma-se a esses o contingente estrangeiro, oriundo das campanhas de imigração para substituir o trabalho escravo. A consolidação e regulamentação dessa exclusão efetiva-se com a Lei nº 601 de 1850, a Lei de terras, que regulamenta a propriedade aos latifundiários e ao mesmo tempo impede que os imigrantes contornem as fazendas e se estabeleçam em terras improdutivas e desocupadas.

Para Darcy Ribeiro (1995, p. 436-443), grande parte desses imigrantes chegam ao Brasil como resultado de uma política eugenista do Estado brasileiro, como também de ocupar espaços ainda não colonizados pelos portugueses, o que por vezes se constituíram como verdadeiras ilhas dentro do próprio território brasileiro, pois quase não se integravam com os outros grupos étnicos. Essa integração só ocorria quando imigrantes europeus ou seus descendestes caíam na mesma penúria que os caboclos, matutos e brasilíndios (Ribeiro, 1995, p. 443).

Mesmo diante de uma exclusão inicial da terra, visto que primeiramente os imigrantes deveriam trabalhar nas fazendas para pagar os custos de sua viagem, há um projeto de colonização e ocupação do espaço para o imigrante europeu, a substituição do trabalho escravo, o branqueamento da sociedade e a demarcação das fronteiras. Em contraposição ao projeto colonizador para o imigrante europeu, não havia projeto para os caboclos, negros e indígenas, apenas a exclusão. Segundo Elisete Schwade (2024, p. 38), os caboclos viviam uma condição de posseiros itinerantes, que realizavam o papel de desmatar uma área para o fazendeiro local que mais tarde se tornaria uma pastagem, fazendo com que constantemente tivessem que sair à procura de um novo lugar para derrubar o mato e fazer o roçado, sem a perspectiva de um dia serem proprietários. Com os projetos colonizadores, os caboclos viram a destruição de suas tradicionais condições e modos de subsistência (Schwade, 2024, p. 41), sendo desterritorializados e, os que não adentraram a luta pela terra, acabaram marginalizados em subempregos nas cidades.

Para Elli Benincá (2008, p. 51-59), durante muito tempo o Estado, e mesmo a Pastoral Rural da Igreja católica, não se preocupava com a existência e dignidade dos caboclos que ocupavam as terras, como também mal lhes prestava assistência religiosa. Benincá (2008, p.

54) acrescenta que a Igreja tinha preferência pelos colonos por duas razões, a primeira é que boa parte das congregações que atendiam os colonos tinham sido criadas na Europa justamente para atender esse tipo de pobre, e a segunda razão é o fato de os quadros dessas congregações saírem justamente das famílias numerosas desses imigrantes. Nos acampamentos, colonos e caboclos se encontravam em situações muito comuns, o que os tornava iguais em sua condição, a de "[...] trabalhadores sem títulos legais de propriedade da terra" (Benincá, 2008, p. 55).

Diante do exposto, essa abordagem tem por objetivo geral descrever a atuação da Comissão Pastoral da Terra junto aos camponeses, bem como na sistematização e denúncia dos conflitos no campo no Brasil por meio dos registros publicados nos cadernos Conflitos no Campo Brasil entre 1985 e 2025. Ademais, cabe destacar três eixos norteadores para essa pesquisa: a) Analisar o engajamento, participação e posicionamento de membros da Igreja Católica Apostólica Romana nos Movimentos Sociais do Campo por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT; b) Problematizar a produção dos discursos sobre a violência no campo, os critérios de inclusão ou exclusão de dados nos cadernos e as formas de mediação que são exercidas pela CPT; c) Elaborar uma síntese e interpretação dos dados dos Cadernos Conflitos no Campo Brasil, entre 1985 e 2025, levantados pela CPT, dando ênfase aos conflitos por terra, água e trabalhistas.

Por consequência dos objetivos, o trabalho contará como objeto de pesquisa os cadernos da CPT *Conflitos no Campo Brasil* e suas publicações ao longo dos quarenta anos do setor de documentação, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (CEDOC-CPT), de tal forma que se possa traçar uma trajetória da ação da CPT. Além das publicações da CPT, para descrever sua história e a violência no campo, utilizamos os trabalhos de Ivo Poletto, que foi secretário executivo da Comissão Pastoral da Terra por dezoito anos, bem como a produção bibliográfica de Eli Benincá. Ambos dedicaram a sua produção acadêmica às relações entre a ICAR e as populações do campo. Nessa perspectiva, para compreender as questões teológicas relacionadas à terra, buscamos, majoritariamente, as publicações da CNBB, do CELAM, de Norman Gottwald e Leonardo Boff.

Na teorização sobre a evolução dos cadernos da CPT, bem como a diversidade das categorias camponesas e sua relação com os movimentos sociais fizemos uso dos trabalhos de Elisete Schwade (2024), onde é demonstrado a organicidade de um acampamento do MST que é assessorado pela CPT; os processos de territorialização desterritorialização e reterritorialização (TDR), segundo os estudos de Halvorsen, Fernandes, Torres (2025). Para compreendermos a atuação da CPT juntos aos camponeses e movimentos sociais, utilizamos o conceito de mediação, desenvolvido por Paula Monteiro (2005), bem como as interpretações

sobre a relação da ICAR com os camponeses desenvolvidas por João Carlos Tedesco (2007; 2008; 2018; 2020; 2022) e Eli Benincá (2008).

Para a análise da narrativa da CPT tivemos como base o conceito de documento monumento, elaborado por Jacques Le Goff (2001), bem como o conceito de representação das práticas, de Roger Chartier (1988), onde o binômia de articula de forma recíproca, visto que os cadernos Conflitos no Campo Brasil tanto se caracterizam como a representação da prática da CPT quanto orientam a prática da representação dos conflitos no campo. Na análise dos dados utilizamos dos estudos de Eduardo Paulon Girardi (2008a; 2008b; 2025) sobre o mapa da questão agrária brasileira; as chaves de interpretação sobre a mundialização da agricultura brasileira desenvolvida por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012; 2015; 2015a); e o conceito de financeirização do campo brasileiro problematizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012; 2015a), Maristela Svampa (2019), Guilherme Costa Delgado (2012) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005; 2008).

A pesquisa está em consonância com a Linha 3, Sujeito e Linguagem, do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim, visto que a pesquisa problematiza, de forma interdisciplinar, a produção de discursos sobre a verdade e as formas de mediação exercida pelos sujeitos, sejam eles coletivos ou representativos, como é o caso da CPT. Além disso, a linha e a pesquisa estabelecem como prioridade questões que são caras para a sociedade, tais como a violência contra minorias sociais, visto que, diante de regimes de desigualdade e diferença, essas minorias buscam por políticas redistributivas e/ou reparatórias, como é o caso da reforma agrária e da demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, como também de outras comunidades tradicionais.

Metodologicamente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a atuação da CPT durante seus 50 anos de existência e de sua denúncia à violência sofrida pelas comunidades do campo entre 1985 e 2025, relatadas nos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*. A pesquisa conta com uma abordagem histórica, tendo quatro diretrizes metodológicas como como suporte, sendo elas: Diálogo Interdisciplinar; a temporalidade de Média Duração; as Diacronias e Sincronias; e a Relevância Social e Acadêmica da pesquisa aliada à sua atualidade histórica.

Inicialmente realizamos a leitura e fichamento dos cadernos, organizando as fichas dentro dos eixos de abordagem, terra, água e trabalho. Em seguida elaboramos tabelas onde lançamos as informações de cada conflitos seguindo os critérios de conflitos divididas em duas tabelas com base nas categorias transversais Violência Contra a Pessoa e Violência Contra a

Ocupação e a Posse. Essas tabelas vão dar origem às tabelas que organizam os conflitos pelos eixos, contando com dados qualitativos dos conflitos, tais como ano, região, unidade federativa, município, nome do conflito, data, tipo de violência, categoria que sofreu a ação, categoria que causou a ação, bem como o tipo de Violência Contra a Pessoa ou Violência Contra a Ocupação e a Posse, indicando o número de pessoas, famílias e hectares em disputa.

Também foram criadas tabelas para organizar a incidência de ocupações, retomadas e a criação de acampamentos; tabelas que utilizamos para medir as ações dos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais. A partir dessas tabelas elaboramos os gráficos e as tabelas que estão presentes ao longo do trabalho.

Academicamente essa pesquisa é necessária devido à importância da CPT como agência de mediação dos conflitos no campo no Brasil. Sendo assim, é de suma importância compreender a atuação da CPT diante do fato de que muitos desses movimentos sociais de luta pela terra surgiram por meio de seu suporte e assessoria. Nessa perspectiva, a relevância social da pesquisa justifica-se pela acadêmica, mas também pela conscientização, promoção de justiça social e, sobretudo, informar órgãos governamentais e agentes de pastorais, para que os dados analisados por meio deste trabalho possam contribuir para o trabalho de assessoramento das comunidades do campo.

De forma a atingir os objetivos e sua problemática inicial, articulando teorias e os dados obtidos dos cadernos do campo, o presente trabalho estruturou-se em quatro capítulos. No segundo capítulo será descrito como surgiu a CPT, sua relação com os conflitos no campo e como sua narrativa vai sendo articulada, partindo de seu surgimento sob à influência teológica da segunda metade da década de 60 aliada as contingências pastorais que a ICAR enfrentava no Brasil, como também seu envolvimento com as causas da terra que estão atreladas e justificadas pelas narrativas bíblicas do Primeiro Testamento. Essa leitura bíblica fornece elementos místicos e simbólicos para o desenvolvimento de uma teologia da Terra, onde o sentimento de pertencimento e eleição de um povo é fornecido pela ideologia religiosa que age como uma força aglutinadora capaz de reunir pessoas de grupos e interesses distintos. Para tal, os autores selecionados, em sua grande maioria, estão ou estiveram vinculados a CPT e a Teologia da Libertação, buscando criar uma narrativa e contextualização a partir de dentro da CPT, que foi comparada e confrontada em seus aspectos durante o capítulo, mas principalmente na seção quatro.

O terceiro capítulo tem como finalidade demonstrar a relação da CPT com os conflitos no campo, de tal maneira que, devido ao seu papel pastoral[7] e de serviço para os trabalhadores do campo, surgiu a necessidade de criar um relatório que permitisse conhecer a realidade dos conflitos no campo no Brasil, visto que, a violência no campo estava espalhada por todo o país. Além disso, o terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada pela CPT para a coleta e análise dos dados, a forma como é realizada sua checagem e a categorização das informações recebidas dos agentes de campo, bem como demonstra a diversidade identitária camponesa, elencando as inúmeras situações que geram os conflitos no campo.

Por fim, o quarto capítulo analisa os dados obtidos dos cadernos *Conflitos no Campo Brasil* articulando-os com as teorias apresentadas ao longo do trabalho, demonstrando as contingências que desencadeiam um aumento ou redução dos conflitos, visto que essas ocorrências podem estar completamente atreladas ao momento político e seu contexto, aos discursos hegemônicos e discriminatórios, a invasão de terras indígenas para garimpo, pecuária e extração ilegal. Nessa perspectiva, os dados foram inicialmente analisados de forma geral para em seguida, realizar a problematização por eixos temáticos: Conflitos por terra, água e trabalhistas.

## 1.1 METODOLOGIA

Metodologicamente, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental dos cinquenta anos de atuação da CPT, entre 1975 e 2025, e da publicação dos cadernos Conflitos no campo Brasil, entre 1985 e 2025, analisando seus dados e identificando os seus atores sociais, dentro de um contexto de narrativas e atritos que persistem na atualidade, rompendo a periodicidade tradicional da historiografia do Brasil em virtude da estrutura fundiária que se perpetuou ao longo do tempo, o latifúndio e a monocultura. Este trabalho foi realizado por meio do levantamento de dados e análise crítica da violência no campo no Brasil, que são anualmente publicados nos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*,[8] elaborados pela Comissão Pastoral da Terra.

[7] O papel pastoral da CPT deve ser entendido como sinônimo de mediação, conforme Paula Monteiro. Ver. MONTEIRO, Paula (org.). **Deus na aldeia:** missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006

[8] Relatório lançado anualmente relacionando os conflitos agrários no último ano. Desde o início de sua existência em 1975, a Comissão Pastoral da Terra registra os conflitos que envolvem os trabalhadores do campo e denuncia a violência por eles sofrida. Em 1985, a CPT criou um setor de Documentação para colher as informações sobre as violações aos direitos humanos no campo e sistematizá-las. Esses dados foram publicados em um relatório que se chamou Conflitos no Campo Brasil, que também ficou conhecido como Caderno de Conflitos. A CPT publica anualmente este relatório. A partir de 2011 os cadernos ficaram disponíveis no site da CPT: www.cptnacional.org.br.

Além da utilização dos cadernos para compreender a realidade camponesa e a atuação da CPT junto às comunidades do campo, será realizado um levantamento bibliográfico, aliado a análise de documentos primários, publicações de jornais, artigos e cartas pastorais para aprofundar a temática. Para o levantamento e classificação das fontes para a pesquisa utilizamos acervos de bibliotecas físicas e digitais; de documentos primários,[9] de artigos científicos, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno da CPT (CEDOC-CPT) e dos repositórios universitários, principalmente da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

A pesquisa tem um caráter qualitativo, utilizando-se do método histórico, contando com o apoio de quatro diretrizes metodológicas para o seu desenvolvimento, não havendo uma rigidez quanto a pertencer a uma ou outra tendência historiográfica, visto que a pesquisa escolhe e define a sua metodologia e não o contrário. Levando em consideração essas questões, Henry Moniot (1995, p. 100-101) afirma que a pesquisa histórica não se utiliza apenas de elementos que lhe são próprios, podendo ser alimentada por elementos de outras ciências humanas, como a antropologia, a geografia, a sociologia, a arqueologia, a etnologia, entre outras. De toda forma, mesmo tratando-se de uma pesquisa interdisciplinar, pode-se determinar que a abordagem se caracteriza como um trabalho de história cultural, por tratar de temas que estão ligados à Nova História (Vainfas, 1997, p. 145-148).

Os Cadernos Conflitos no Campo Brasil podem ser vistos tanto como fonte primária quanto secundária, ou seja, os cadernos são documentos que na sua produção sofreram interpretações,[10] mas ao mesmo tempo os dados estão ali, esperando novas indagações. Não são apenas dados. São fontes explicativas esperando para serem narradas e, diante disso, a análise documental precisa estar atenta a algumas questões já calejadas pela historiografia, como por exemplo, o simples resultado dos dados já coletados. É necessário fazer perguntas do tempo presente para os dados e para as narrativas já constituídas de outrora. Os dados são apenas dados e os documentos podem ser vistos como um amontoado de papel se, após o encontro com o arquivo, o pesquisador não realizar a crítica das fontes, visto que nem o mais complacente dos documentos fala senão quando se sabe fazer as perguntas certas ao interrogá-lo (Bloch, 2001).

[9] Os documentos primários serão buscados no arquivo do Centro de Documentação Tomás Balduino (CEDOC) que reúne documentos e registros dos conflitos agrários no Brasil desde 1975 pela CPT nacional.

[10] De forma mais definida, segundo Gil (2002, p. 45), as publicações periódicas são consideradas fontes bibliográficas, sendo os principais jornais e revistas, como as informações contidas nelas já sofreram algum tipo de interpretação são classificadas como fontes secundárias. Os cadernos *Conflitos no Campo Brasil* podem ser tanto entendidos como uma revista do ponto de vista editorial, quanto um grande caderno de campo realizado por diversos agentes de campo que realizam uma etnografia no amplo campo que é o Brasil, em sua dimensão camponesa. Dessa forma, nos cadernos encontramos tanto dados, que definimos como documentos primários, quanto editoriais que podemos definir como documentos secundários.

Neste trabalho, buscamos analisar os dados e interrogá-los de forma síncrona e diacrônica, articulando-os com as contingências e compreendendo-os dentro da conjuntura sociopolítica brasileira, não será uma pesquisa diretamente no arquivo, mas uma pesquisa bibliográfica com foco na análise documental. Ademais, a pesquisa bibliográfica com foco na análise documental permite o recolhimento de uma quantidade de dados que seria impossível ir a campo levantar diretamente, acima de tudo, a pesquisa bibliográfica, segundo Gil (1994, 2002, p. 45), permite a utilização de dados que estão dispersos em inúmeras publicações, como é o caso dos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*.

Esse trabalho busca descrever como a CPT, enquanto agência de mediação, constrói os conflitos no campo e, em consequência disso, a narrativa das violências por meio dos dados levantados e denunciados pelos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*, bem como demonstrar como os dados apurados pela CPT orientam políticas públicas para contenção da violência no campo. Em virtude do recorte temporal, 1985-2025, haverá uma gama de dados que precisam ser tratados e analisados de forma que possa ser possível escrever uma narrativa plausível dos conflitos do campo articulada ao que é comumente chamada de história do tempo presente no Brasil (Diehl, 2009), na qual a CPT atua a partir da segunda metade do século XX, colocando-se tanto como assessoria quanto como sujeito junto aos trabalhadores do campo.

Nesse sentido, Astor Diehl (2009, p. 18) salienta que para compreender a realidade histórica brasileira é necessário o rompimento com a adaptação de modelos e métodos que são estranhos à realidade brasileira. Para além dessa perspectiva, Diehl (2009, p. 19) argumenta que o ponto de partida para suprir as deficiências nas interpretações dos projetos sociais do passado, deve-se levar em conta como ponto de partida o fator identidade, tendo-o como base para a teorização e racionalização do conhecimento histórico e com esse conceito construir um método de análise da realidade sociocultural brasileira. Nesse caso, a abordagem metodológica permitirá a compreensão dos conflitos no campo sob o olhar atuante dos agentes da CPT, principalmente pela identidade camponesa, fomentada pela CPT, bem como pelas demais identidades que lhe estão interseccionalizadas.

Essa concepção de colocar a identidade como ponto de partida para construção de uma base teórica e explicativa da realidade brasileira diante da "crise que a historiografia" acaba por consolidar, segundo Diehl (2010, p. 32), novas tendências perpassadas pela visão cultural e antropológica da história social, rompendo com o cotejamento interdisciplinar, cedendo lugar a uma integração mais ampla, momento em que são rompidas as fronteiras de identidade entre as diversas disciplinas sociais. Esse *diálogo interdisciplinar*, não só com as ciências humanas, mas com as demais disciplinas que foram necessárias para a realização dessa pesquisa,

caracteriza-se como a primeira diretriz da pesquisa, visto que o diálogo entre as várias disciplinas permite um arcabouço maior de ferramentas analíticas que permitam compreender as várias identidades interseccionadas e articuladas nos conflitos no campo. Além disso, "[..] a partir da interdisciplinaridade é possível empreender uma análise que situa o conhecimento para além das teorias que contribuem com as forças da dominação" (Koralewski, p. 29), sejam elas de fonte estatal ou da sociedade civil organizada.

Ao realizar uma pesquisa interdisciplinar deve-se estar ciente do que Le Goff (2001)[11] argumenta sobre a relação da história com outras disciplinas, para Le Goff (2001), a história precisa interagir com outras ciências humanas, sobretudo a sociologia que tanto influenciou os Annales, mas sem se confundir com elas. Marc Bloch (2001, p. 54), por sua vez, defende que a aliança de duas "[...] disciplinas revela-se indispensável a qualquer tentativa de explicação da sociedade."[12] Essa posição de humildade diante da dúvida de que a história já não é mais a "mestra da vida," como afirmou Fernando Catroga (2006), leva, conforme Chartier (2010), ao reconhecimento de que a função do historiador não é mais simplesmente reconstruir a história, mas a de compreender melhor o mundo e aceitar que na atualidade "[...] os historiadores não possuem o monopólio sobre as representações do passado" (Chartier , 2010, p12), pois "[...] a nenhuma linha de pensamento, ou método, cabe o monopólio da apreensão e explicação total e completa da realidade social" (Sasso & Mioto, p. 39).

Diante da impossibilidade da história ou de qualquer outra ciência humana alcançar a totalidade das práticas, das representações, das visões de mundo e das expressões de um determinado grupo ou sociedade, a abordagem interdisciplinar surge como uma alternativa às problemáticas que estão nas margens das disciplinas ou que a elas são transversas. Dessa forma pode-se compreender a interdisciplinaridade como uma ciência que está na intersecção das disciplinas, cimentando-as e fornecendo novas ferramentas para as contingências da sociedade que ainda carecem de entendimento e modelos epistemológicos, tais como os conflitos no campo e a questão agrária no Brasil.

Para Marc Bloch (2001, p. 63), a ignorância do passado não se limita a compreensão do presente, ela compromete no presente a própria ação, sendo que a história é um movimento que precisa ser reconstruído pelo historiador a partir de perguntas do presente, possibilitando lançar

[11] Prefácio do livro intitulado Apologia da história ou Ofício do historiador de Marc Bloch.

[12] Para Lilia Moritz Schwarcz (2001, p.8), foi a partir da obra de Émile Durkheim e da revista Année Sociologique que March Bloch reconheceu a importância da interdisciplinaridade e de revestir a prática da história de questões de durações mais longas. Dessa forma, para Le Goff, Bloch torna-se "uma espécie de fundador da 'antropologia histórica'" (2001, p. 9). SCWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação a edição brasileira. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

luzes sobre o futuro. Abordar a violência no campo no Brasil é também problematizar a política fundiária e percorrer todo esse caminho exigiria uma abordagem de longa duração, visto que a estrutura fundiária no Brasil se sobrepõe as temporalidades históricas brasileira. No entanto devido ao objetivo apontado e ao recorte temporal, 1985 a 2025, será realizado uma abordagem de *média duração*, articulando as *diacronias e sincronias* do período estudado, sendo essas a segunda e terceira diretriz respectivamente.

Fernand Braudel (1992, p. 47-48) propõe que a narrativa histórica de média duração, tempo social ou do ciclo para o autor, é onde podemos analisar e observar a conjuntura,[13] colocando no horizonte do pesquisador social "[...] uma dezena de anos, um quarto de século e, no limite extremo, o meio século" para servir de marco temporal da pesquisa, tornado possível uma costura da história conjuntural, média duração, com a história tradicional de curta duração. Sendo assim, diante da impossibilidade de analisar a estrutura fundiária brasileira, a pesquisa se propõe a realizar uma análise de conjuntura dos conflitos no campo no Brasil segundo a visão da CPT. Além da escolha pela média duração, a temporalidade pode ser ainda justificada por outros dois fatores, sendo eles: a) a coletânea Conflitos no Campo Brasil teve sua primeira publicação pela CPT em 1985 e; b) a mudança no projeto político brasileiro com o advento da Nova República iniciada em 1985.

Obviamente que o caminho percorrido poderia ter sido outro. Poder-se-ia partir do assassinato do Padre Josimo,[14] ou seja, de um fato, evento, para então tratar os conflitos no campo como circundantes a esse fato, como assim o fez Carlo Ginzburg, em O queijo e os vermes. Todavia, a proposta é partir da conjuntura, ou seja, do contexto social, político e econômico que o Brasil estava inserido no processo de redemocratização, analisando os fatos como exemplos de concretude dos conflitos no campo. Obviamente que o processo de redemocratização do Brasil não é um processo revolucionário, mas, cabe refletir o fato de que a conjuntura está na intersecção do longo e curto prazo, entre o fato e a estrutura, visto que, o

[13] A análise de conjuntura é bastante usual nos movimentos sociais brasileiros, sobretudo os que estão ligados à Igreja Católica Apostólica Romana. Alguns cursos oferecidos pelas dioceses, como o Curso de Teologia Popular (CTP); Curso de Formação Política; Movimento Fé e Política, contam com uma etapa exclusiva de análise de conjuntura. A análise de conjuntura consiste em uma produção de conhecimento da realidade histórica com base nos aspectos econômicos, sociais, culturais e geográficos. Para entender os passos de como fazer uma análise de conjuntura ler: GÖRGEN, Sérgio A. **Para fazer análise de conjuntura**. 1ª ed. Candiota/RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2021. SOUZA, Herbert José de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1991.

[14] Padre Josimo foi um sacerdote católico negro coordenador da CPT no Araguaia-Tocantins, assassinado em 10 de maio de 1986. Conhecido como Padre Negro de Sandálias Surradas, Josimo foi assassinado a tiros na escadaria da CPT, na véspera do dia das mães, tornando-se um dos maiores mártires da luta pela terra no Brasil. Para compreender a morte do Padre Josimo ler: CPT. JOSIMO: **A velha violência da Nova República**. Goiânia: CPT, 1986. OLIVEIRA, Joelson. **Raízes:** Memorial dos Mártires da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

tempo lento e o rápido são indissociáveis e o problema, ao realizar esse tipo de abordagem, "[...] será sempre aproximar o longo prazo do curto prazo, reconhecer seu parentesco e sua dependência indissolúvel" (Braudel, 2009, p. 499), esse parentesco é estabelecido pela conjuntura,[15] ou seja, pela média duração.

As questões relacionadas aos conflitos no campo da atualidade só podem ser compreendidas por estudos atuais, mesmo reconhecendo que o presente está imbricado no passado e esse se articula com o presente causando-lhe contingências que serão percebidas nos movimentos do futuro. Mas como realizar uma pesquisa sem estar envolvido política e socialmente com o objeto de estudo a ser perseguido? Aqui, pode-se retornar à pergunta de Bloch: "[...] o que, precisamente, torna legítimo um esforço intelectual?" (2001, p. 44). A atualidade e relevância social da pesquisa histórica, indo ao encontro das tensões que assolam a sociedade e das fomes intelectuais de seus agentes históricos, o que para Bloch (2001, p. 44-46), seria imputar à sociedade uma estranha mutilação ao lhe recusar o direito de buscar, fora de suas preocupações de bem-estar, o apaziguamento de suas fomes intelectuais, visto que, uma ciência será sempre incompleta se não ajudar a sociedade a viver melhor. Dessa problemática surge a quarta diretriz metodológica da pesquisa, *a relevância social e acadêmica da pesquisa aliada à sua atualidade histórica*.

Com base nas pesquisas que realizamos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e dissertações (BDTD), contatamos que há uma vasta bibliografia produzida sobre as políticas de terras e os conflitos agrários no Brasil, no entanto a atuação religiosa como a exercida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a sistematização dos dados realizada pela CPT durante seus cinquenta anos junto as comunidades do campo passa, de certa forma, despercebida ou de forma terciária ao olhar dos pesquisadores.[16] Diante disso, promover uma abordagem no âmbito de uma história cultural, cujo foco é a denúncia dos conflitos no campo e a importância da

[15] José de Souza Martins (2000b, p. 99), considera que ao examinar os processos sociais agrários no Brasil, o pesquisador deve levar em consideração o tempo da conjuntura, visto que os conflitos fundiários no Brasil decorrem, em grande parte, de processos históricos envolvendo o Estado, em tese laico, e a Igreja, pois muitas vezes na história do Brasil a questão agrária se tornou religiosa e vice-versa. Obviamente que essa conjuntura agrária é diferente da conjuntura política que se move em um tempo mais curto, o eleitoral e de mandatos, mesmo em casos em que militantes políticos são adeptos de causas sociais e humanitárias.

[16] Ao realizar uma pesquisa na BDTD constatamos que em todo acervo há apenas 81 trabalhos com a busca Conflitos no Campo + CPT, dentre esses apenas um tem uma abordagem nacional, como pretende-se realizar nessa pesquisa, a grande maioria da produção relacionada a CPT e aos conflitos no campo são regionalizados e com um recorte temporal do fato, ou seja, de curta duração. Por outro lado, a busca pelo descritor "movimentos sociais de luta pela terra" encontra resultados bem mais expressivos, como por exemplo o MST, que tem 1.850 teses e dissertações relacionadas na BDTD. Cabe ressaltar que a pesquisa apenas com a sigla CPT retorna com 839 resultados, no entanto a sigla é homônima de outros elementos que não se relacionam com a violência no campo ou questões de pastoral religiosa, tais como Centro de Pesquisa Teatral (CPT); o Cone Penetration Test (CPT) e Cone Penetration Test with Pore Pressure Measurement (CPTu) que são técnicas geotécnicas utilizadas para investigar a resistência e propriedades do solo através da cravação de um cone cônico, entre outras.

presença e assessoria da CPT junto aos movimentos sociais do campo, sendo que este aspecto é praticamente ignorado ou deixado em segundo plano pela historiografia tradicional, que em sua maioria, descreve o movimento como uma luta de classes, enfatizada pela leitura marxista do processo, é demonstrar para a comunidade acadêmica, bem como para a sociedade como um todo, a importância da CPT como agência de mediação dos conflitos do campo e sua luta pela reforma agrária. Ademais, essa pesquisa pode auxiliar nos trabalhos de campo, assessoramento e formação que os agentes de pastoral da CPT promovem em todo o Brasil.

## 2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), "[...] tem raízes em fatos bem anteriores à data em que foi criada" (Poletto, 1985, p. 31), tanto do ponto de vista da ação pastoral quanto do engajamento social, visto que desde a década de 1950 vários grupos realizavam trabalhos pastorais no campo por todo o país (Santos, 2021, p. 231; Benincá, 2008, p. 49), como as CEBs, a Pastoral Rural ou da Ação Católica Brasileira[17] (ACB), que incluía a juventude agrária católica (JAC) e outros serviços junto aos camponeses, como as missões populares, o serviço de animação vocacional, entre outras pastorais.

Segundo Cláudio Perani (2002, p. 47), a CPT é fruto da convergência de várias forças: em primeiro lugar está o clamor do povo oprimido do campo reivindicando a terra, em segundo, estão vários grupos ligados à Igreja, como também alguns não ligados diretamente a ICAR, mas de toda forma comprometidos com a luta dos trabalhadores do campo. Além do clamor do povo e dos vários grupos conscientes da situação em que viviam as populações do campo no Brasil, Perani (2002, p. 47-48) destaca como determinante na formação do que viria a ser a CPT a atuação da prelazia de São Felix do Araguaia, liderada pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, com sua presença profética e solidária ao lado dos posseiros.

A constituição da CPT ocorre alguns anos depois da desmobilização e desarticulação da JAC, na região do Araguaia, longe das Igrejas Particulares tradicionais, tendo uma geografia e política diferente da seguida pelos movimentos de Ação Católica (CPT, 1997, p. 30), que tem sua atuação no sul e sudeste brasileiros. A CPT é oriunda da Igreja de posseiros, peões e indígenas, da Amazônia Legal e do Centro-oeste (CPT, 1985, p. 39; CPT, 1997, p. 30), sobretudo, da Prelazia São Félix do Araguaia, que "[...] nasce do feliz casamento entre a poesia e o compromisso com a luta dos camponeses" (Poletto, 1985, p. 31). Segundo Poletto (1985, p. 31) a poesia é transcrita pelo rio, pela natureza, nos versos do povo e na paixão de Dom Pedro Casaldáliga pela causa dos pobres; o compromisso, se faz pela atuação pastoral de toda a equipe da prelazia de São Félix do Araguaia.

Segundo Jael do Santos (2021, p. 230-231), uma Pastoral da Terra foi proposta pela primeira vez durante a XIV Assembleia Nacional da CNBB, em novembro de 1974, com o

[17] A Ação Católica Brasileira (ACB), é um conjunto de movimentos da Igreja Católica Apostólica Romana, organizados no Brasil no início do século XX, que visava fortalecer a fé Cristã Católica e a influência da Igreja na sociedade, sobretudo seu pensamento hegemônico, ou seja, o conservadorismo católico. Para compreender melhor a ACB e sua atuação ver: FERNANDES, Simone Silva. **Lux in arcana (A luz no segredo):** a essência da Ação Católica Brasileira (ACB) e a conformação de seus arquivos. 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2018.tde-05092018-115632. Acesso em: 08/07/2025.

objetivo de estabelecer serviços pastorais diretos na região da Amazônia Legal, devido ao grande número de mortes de indígenas e a expansão das frentes econômicas naquela região. Dom Pedro Casaldáliga foi quem provocou a reunião dos bispos e prelados da Amazônia durante a Assembleia, todavia "[...] alguns não conheciam, outros não queriam conhecer a realidade regional" (Poletto, 1985, p. 36) e, diante desse quadro de desinformação Casaldáliga sugeriu um Encontro Pastoral da Amazônia Legal, sendo aceito pelos bispos e prelados da região, tendo como financiadores do encontro a CNBB e a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)[18] (Poletto, 1985, p. 36-37). O encontro foi realizado no Centro de Treinamento de Lideranças (CTL) da Diocese de Goiânia entre 19 e 22 de junho de 1975, em Goiânia, Goiás (Santos, 2021, p. 231; CPT, 1985, p. 46; CPT, 1997, p. 34).

O encontro foi vigiado pelos agentes de repressão oficial. O CTL, onde ocorria o evento, foi totalmente cercado, inclusive, havia a insistência por parte de determinado[19] bispo de que representantes do governo deveriam acompanhar os debates, sendo a proposta rechaçada por Dom Fernando Gomes, então Arcebispo de Goiânia (CPT, 1983, p. 7). O Serviço Nacional de Informações (SNI) fotografou todos os participantes do encontro, instalou antenas nas proximidades do local e inclusive, retirou as anotações do encontro da pasta de Dom Estevão, prelado de Marabá, Pará, ao revistá-lo (CPT, 1985, p. 46).

Durante o encontro foi apresentada a realidade em que estão inseridas a Igreja da Amazônia Legal e do Centro-oeste do país aos demais bispos da região, bem como as linhas gerais[20] para uma atuação pastoral conjunta diante das políticas governamentais da marcha para o oeste brasileiro e a criação de uma comissão para assessorar a ação pastoral na região. No encontro ficou evidente que os conflitos no campo não eram exclusividade da Amazônia Legal, mas que assolavam todo o país e diante disso, o principal resultado do encontro foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1983, p. 7; Perani, 2002, p. 50). A partir de uma reunião

[18] A Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) é um organismo da ICAR que busca promover a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a paz. A CBJP foi criada no Brasil em 1968, influenciada pelo concílio do Vaticano II e pela opção preferencialmente pelos pobres no contexto da Ditadura Civil-militar, com a incumbência de denunciar para a comunidade internacional as violências cometidas pelo regime no Brasil, bem como assessorar os perseguidos pelo regime, como também fortalecer e unificar todos os movimentos sociais no sentido de dar consistência à luta pelos direitos e pela democracia.

[19] O relato da CPT de 1983 não deixa claro quem era o Bispo que desejava que fosse permitida a participação de representantes do governo ditatorial. Tal situação pode ser considerada a preservação da identidade de um outro bispo, visto que a publicação da qual foi extraída o trecho é uma publicação oficial da CPT que, em geral, passa pelo crivo da CNBB.

[20] A Revista da Arquidiocese de Goiânia, em abril de 1975, publicou a carta de Dom Moacyr Grecchi aos bispos, datada de 04 de março de 1975, convidando-os para um encontro "[...] que pretende traçar a linhas básicas para atitudes práticas e pastorais face ao conflito existente e latente entre empresas agropecuárias e posseiros, bem como diante do fenômeno das migrações internas decorrentes daqueles conflitos". Revista da Arquidiocese de Goiânia, abril de 1975, p. 268.

realizada em outubro de 1975, foi escolhido como presidente da CPT Dom Moacir Grecchi; como vice-presidente o padre Victor Asselin e como secretário executivo Ivo Poletto (Poletto, 1985, p. 39).

Segundo Elisete Schwade (2024, p. 50), a CPT surge como um importante canal do qual se estabeleceu um diálogo e parceria entre a igreja progressista e os camponeses e toda a sua discussão gira em torno de uma teologia da terra, onde permanentemente há uma comparação entre o povo de Deus descrito na bíblia e o povo de hoje, marcando, nessa conjuntura, a presença da ICAR junto aos trabalhadores do campo. Além disso, a CPT trata-se de "[...] uma organização que desenvolveu e desenvolve seu trabalho pastoral embasado em interpretação da realidade dos camponeses e que se preocupa em reunir dados sobre ela" (Schwade, 2024, p. 50), principalmente aos que se referem a incidência de conflitos pela posse da terra ou em decorrência dela.

Ao analisar a conjuntura do surgimento da CPT e suas contingências, José de Souza Martins defende que:

> A CPT nasce num momento extremamente difícil da história social e política brasileira. Não é um acontecimento localizado por suas implicações. Embora tenha várias origens localizadas, claramente conhecidas, ela se liga a um conjunto de circunstâncias e processos, de valores, que fazem de sua origem um ponto de inflexão na história do País. [...] A CPT nasce num dos momentos mais cruéis da história dos trabalhadores rurais deste País. Ela nasce no momento em que a expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia se faz à custa do genocídio das populações indígenas e à custa do massacre das populações camponesas; se faz através de expulsões e despejos violentos efetuador por particulares, através de assassinatos indiscriminados e não punidos, através de todo tipo de patifaria que se possa imaginar, contra a dignidade humana (1997, p. 70-71).

Como pode ser visto a CPT foi gestada por longos anos, mas surgiu oficialmente do Encontro Pastoral sobre a Amazônia Legal, em 1975 (CPT, 1983, p. 71) e apesar de ser-lhe atribuído uma origem regionalizada, a Amazônia Legal, a CPT toma cuidado para não cair nos regionalismos, restringindo a sua atuação apenas a determinados espaços (CPT, 1985, p. 41) e, em vista disso, após um ano de funcionamento já contava com a adesão de praticamente todas as regiões do país (CPT, 1983, p. 97), adquirindo em cada " [...] região uma tonalidade de acordo com os desafios que a realidade apresentava (Poletto; Canuto, 2002, p. 85). Nesse cenário, a CPT nasceu marcada pela missão eclesial de colaborar para que as igrejas locais conhecessem a realidade de vida de seu povo. Tal tarefa trazia a certeza de que "[...] a pastoral somente poderia ser correta se fosse uma resposta aos desafios presentes na vida das comunidades" (Martins, 1997, p. 70; CPT, 1983, p. 71).

A CPT tem como sua primeira dimensão de trabalho o caráter ecumênico, mas não só entre cristãos, entre todos que possam ajudar a conhecer cientificamente a realidade dos camponeses, ajudando-os nas ações que devem a "[...] cada dia mais, ser realizadas pelos interessados, a CPT com eles" (CPT, 1983, p. 72). Dessa forma, o essencial para a CPT é criar condições e estimular os camponeses a organizarem-se, constituindo instrumentos e organizações livres e autônomas em todos os níveis, constituindo-se como uma comissão de assessoria a formação dos movimentos sociais do campo, bem como prestar apoio aos já existentes.

Cabe ressaltar que a CPT não é um movimento social ou uma organização de trabalhadores, ela quer "[...] servir à causa da necessária organização popular, mas esta deve nascer do povo enquanto agente político e não da parcela deste povo que está na luta comum como forma de vivenciar a sua fé" (CPT, 1983, p. 74; CPT, 1985, p. 39). A CPT evitou ser um movimento social para não repetir erros do passado, como ocorreu com o MASTER e tantos outros que foram cooptados por líderes políticos (Tedesco, 2008; 2021), e para não substituir organizações autônomas dos trabalhadores (Poletto, 1997, p. 35), dessa maneira, a CPT entende-se no modelo de Igreja-serviço, por isso não se considera um agente especializado da Igreja para questões de terra, mas "[...] se vê como trabalho de Igreja à medida que é serviço aos [camponeses] e que, através da comunhão com a luta deles, descobre e manifesta neles o rosto rural da Igreja" (CPT, 1983, p. 90; 1985, p. 45; 1997, p. 77).

Em relação à Igreja, a CPT constitui-se como um novo caminho de relação com as comunidades camponesas envolvidas na luta pela democratização da terra, pela geração de oportunidades de vida e liberdade, algo que para muitas pessoas significa a transformação estrutural da sociedade, implicando, segundo Poletto (2002, p. 24) em uma nova forma de atuação pastoral e um novo modelo de Igreja, ou seja, uma nova eclesiologia. Também cabe esclarecer que a CPT é composta por padres diocesanos, religiosos e religiosas das mais diversas congregações e leigos engajados, que por vezes atuam como agentes pastorais de campo liberados ou como assessores dos movimentos sociais de luta pela terra e da própria CPT, onde sempre o envolvimento na causa da CPT está mais ligada as convicções pessoais de cada um de viver a sua fé do que a postura, em geral, das Igrejas particulares e das congregações. Outro fator que cabe esclarecer é o fato de que nem toda a ação missionária e pastoral da ICAR junto aos camponeses e comunidades tradicionais estão necessariamente ligadas a CPT.

## 2.1 A OPÇÃO PREFERENCIALMENTE PELOS POBRES

O surgimento da CPT não pode ser atribuído apenas ao contexto político, religioso e social brasileiro. Para compreender o surgimento da CPT deve-se analisar as sincronias, que em conjunto, promoveram mudanças na estrutura interna da Igreja Católica Apostólica Romana e em sua Doutrina Social, que, por sua vez, provocam mudanças no trabalho de padres, religiosos e leigos em todo o mundo, sobretudo, na América Latina e no Brasil, sendo elas: O concílio do Vaticano II (1962-1965), a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Conferência de Medellín 1968) e a Terceira Conferência de Puebla (1979) (Seminotti, 2021,p. 240-241).

A abertura da ICAR estabelecida pelo Concílio Ecumênico do Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII,[21] formaram as diretrizes para a opção preferencialmente pelos pobres[22] pela Igreja Latino-Americana, que acabou consolidando-se como uma meta para ação pastoral da Igreja, que ganhou força e profundou-se com os documentos de Medellín e Puebla. Essas questões, aliadas ao contexto da violência no campo no Brasil, foram fundamentais para o surgimento da CPT e por mais que sua ação simplesmente seja a concretização do que foi estabelecido para a atuação na ICAR durante o Concílio do Vaticano II, Medelín e Puebla, a "CPT foi questionada, combatida e proibida em alguns lugares" (CPT, 1985, p. 42; 1997, p. 31; Balduíno, 2002, p. 34).

O conceito de "opção preferencialmente pelos pobres" surgiu como tema central no Concílio do Vaticano II e ganhou o mundo de diferentes formas de acordo com as correntes teológicas e as Igrejas Particulares. A Teologia da Libertação,[23] vertente teológica latino-americana que surgiu no final da década de 1960, foi fundamental no aprofundamento e

---

[21] Em 1961, para comemorar os 70 anos da encíclica *Rerum Novarum* e com o objetivo de atualizar a doutrina social da Igreja, o Papa João XXIII escreveu a encíclica *Mater et Magistra* , que, na sua terceira parte está dedicada aos Novos Aspectos da questão Social, conclamando exigência de justiça aos setores produtivos e a dignidade aos povos do campo, de forma especial nos parágrafos 124, 137, 142 e 152 até 155. JOÃO XXIII, Papa. Carta Encíclica Mater et Magistra: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. São Paulo: Paulinas, 1961. Também disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html.

[22] O pobre, no contexto do Vaticano II e da Teologia da Libertação, refere-se as classes populares oprimidas e marginalizadas, não apenas a compreensão de pobre apenas como classe social. Em 2026, a CNBB lançou o Documento 114, que lança as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2026-2032), o texto orienta a ação da igreja para os próximos anos, tendo como objetivo central "retomar a evangelica opção preferencial pelos pobres". CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2026-2032**. Brasília: Edições CNBB, 2026. p. 75.

[23] A Teologia da Libertação é uma vertente teológica, também chamada de corrente ou movimento, latino-americana que surgiu no final da década de 1960 na América Latina, tendo inúmeros expoentes, entre eles Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Luiz Carlos Susin, Frei Betto, Carlos Mesters, Jon Sobrino, Hugo Assmann, entre outros. O conceito de Teologia da Libertação já circulava no meio pastoral desde o início dos anos 1960, todavia, ganhou formalidade a partir da publicação, em 1971, do livro intitulado Teologia da Libertação, de Gustavo Gutiérrez. Desde então, Gutiérrez é considerado o pai da Teologia da Libertação.

contextualização da opção pelos pobres na realidade social da América Latina, visto que a opção pelos pobres não se limita a ações assistenciais, mas busca transformar as estruturas sociais opressoras ao mesmo tempo implica em uma Igreja que se deixa evangelizar pelo pobre, reconhecendo nele a presença de Cristo, assim "[...] a opção preferencialmente pelos pobres significa uma opção pelos injustamente feito pobres, portanto empobrecidos" (Boff, 1984, p. 53), independentemente da fé.

Segundo Seminotti (2021, p. 248) a opção preferencial pelos pobres é o primeiro dos quatro elementos fundantes da Teologia da Libertação, que estão entrelaçados com a prioridade da práxis, a espiritualidade e o profetismo. Não se trata de colocar o pobre no centro da teologia, visto que a centralidade de toda e qualquer teologia cristã deve ser Jesus, mas de encontrar Cristo por meio do pobre/marginalizado, ademais, o "[...] Vaticano II deixou claro que não é o mundo que está na Igreja, mas a Igreja no mundo, como sinal sacramental de salvação e unidade" (Boff, 1984, p. 31). Leonardo Boff acrescenta que na América Latina

> [...] se colocou a questão: qual é o 'mundo' onde deve estar preferencialmente a Igreja como sacramento de salvação? É o mundo dos pobres, o 'submundo' onde vivem as grandes maiorias do nosso povo. O Vaticano II fala muitas vezes do mistério da salvação; aqui se entendeu concretamente a salvação como o processo de libertação integral, que conhece várias mediações, a econômica (libertação da fome), a política (libertação da marginalização), a cultural (libertação do analfabetismo e da ignorância), a pedagógica (libertação da dependência despersonalizadora), a religiosa (libertação do pecado como relação com Deus e de seu projeto histórico). [...]. O Concílio falou da pobreza do mundo e dos pobres; aqui na [América Latina] se conferiu conteúdo político à pobreza: ela não é inocente nem natural; é produzida por mecanismos econômicos e [sociopolíticos] (Boff, 1984, p. 31).

Boff ainda acrescenta que a Igreja deve se engajar em cinco linhas teológico-pastorais junto aos pobres que são: a) a opção preferencialmente pelos pobres e contra a pobreza; b) a libertação integral; c) as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); d) os Direitos Humanos e; e) opção pelos jovens (1984, p. 35-39). Essas cinco linhas demonstram o quão a Igreja Latino-Americana e a Teologia da Libertação são plurais e abrangem quase que a totalidade da sociedade, uma Igreja que está em saída, indo ao encontro do povo. Sob essa postura teologal, em *Modelos de Teologia, Modelos de Igreja*, Boff (1988) dá indícios desses caminhos que a Igreja e a Teologia da Libertação devem seguir, entre eles estão dois em relação a terra, a ecologia e a reforma agrária. As CEBs é quem vão efetivar esse trabalho nas comunidades, aprofundando as temáticas por meio dos grupos de reflexão.

Segundo Conceição Paludo (2001), as CEBs datam dos primeiros anos da década de 1960 e inicialmente "[...] desenvolveram seu trabalho nas zonas rurais, especialmente no Nordeste"

(Paludo, 2001, p. 61). Para Dom Aloísio Lorscheider, as "[...] CEBs representam um novo modo de ser Igreja, com participação ativa de seus membros, realização de seu caráter comunitário e real empenho na transformação do mundo" (1979, p. 7). Siqueira e Paim (2021) afirmam que setores católicos influenciados pela Teologia da Libertação criam as CEBs com a intenção de conscientizar as populações rurais sobre as injustiça que provocam a desigualdade e a miséria e do "[...] processo de construção e maturação das CEBs, dos debates eclesiásticos travados no Concílio do Vaticano II e nos Encontros Episcopais de Medellín e Puebla, é fundada, em 1975, na cidade de Goiânia (GO), a Comissão Pastoral da Terra (CPT)" (Siqueira; Paim, 2021, p. 621), a partir daí começou-se o processo de formação de base.

Com a criação da CPT e do CIMI, estas entidades assumiram a dianteira da ação pastoral das comunidades do campo, enquanto as CEBs acabaram por ganhar reconhecimento por seu trabalho urbano. Para José Marins "[...] a civilização rural é fundamentalmente da terra. Esta [relação com a terra] se impõe em todo e qualquer tipo de relacionamento da vida humana" (1979?, p. 52),[24] ou seja, as CEBs que estão no meio rural encontram-se dentro de uma realidade social de pessoas que estão altamente ligadas ao território e diante dessa dinâmica torna-se necessário que a teologia desenvolva ou introduza místicas de relação com a terra. Em contrapartida, as CEBs que atuam no meio urbano trabalham o desenvolvimento do espírito de pertencimento e comunidade, visto que muitos dessas pessoas são oriundas do meio rural de cidades do interior, dessa forma, as CEBs atuam em um processo de reterritorialização. Durante as décadas de 1980 e 1990 as CEBs foram o rosto da ICAR no Brasil.

Além das concepções de ecologia e reforma agrária colocadas por Boff (1984; 1988) para a relação com a terra, há outras concepções teológicas e pastorais que vão se colocando em cena de acordo com as necessidades pastorais de cada região, como por exemplo as concepções de Dom Pedro Casaldáliga que está inserido no contexto da Amazônia Legal, diante do avanço do agronegócio em direção às terras indígenas. A partir disso, Dom Pedro Casaldáliga[25] (1991, p. 7-9), discorre sobre as verdades da fé sob a ótica latino-americana elencando quatro vertentes da visão global da terra com a fé cristã e como luta libertadora, ou seja, para uma Teologia da Terra: a) Terra Prometida (escatologia e nova sociedade); b) Terra Proibida (depredação, despejo e acumulação); c) Terra Conquistada (reforma agrária popular) e; d) Terra Organizada (reforma agrícola, trabalho comunitário e organização sociopolítica). Essas vertentes, para

[24] A edição foi impressa pelas Edições Paulinas, porém não há uma data da publicação. Pelo contexto e conteúdo é possível que seja de 1979 ou anterior. Nesse período era comum a publicação de materiais para uso na formação nas comunidades religiosas, bem como para a formação das comunidades atendidas pelas congregações religiosas.
[25] Introdução da publicação: CPT. **Terra: dom de Deus, conquista do povo**. Porto Alegre: CPTRS: Evangraf, 2003.

Casaldáliga, estão completamente ligadas a Igreja e sua liturgia, visto que por meio da Teologia da Libertação, da opção preferencial pelos pobres e da CPT "[...] a terra entrou na Igreja, subiu o altar, fez-se eucaristia" (Casaldáliga, 1991, p. 7).

Essa citação de Dom Pedro Casaldáliga merece um destaque e explicação mais detalhada. O se fazer eucaristia compreende o mistério da transubstanciação, em que a partícula se transforma no corpo de Cristo, em um contínuo sacrifício pascal, ou seja, para Casaldáliga, a terra é lugar de encontro com Deus e dela Deus provê a todos de forma igual, condenando todo e qualquer tipo de exploração e apropriação do bem que deve ser coletivo e estar a serviço do bem-estar de todos. Na missa, enquanto o coro canta a música de ofertório e a comunidade faz suas ofertas, o sacerdote reza em silêncio no altar: *bendito sejais, ó Deus do universo, pelo pão que recebemos de vossa bondade, fruto da terra e do trabalho humano, que agora vos apresentamos e para nós vai se tornar o pão da vida*. Se o pão é fruto da terra e do trabalho humano e ambos são dons de Deus, para Casaldáliga em nenhuma mesa pode ser escasso ou faltar, bem como faltar pão e terra a quem ele produz e nela trabalha.

Em outras palavras, mas sob a mesma linha de raciocínio, Medina (1991) argumenta que Deus recria permanentemente a terra e entregou-a como dom à comunidade, dessa forma, ela "[...] não pode ser propriedade de ninguém, nem motivo de abuso; tampouco pode ser explorada sem limite" (1991, p. 19). Ao se fazer uma leitura de uma teologia da terra latino-americana, Medina acrescenta que a terra pertence aos pobres como legado divino e, ao mesmo tempo, defende que todos "[...] devem cuidar dela e protegê-la em nome de Deus e de toda a comunidade" (Medina, 1991, p. 19). Em outro paralelo entre os escritos bíblicos e a realidade brasileira, Dom Tomás Balduíno (CPT, 2003, p. 3-5) relaciona as muralhas citadas no Primeiro testamento, de modo especial, as muralhas das cidades de Jericó e Jerusalém, que excluem o povo da proteção da cidade os colocando à margem da sociedade com as muralhas do latifúndio e do agronegócio. Para Balduíno (CPT, 2003, p. 5), as muralhas do latifúndio e o agronegócio impedem o cuidado com a terra, o viver e trabalhar nela, bem como a promoção da tão sonhada reforma agrária.

Sob essas percepções, é desenvolvida uma teologia da terra que embasa e motiva os movimentos populares de luta pela terra, o que não quer dizer que a Teologia da Libertação se empenhou apenas nas questões do campo, a TL é uma vertente ampla e como todo rio, amplo, erradia em várias direções recebendo também águas de outros afluentes, entretanto, a opção preferencialmente pelos pobres é algo que é comum a todas as ramificações da Teologia da Libertação. Para demonstrar isso, nesse subcapítulo foi dado prioridade a publicações do início dos anos 1980, buscando melhor compreender as convicções sociais e teológicas em que se

fundamentam os autores para elaborar uma teologia da terra, ademais, os autores e textos que contribuíram para o surgimento da CPT e de seus primeiros passos seguem atuais e como referências centrais nos trabalhos dos agentes de pastorais.

A grande problemática da questão da teologia da terra e propriamente da ação pastoral é que a consciência pastoral e política dos agentes de pastoral e da própria CPT não coincide necessariamente com a consciência social dos destinatários do trabalho pastoral, visto que enquanto uns estão propondo uma sociedade alternativa ao capitalismo, outros querem apenas ser inseridos na economia moderna e capitalista. Dessa forma pode-se afirmar que os trabalhadores do campo, ou ao menos uma boa parte que não está empenhada na instauração de uma outra lógica política e social, "[...] querem uma entrada plena nos benefícios da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, querem-no para preservar valores familiares e comunitários que o capitalismo tende a destruir" (Martins, 2000a, p. 141; Benincá, 2008).

As compreensões do serviço pastoral não dão conta dessa contradição, como também os movimentos sociais não compreendem essa amplitude, visto que nem todos os membros do MST, por exemplo, vislumbram a concretização de uma sociedade alternativa ao modelo capitalista vigente. Segundo Martins (2000a) muitos estão no movimento apenas para ter um pedaço de terra para si, o que é uma reprodução da lógica capitalista.

## 2.2 O CONCEITO DE ELEIÇÃO

Segundo Norman Gottwald (1986), a busca e o consequente litígio por uma terra específica, em grande parte dos conflitos, ao menos como argumento, é o aspecto sagrado da terra, podendo ser uma montanha, um rio, uma cidade santa ou até mesmo a promessa de uma determinada divindade doando uma área ao povo por ele eleito, como foi o caso da promessa de Yahweh para Abraão (Gn, 13:15), onde Deus faz um pacto com Abraão e lhe promete tanto uma descendências quanto uma terra fértil, visto que Abrão encontrava-se à margem da sociedade caldeia em Ur e, diante do processo de sedentarização, realiza uma aliança com um Deus que lhe promete uma terra que já está ocupada por outros povos, ou seja, uma terra de conflito.

Pode-se afirmar que, essa concepção de sacralidade da terra seja o grande divisor entre os povos tradicionais, caboclos e quilombolas em antagonismo ao agronegócio empresarial, visto que para os primeiros a terra é sagrada, uma mãe, uma irmã, fonte de vida e destino final, além de uma forma de subsistência, manutenção da vida e segurança alimentar, enquanto para

o agronegócio empresarial a terra é apenas um objeto para exploração e geração de riqueza, não possuindo um valor em si, apenas um valor de mercado, do que pode ser comercializado.

Segundo Norman Gottwald (1986), o conceito de eleição é o centro mítico do povo hebreu em sua aliança com Javé, que lhes promete ser o eu Deus e lhes doar uma terra. Gottwald (1986) discorre sobre a exclusão da terra de Abraão e consequentemente, sua aliança a uma divindade para conquistar a terra, visto que esses encontravam-se em um processo de sedentarização deixando o nomadismo e encontrando-se à margem da sociedade cananeia, excluídos do acesso à terra e do poder hegemônico. Compreender a narrativa do povo hebreu faz-se necessário em virtude do conceito de eleição tomado por tal povo e toda trajetória dele no Primeiro Testamento, que foi reinterpretado e utilizado como argumento pela teologia da terra, produzindo uma mística de resistência e uma justificativa religiosa para os movimentos de luta pela terra no Brasil. Tal fundamentação bíblica também está presente no caderno de mística do MST.[26]

Sob esse foco, observa-se que a forma de compreender a terra é distinta em ambas as visões, visto que ao desenvolver a crença de uma eleição divina, ou seja, de que é o povo criado e escolhido por Deus, igualmente, cada povo, acredita estar ocupando o centro do mundo, o *Axis Mundi*,[27] local de ligação entre os planos terrestres e celestiais e em consequência dessa crença procura se fixar se não no centro do mundo, o mais próximo dele e esse desejo de se fixar no espaço sagrado é fonte de conflitos (Alves, 1986). Para Mircea Eliade (1992), essa percepção de lugares sagrados onde o 'povo eleito' tem o direito de habitar cria uma dualidade que de certa forma divide o mundo entre lugares sagrados e lugares profanos. Contudo, Eliade (1992) exemplifica, que nas sociedades modernas esse espaço entre o sagrado e o profano pode ser muito ambíguo e diferente do que era compreendido na antiguidade, visto que o local de um templo pode ser considerado sagrado, enquanto todo o seu entrono pode ser considerado secular, ou seja, profano, não sagrado. Essa compreensão da sacralidade torna plausível o anseio pela manutenção de seus territórios tradicionais pelos indígenas.

---

[26] MST. Caderno de formação Nº 27: Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo, 1998.

[27]Axis Mundi, em latim quer dizer o Eixo do Mundo, essa concepção coloca esse eixo como uma coluna cervical entre os mundos e a partir desse eixo o ser humano pode comunicar-se com a divindade. A percepção de centro do mundo remete a uma abertura cósmica que liga este mundo com a parte superior, céu, e a parte inferior, inferno, ou seja, no centro do mundo há um pilar que liga o nosso mundo com as demais dimensões sagradas existentes e tudo que existe se constitui em volta desse pilar sagrado. Há em várias crenças o mito do 'centro do mundo' consistindo nessa conexão transcendente, para cada cultura, determinado local é o centro do mundo, o nosso mundo. O centro do mundo pode ser representado por: cidades Santas e santuários; templos como réplicas da montanha cósmica; os alicerces dos templos constituem ligação com as regiões inferiores. As obras de Rubem Alves (1986) e Mircea Eliade (1992) são se suma importância para compreender a concepção de sacralidade do mundo e de determinados territórios.

Para João Carlos Tedesco (2008) o passado é uma fonte inesgotável para a reconstrução da memória e da identidade, porém a memória não abarca a totalidade do passado e, na atualidade, o passado também é fonte de disputa entre diferentes interpretações e narrativas, ou seja, o presente vai administrar esses significados e para que o vínculo com o passado se materialize, "[...] entendemos ser necessário que haja vínculos entre pretensões do presente com vestígios materiais e imateriais do passado, expressos em rituais, símbolos e representações" (Tedesco , 2008, p. 100). Esse vínculo com o passado vai ser exercido pela crença no conceito de eleição, pois estão vinculados pela mesma fé ao mesmo Deus, sendo que a eleição ou aliança entre Deus e o seu povo são utilizados para justificar a disputa e, consequente, posse da terra desde os povos mesopotâmicos com a promessa de Yahweh para Abraão, na aliança e promessa entre Yahweh e Moisés, até os acampamentos assessorados pela CPT na contemporaneidade.

Essa concepção de eleição e sua vinculação com a narrativa bíblica, dá "[...] à luta pela reforma agrária características de uma guerra santa que, como toda guerra santa, é uma guerra sem alternativas e sem saídas políticas" (Martins, 2000b, p. 115). Martins acrescenta que no Brasil essa concepção de guerra santa ignora a historicidade e acaba por realizar uma compreensão militante das contingências históricas que resultaram em conflitos no campo, tendo como resultado dessa compreensão um maniqueísmo que coloca a CPT e os Movimentos Sociais de Luta pela Terra de um lado e o Estado do outro, tornando a reforma agrária no Brasil um impossível diálogo (2000b, p. 115).

Para Martins (2000b, p. 116-117), o caráter materialista adotado pela CPT para realizar suas mediações e análises de conjuntura e o laico e iluminista, de raízes burguesas, adotado pelo MST são, conjuntamente, incapazes de compreender as utopias, as dimensões simbólicas e as crenças que envolvem os trabalhadores do campo. Segundo Schwade (2024, p. 47) a religiosidade, sobretudo o cristianismo católico, apresentou-se como ideologia de aglutinação e cimentação social, fornecendo elementos místicos, passando a ser mobilizada para construir o engajamento na luta e resistência pela da terra. Essa mobilização em torno de elementos religiosos tanto do catolicismo oficial quanto popular pode ser observado na Encruzilhada Natalino, onde a sob a cruz eram tomadas as decisões (Marcon, 1997, p. 93).

## 2.3 A CPT E OS CONFLITOS NO CAMPO

Desde sua fundação a CPT tem como principais áreas de atuação o assessoramento das comunidades camponesas e a denúncia da violência sofrida por eles. Os cadernos *Conflitos no Campo Brasil* são o principal instrumento de denúncia, configurando-se como a maior base de

dados do país sobre a violência no campo (CPT, on-line), servindo como fonte de pesquisa para jornalistas, agentes de pastoral, assessores de movimentos sociais do campo e pesquisadores. Todavia, o objetivo primeiro dos cadernos "[...] é fundamentar as denúncias das violências sofridas pelos povos e comunidades do campo, bem como cuidar das memórias das várias identidades camponesas, para que as causas da vida não caiam no esquecimento" (CPT, 2024a, p. 15).

Não deixar que a história e, consequentemente, a memória caiam no esquecimento é a função do historiador (Catroga, 2001) além de fazer a sociedade lembrar daquilo que ela quer esquecer (Burke, 1992), do que lhe causa constrangimento. Entretanto, cabe destacar duas coisas ao se narrar a história dos homens no tempo, nesse caso, das comunidades camponesas do Brasil: a) Não se pode explicar um fenômeno histórico fora do estudo do momento do qual está inserido, de sua historicidade e da conjuntura geral e local, visto que "[...] a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado" (Bloch, 2001, p. 65); b) ter noção de que a fotografia do presente não é mais, nem menos, verdadeira que o quadro histórico do passado, de forma que "[...] passado e presente iluminam-se com luz recíproca" (Braudel, 1992, p. 57), sendo impossível compreender o passado sem os elementos históricos do presente e vice versa.

No caso da CPT, passado e presente se entrelaçam para escrever a história dos seus cinquenta anos de atuação, visto que, os conflitos no campo, a invasão de terras indígenas e a luta pela reforma agrária fazem tanto parte da história da metade do século XIX em diante quanto da história do tempo presente do Brasil. A permanência histórica ocorre pela expropriação e invasão sistêmica das áreas indígenas, pela concentração fundiária e pela exploração da mão de obra camponesa, entre tantas outras formas de conflito no campo. Para clarificar o conceito, os conflitos no campo, segundo a CPT (1983; 2024a), referem-se a disputas por terra, água e em virtude das relações de trabalho, envolvendo diversos atores, inclusive o Estado, e que resultam em violência, perseguição e violação de direitos, tais como invasões de terras, trabalho análogo à escravidão, e violência contra indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Ademais, segundo a CPT,

> [o] conceito de conflito que centraliza a ação da CPT em seus quase 50 anos de existência é composto por uma relação que envolve as violências sofridas pelas comunidades e as ações de resistência que essas mesmas comunidades desenvolvem contra as violências e, principalmente, pela conquista e permanência nos territórios. Assim, conflito não é sinônimo de violência apenas, é também a luta cotidiana para viver de acordo com seus sonhos, conquistas e suas formas de organização (CPT, 2024b, p.5).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os conflitos no campo são disputas territoriais e, dessas disputas, surgem diversos movimentos sociais reivindicatórios, buscando reconhecimento, políticas redistributivas e reparatória, uma nova visão de mundo e de sociedade, mas, principalmente, reivindicando um pedaço de terra para viver e garantir a segurança alimentar da família. Ao analisar essas disputas e o surgimento dos movimentos sociais, Bernardo Mançano Fernandes cunhou o conceito de Movimentos Socioterritoriais, visto que esses movimentos "[...] têm o território como sua característica definidora, sua razão de ser, sem a qual eles não existiriam" (Halvorsen, Fernandes, Torres, 2025, p. 29; Fernandes, 2005).

Segundo Halvorsen, Fernandes e Torres (2025, p. 26-27), o território deve ser entendido para além das formas modernas e das relações de poder de um Estado soberano, uma vez que o território é multidimensional e contém espaço material e imaterial, além das diversas intencionalidades de seus ocupantes, podendo produzir contradições, solidariedade e conflitualidade. Diante dessa conflitualidade pelo território, os autores destacam que:

> Os movimentos socioterritoriais surgem por meio de tentativas de se apropriar do espaço - por meio de processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) - na realização de objetivos estratégicos de existência. O território apropriado (por exemplo, ocupação de terras no campo e de terrenos na cidade) é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado. (Halvorsen, Fernandes, Torres, 2025, p. 27).

Para Halvorsen, Fernandes e Torres (2025, p. 29), os movimentos socioterritoriais são movimentos sociais que tem no território a construção de seu objetivo político de desenvolvimento, buscando transformações sociais e espaciais, todavia, os "[...] movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político" (2025, p. 29).

Dessa forma pode-se entender como movimentos socioterritoriais o MST, o MAB, bem como tantos outros movimentos sociais de luta pela terra. Em todo caso, nesse trabalho os conceitos de movimentos socioterritoriais e movimentos sociais de luta pela terra serão aplicados como sinônimos, visto que ambos atuam diretamente na relação entre as pessoas e o território, pela conquista, defesa ou retomada, pela busca de direitos e melhores condições de vida atreladas a um território.

Halvorsen, Fernandes e Torres (2025, p. 35), afirmam que a ocupação da terra tem sido uma estratégia central das famílias camponesas em seu processo de reivindicação de uma

reforma agrária no Brasil, como forma de fazer uma política de base, mas também de pressionar o Estado a agir, todavia, as ocupações são as principais fontes de conflitualidade. Para os autores, a luta pela terra mobilizada pelos movimento socioterritoriais pode gerar tanto inspiração quanto oposição e forte perseguição pelos sujeitos que sofreram um processo de "[...] desterritorialização", visto que todo o processo de ocupação, retomada ou propriamente de territorialização pelos camponeses ou comunidades tradicionais envolve um processo de desterritorialização do latifúndio e nessas contingência, "[...] famílias foram perseguidas e muitos líderes de movimentos presos ou assassinados por pistoleiros a mando de latifundiários e/ou corporações" (Halvorsen, Fernandes, Torres, 2025, p. 35).

Mesmo diante da violência de fazendeiros, empresários do agronegócio, madeireiros e grileiros, que, em muitas vezes, estão amparados por pistoleiros, mas em grande parte utilizam-se das forças de segurança do Estado para pressionar, desalojar e despejar os camponeses sem-terra e comunidades tradicionais, há ações de resistência que se tornaram míticas na história dos movimento sociais de luta pela terra, entre eles podemos citar a resistência da Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, que entre julho e agosto de 1981 foi transformado em área de segurança nacional (Marcon, 1997); o episódio do fogo na ponte em Abelardo Luz, Santa Catarina, em 1985, onde para evitar a ocupação da Fazenda Papuan, localizada logo após a ponte, os pistoleiros colocaram fogo na ponte de madeira para evitar a ocupação (Siqueira; Paim, 2021); e a retomada da área indígena kaingang do Toldo Chimbangue e do acampamento Conquista na Fronteira, estudados por Elisete Schwade (2024).

O Acampamento na Encruzilhada Natalino na cidade de Ronda Alta no Rio Grande do Sul foi um marco da resistência na luta pela terra, na assessoria da CPT, bem como elemento fundante do MST, visto que o acampamento sobreviveu e venceu pelo cansaço a repressão da ditadura Civil-militar brasileira, que estava presente na figura do Major Curió,[28] que era exímio em desarticular movimento sociais. Segundo Marcon (1997, p. 132) a intensificação da repressão ao acampamento se intensificou com a proibição das visitas pelas entidades que apoiavam o acampamento e a única voz que era ouvida fora do acampamento era a da Igreja, representada pela CPT, e devido a sua metodologia de mediação o acampamento resistiu. Para Carini (2008, p. 184-185), a resistência no Acampamento na Encruzilhada Natalino consolidou o trabalho da CPT e deu forte visibilidade ao Padre Arnildo Fritzen, que desempenhou um papel decisivo de conscientização dos acampados sobre a organização coletiva na luta pela terra.

[28] Para conhecer melhor a figura do Major Curió, ver: NOSSA, Leonencio. **Mata! o major Curió e as guerrilhas no Araguaia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Elisete Schwade (2024) ao descrever a luta do acampamento Conquista na Fronteira, em Dionísio Cerqueira, faz uma comparação com a retomada pelos Kaingang da reserva Toldo Chimbangue, em Chapecó, ambos no estado de Santa Catarina e mediadas pela CPT[29]. Segundo Schwade (2024, p. 37), o processo de retomada dos kaingangs e tratativas da demarcação da área compreendia que o cemitério deveria ficar dentro da delimitação da reserva, confirmando relações específicas de territorialização com o espaço; de maneira semelhante, para os residentes do acampamento Conquista na Fronteira, a terra reivindicada encontrava-se no oeste catarinense, "[...] lugar onde viviam e trabalhavam, próximo aos parentes" (Schwade, 2024, p. 37).

Além das ações de resistência, há outro ponto em comum além do conceito de movimentos socioterritoriais, a mediação da CPT e o acampamento na Encruzilhada Natalino, os assentamentos Conquista na Fronteira e Papuan I e II, que é a reivindicação inicial de ocupar terras na própria região de origem das famílias acampadas, o que caracteriza-se por um processo de TDR, visto que nesse caso a ocupação é a forma de pressionar o governo a agir, porém, da mesma forma gera conflitos no campo e até mesmo a formação de organizações para impedir e despejar ilegalmente as ocupações, como é o caso do Movimento Invasão Zero.

O Estado, em seus três níveis de governo executivo, figura também como um dos principais autores dos conflitos no campo, agindo tanto na ação violenta contra os camponeses quanto na omissão e conivência. Segundo a CPT, a conivência ou omissão do Estado, sobretudo o governo federal, pode ser percebida pela "[...] falta de titulação dos quilombos, de demarcação dos territórios indígenas, de destinação de terras públicas e de desapropriação de latifúndios para a reforma agrária" (2024a, p. 7). Já a ação dos estados pode ser percebida e analisada pela expulsão, intimidação, ameaça e, inclusive, o assassinato de camponeses por agentes de segurança do Estado que, em tese, devem proteger e garantir a vida, mas em muitas vezes atuam como pistoleiros, além da truculência na execução dos despejos (CPT, 2024a).

O cerco ao acampamento da Encruzilhada Natalino, que entre julho e agosto de 1981 foi transformado em uma área de segurança nacional pela Ditadura Militar brasileira, o massacre em Eldorado dos Carajás, em 1996, onde foram assassinados 21 trabalhadores rurais

[29] Na diocese de Chapecó/SC cabe destaque como liderança da CPT Dom José Gomes. O bispo atuou, entre 1968 e 1999, tanto na assessoria e fomentação de movimentos sociais de luta pela terra, quanto no apoio a retomada de área tradicionais indígenas na região de Chapecó, como também atuou na mediação entre pequenos agricultores, posseiros e indígenas, relação por vezes conflitiva. Para aprofundar sobre Dom José Gomes: UCZAI, Pedro. **Dom José Gomes**: mestre e aprendiz do povo. Chapecó: Argos, 2002. GOMES, Paulo. Dom José Gomes e as origens dos Movimentos Sociais no Oeste de Santa Catarina. In: TEDESCO, João. C.; ROCHA, Humberto. J.; MISKIW, Antonio. (Org.). **História de Movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-80).** Passo Fundo: Acervus, 2021.

sem-terra e outros 79 ficaram gravemente feridos, mas dos 155 policiais envolvidos na ação apenas os dois comandantes foram condenados e cumprem a pena em liberdade e, são exemplos da história recente de luta pela terra e ação repressiva do Estado, além das incontáveis mortes entre os tantos outros movimentos de luta camponesa no país que sofreram, e ainda sofrem, repressão privada e estatal.

Como pôde ser visto, a fundamentação teológico-política da CPT fundamenta sua função mediadora entre as categorias sociais envolvidas nos conflitos no campo. Cabe destacar que a CPT não atribui o termo mediação para as suas ações, descrevendo-as como a "ação pastoral", o que é diferente de uma postura missionária; a ação pastoral tem um caráter de mediação e assessoria enquanto a missionária está mais relacionada a evangelização. Essa concepção de ação pastoral da CPT está baseada no modelo de "Igreja-serviço", justificando a atuação na assessoria e na denúncia sofrida pelas comunidades camponesas e povos tradicionais, produzindo e sistematizando dados sobre a realidade rural brasileira, bem como contribuindo na constituição de movimentos socioterritoriais, sem substituir a autonomia de suas lideranças.

# 3 CADERNOS CONFLITOS NO CAMPO BRASIL

Desde a sua criação, em 1975, a CPT vem coletando dados sobre os conflitos no campo no Brasil, que são marcados pela violência contra os trabalhadores do campo. Nos primeiros anos a CPT divulgou seus dados e realizou as denúncias sobre a violência no campo por diversos meios, porém de forma mais regional, principalmente pelos seus boletins informativos. Entretanto, no final da década de 1970, foi produzida uma pesquisa em nível nacional, sistematizando os dados dos conflitos do campo entre 1960 e 1982, resultando na publicação do livro intitulado *CPT: Pastoral e Compromisso*, editado em parceria entre a CPT e Editora Vozes.

Segundo a CPT, a tarefa de registrar e denunciar os conflitos no campo, a violência contra os trabalhadores e a violação de seus direitos, além de ser a sua missão, segue a sua dimensão teológica de acordo com a tradição bíblica, visto que "[...] Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras" (2024a, p.11).[30] Além da dimensão teológica, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica (2024a, p.11).

Em 1985 foi criado formalmente o setor de documentação da CPT, com a publicação de seu primeiro caderno em 1986, relatando os conflitos no campo de 1985. O iniciador dos cadernos foi o padre Mário Aldighieri, secretário executivo desde 1979, "[...] atento e metódico historiador que era, passou a anotar os relatos de conflitos agrários trazidos nas reuniões ordinárias dos diretores da CPT, vindos das Grandes Regiões do país em que ela se organiza" (CPT, 2025, p.9). O primeiro caderno é, basicamente, fruto de suas anotações (CPT, 2025). Além de Aldighieri, o padre Antônio Canuto, historiador, e Ivo Poletto, sociólogo, são responsáveis pelo início do centro de documentação e pelo seu editorial até o início dos anos 2000, onde termina o período que classificamos como uma narrativa histórico-teológica, dando início a um momento em que os cadernos passam a ter um editorial mais acadêmico e geográfico do que histórico e teológico dos conflitos no campo, contando com professores universitários de várias regiões do país, centrando-se mais na geografia dos conflitos do que na historicidade dos mesmos.

Na tabela a seguir demonstramos os anos em que cada assessor trabalhou na elaboração e estruturação dos cadernos a partir dos anos 2000.

[30] Essa reflexão está baseada no livro do Êxodo 3, 7-10. Bem como na carta pastoral lançada no dia 06 de maio de 1973, por treze bispos da Igreja Católica apostólica Romana e por cinco superiores de congregações religiosas, intitulada "Eu ouvi os clamores do meu povo".

Quadro 1 - Lista de assessores externos dos cadernos Conflitos no Campo Brasil

| **Ano** | **Assessor** |
|---|---|
| 2000 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2001 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2002 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2003 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2004 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2005 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2006 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2007 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2008 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2009 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2010 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2011 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp |
| 2012 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp.<br>Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF |
| 2013 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp.<br>Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF |
| 2014 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp.<br>Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2015 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp.<br>Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2016 | Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo – Unesp.<br>Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2017 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2018 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2019 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2020 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2021 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2022 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2023 | Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves. Geógrafo - UFF.<br>Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa. Sociólogo – UFG |
| 2024 | Prof. Dr. Igor Rolemberg. Antropologia Social-CPDA/UFRRJ.<br>Prof. Dr. Luiz Jardim de Moraes Wanderley. Geógrafo-UFF.<br>Prof. Dra. Roberta Maria Batista de Figueiredo. Geógrafa-UFMA. |
| 2025 | Prof. Dr. Igor Rolemberg. Antropologia Social-CPDA/UFRRJ.<br>Prof. Dr. Luiz Jardim de Moraes Wanderley. Geógrafo-UFF.<br>Prof. Dra. Roberta Maria Batista de Figueiredo. Geógrafa-UFMA. |

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Como pode ser visto, há uma predominância de geógrafos na assessoria dos cadernos *Conflitos no Campo*, onde a maior parte dos assessores trabalhou por mais de dez anos na elaboração e sistematização dos dados, isso vai se refletir nitidamente na metodologia dos cadernos, na sistematização dos dados e na elaboração das representações da CPT e dos cadernos a partir dos anos 2000.

Outro ponto que deve ser levado em consideração é a parceria entre a CPT e grupos de estudos de universidades, que têm interesse nos conflitos no campo ou na questão agrária de forma geral, como é o caso do Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades (LEMTO), da Universidade Federal Fluminense (UFF), que desde 2003, por meio do professor e pesquisador Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves contribui nas pesquisas da CPT e a partir de 2012 na assessoria dos cadernos; e o Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária) da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Ambos grupos de estudos contribuíram para o lançamento do *Atlas dos Conflitos no Campo no Brasil* que foi lançado no V Congresso Nacional da CPT, em São Luís do Maranhão, entre 21 e 25 julho de 2025 (CPT, 2025b).

Além do LEMTO e da GeoAgrária, a Rede DataLuta, a partir de 2009, passou a ser considerada uma fonte de pesquisa pela CPT, além do fato de muitos de seus pesquisadores publicarem suas pesquisas nos cadernos; a Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por espaços e Territórios (Rede DataLuta) é composta por professores e estudantes universitários que se ocupam em sistematizar e analisar a luta pela Reforma Agrária defendida pelos movimentos sociais do campo (CPT, 2011, p. 9).

Os registros dos conflitos estão entendidos como ações de "[...] resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção" (CPT, 2024a, p.11). Dessa forma os conflitos são registrados e catalogados de acordo com as categorias de disputa que seguem os eixos Terra, Água, Trabalho, manifestações e violência contra a pessoa. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores, entre trabalhadores e povos indígenas ou outras comunidades tradicionais, até mesmo por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. Além disso, "[...] são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os povos camponeses: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e agressões" (CPT. 2024a, p.13).

Além dos eixos, a "[...] CPT entende que questões ambientais e direitos humanos podem estar presentes em todos os conflitos cadastrados, sistematizados e analisados pelo Centro de Documentação" (CPT. 2024a, p.14). Ou seja, as questões ambientais e os direitos humanos atuam como vértices transversais aos eixos terra, água e trabalho, ampliando sua abordagem, gerando inúmeros outros relatórios, que nem sempre são divulgados, estando presentes em publicações quando ocorrem excessos ou casos relevantes como o de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, em 2015 e 2019 respectivamente, ou como os massacres em Santa Elmira, em 1989, no Rio Grande do Sul, e de Pau D'arco, em 2017, no Pará.

## 3.1 A METODOLOGIA DA CPT PARA A SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

A partir da pesquisa em âmbito nacional, que originou a publicação *CPT: Pastoral e Compromisso*, em 1983, a CPT iniciou um processo de registro sistemático dos dados publicados em seus boletins[31] e em 1985 iniciou a publicação anual de seus dados, em formato de cadernos intitulados *Conflitos no Campo Brasil*[32], contendo "[...] os registros das ocorrências de conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra" (CPT, 2024a, p.10). Além disso, com a publicação dos cadernos anuais, o conceito de conflito ganha centralidade na metodologia da pesquisa da CPT estando "[...] inserido na realidade vivida pelos povos e comunidades do campo, das florestas e das águas" (CPT. 2024b, p.6).

A metodologia aplicada na coleta dos dados pela CPT possui três objetivos: a) Buscar fontes primárias[33] de informações para construir o banco de dados; b) buscar fontes secundárias[34], por meio da clipagem física e virtual em várias mídias de conteúdo público e; c) processar, sistematizar e analisar os dados, "[...] transformando-os em registros de denúncias das violações de direitos cometidas contra os camponeses e suas organizações, bem como as resistências perpetradas pelos mesmos, na defesa dos seus modos de ser, e da produção e reprodução da vida" (CPT, 2024a, p.15).

Segundo o relatório de incidência dos conflitos no campo de 2023 (CPT, 2024b, p.6), o trabalho inicial caracteriza-se pelo monitoramento e obtenção das informações que caracterizam os conflitos no campo. "Essas informações se somam aos documentos de órgãos oficiais e aos publicados pelos movimentos sociais" (CPT, 2024b, p.6). Há também a clipagem, realizada desde os veículos tradicionais de imprensa até as redes sociais. E por fim, os

[31] Inicialmente chamado de boletins e a partir dos anos 2000 de Jornal da Pastoral da Terra é um informativo de que não tem uma periodicidade certa, mas é publicado algumas vezes no ano com dados parciais e erratas dos anos anteriores, como também tratando de temas específicos que não foram abordados nos cadernos de acordo com as contingências. Os boletins podem ser impressos tanto pela nacional quanto pelas regionais da CPT com seu editorial próprio.

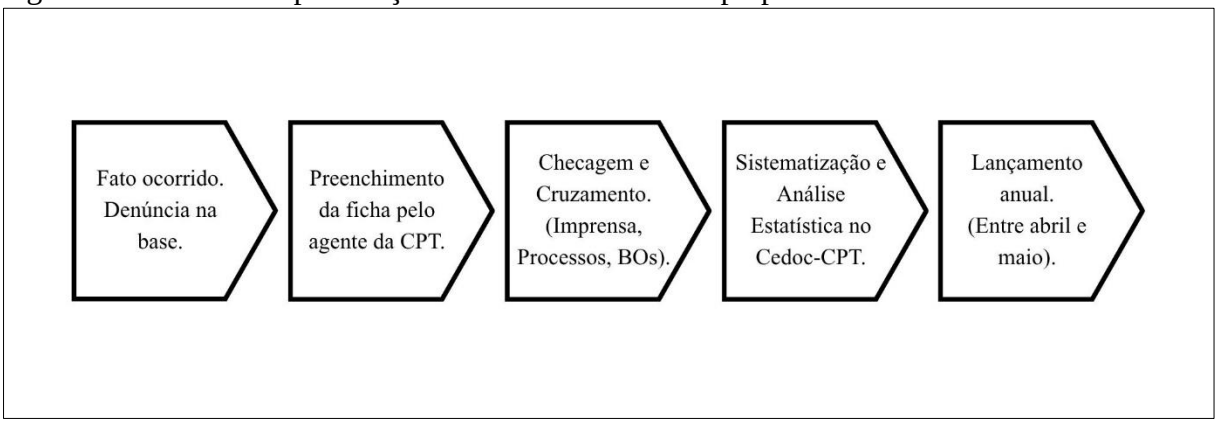
[32] Os cadernos referentes aos anos de 1985 e 1986 foram intitulados *Conflitos de Terra no Brasil*. Observamos que houve uma mudança conceitual no título da publicação, todavia o conceito de conflito no campo já estava presente nas publicações de 1985 e 1986, sendo que a mudança do conceito de terra para o de campo atribui-se a amplitude do conceito de camponês em contraposição ao conceito de conflito de terra, visto que o conceito de campo abrange outros conflitos que não são exclusivamente por terra.

[33] Além das ocorrências realizadas pelos agentes da CPT, a pesquisa com documentos primários utiliza-se de documentos oficiais, denúncias dos próprios camponeses e de movimentos sociais populares relatadas em seus veículos de comunicação e nas redes sociais, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra (CPT. 2024a, p.15).

[34] Jornais, revistas, sites de notícias, blogs, rádios, televisão, redes sociais, podcasts e plataformas de streaming, como o YouTube, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros (CPT. 2024a, p.15).

documentos são sistematizados e por meio deles são elaborados relatórios que são analisados e validados pelos agentes de pastoral que estão em contato direto com os povos e comunidades assessoradas, sendo realizadas as correções quando necessárias. “As análises dos dados são realizadas pelos documentalistas, agentes pastorais, professores e alunos universitários” (CPT, 2024b, p.6) que trabalham como assessores, colaboradores ou aliados da CPT.

Figura 1 - Processo de publicação dos Conflitos no Campo pela CPT




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Para a conferência, inclusão e exclusão[35] de dados a CPT realiza um cruzamento para observar as inconsistências e:

> Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelas Secretarias Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Nos casos que um mesmo conflito possui várias ocorrências de resistências e violências no decorrer do ano, registra-se todos os acontecimentos. Porém, na soma total dos conflitos, o número de famílias será considerado apenas uma vez – que é o maior número do qual se teve informação. O mesmo não ocorre para as violências sistemáticas contra as famílias. Ou seja, se as famílias de uma mesma comunidade foram vítimas de destruição de casas, pistolagem, invasões etc. várias vezes durante o ano, na soma total considera-se todas as violências sofridas (CPT. 2024a, p.15-16).

Os registros e sistematização dos dados sofreram alterações ao longo do tempo devido aos processos de modernização do CEDOC-CPT, como por exemplo, até 1988 os dados eram

[35] Não são computados ou são excluídos os registros em quatro casos: a) Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos trabalhistas relacionados a trabalhos realizados no campo; b) Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais etc.) mesmo que se dê em área urbana, que defendem um modo de vida tradicional; c) Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e, c) Casos de trabalho escravo em atividades urbanas, esses são apenas citados na publicação como nota de rodapé (CPT, 2024a, p. 16).

registrados à mão, em fichas, sendo que muitas dessas fichas ainda não foram digitadas em programas de computador, o que torna possível sua sistematização e articulação com os demais dados. No referido ano, foi criado o primeiro banco de dados onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, a CPT passou por uma reestruturação e criou-se o DataCPT, porém, permaneceram duas bases de dados separadas, além das fichas anteriores a 1988, ou seja, havia duas bases de dados mais um arquivo físico. Em 2018, iniciou-se outro processo de reestruturação do banco de dados, de tal forma que fosse possível organizar qualitativa e quantitativamente as ocorrências registradas pela CPT, onde ocorreu o agrupamento entre as duas bases de dados e está ocorrendo a conciliação entre as informações (CPT, 2024a, p.10-13). Atualmente o banco de dados da CPT reúne dados desde a década de 1960, antes mesmo da criação formal da CPT.

Os dados são sistematizados e divulgados seguindo três eixos principais de ação da CPT: os conflitos por terra, os conflitos por água e conflitos trabalhistas; as categorias violência contra a pessoa, manifestações e direitos humanos estão cruzadas com os eixos de forma transversal, fornecendo, inclusive, dados sobre os resgates de trabalhadores em situações análogas à escravidão, assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte, contaminação por agrotóxicos, entre outros. A sistematização abrange região, estado, cidade, número de famílias, quantidade de hectares em litígio e, em casos de violência contra a pessoa, consta o nome, sexo, idade e segmento identitário das partes envolvidas no conflito. É necessário levar em consideração, ainda, "que alguns conceitos foram sendo adotados pelo setor de documentação após e existência deles em leis, declarações, estudos" e censos (CPT, 2024a, p.14), como é o caso da superexploração[36], que só começa a ser categorizada a partir de 1997.

Durante os anos foi preciso fazer alguns ajustes metodológicos e conceituais que é necessário elucidar para que não haja uma ambiguidade na interpretação dos dados. Até 1999, a CPT registrava as categorias de conflitos nas áreas de garimpo e conflitos relacionados as políticas agrícolas em tempos de seca; a categoria garimpo hoje está mais relacionada aos conflitos entre garimpeiros e as comunidades indígenas (CPT, 2024a, p.11-13), diferentemente da última década do século XX, onde os conflitos do garimpo estavam situados entre trabalhadores dos garimpos e seus patrões.

[36] "A superexploração do trabalho corresponde a uma situação na qual os salários pagos aos trabalhadores são inferiores ao valor da força de trabalho, impedindo que essa classe se reproduza em suas condições normais" (Marini, 1972, apud, Franklin, 2019). Ver: FRANKLIN, Rodrigo S. P. **O que é superexploração?** Economia e Sociedade, v. 28, n. 3, p. 689–715, set. 2019. MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. 5. ed. México: Era, 1981 [1972]

A questão das políticas agrícolas em tempos de seca, foram pacificadas por meio da ação do Estado por meio de seguros agrícolas[37], todavia, na atualidade há incidência de conflitos pelo acesso à água e em virtude de sua contaminação pela utilização agrotóxicos, pela negligência de mineradoras e pelo garimpo ilegal. As categorias Conflitos em Tempos de Seca, Conflitos em Áreas de Garimpo e Conflitos Sindicais só "[...] são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito" (CPT, 2024a, p.13).

Ainda cabe esclarecer que os conflitos mesmo não estando resolvidos, como é o caso de litígios por terra ou água, são contabilizados no ano em que se iniciaram, sendo que para figurar nova ocorrência de conflito em uma área de disputa é necessário que ocorra um fato novo (CPT, 2024a, p.16), um desdobramento, um novo conflito que indique a continuidade ou em um novo conflito. Além disso, a partir de 2020, a CPT começou a quantificar violências relacionadas ao desmatamento ilegal e a partir de 2021 passou a registrar os incêndios como violências contra as famílias, ainda foram incorporadas outras modalidades no banco de dados como "[...] violências relacionadas a sexo, gênero e sexualidade, bem como à raça/cor/etnia e às criminalizações" (CPT, 2024a, p.14),

Outro ponto que deve ser levado em consideração é o fato de que o levantamento da CPT não abrange a totalidade dos conflitos, visto que muitas disputas no campo ocorrem na esfera da informalidade, escapando aos órgãos governamentais e aos agentes de pastoral da CPT, gerando uma subnotificação.

Como pode ser visto, os cadernos retratam uma fotografia do momento, do fato, o conjunto deles demonstram a conjuntura histórica, ou seja, a média duração, transformando-se em um documento monumento, que será atualizado nos próximos dez anos, tendo registros incluídos e excluídos de acordo com que mais informações chegam ao setor de documentação, dessa forma, quando pegamos o caderno de apenas um ano, podemos inferir uma discrepância de dados com os cadernos de outros anos anteriores. Outro critério que devemos levar em consideração é que o conceito de conflito no campo utilizado pela CPT não abrange todos os tipos de violência no campo, como por exemplo, os conflitos internos das comunidades,

[37] O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), criado em 1973, é um programa do governo federal que oferece proteção financeira aos produtores rurais em caso de perdas na produção. Após 2002, o Governo Federal colocou aportes maiores de recursos no programa o que acabou por basicamente não existir conflitos no campo na categoria seca. Na atualidade o PROAGRO tem duas categorias, a Tradicional, voltada para a agricultura empresarial e; a Mais, criado em 2004, voltada à agricultura familiar para operações que tem amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF).

principalmente as tradicionais, por exemplo, mesmo que por disputa ou posse da terra, não figuram como conflitos no campo na concepção da CPT.

## 3.2 A DIVERSIDADE IDENTITÁRIA CAMPONESA

A CPT atua na denúncia e mediação dos conflitos no campo, no fortalecimento das redes de solidariedade entre as comunidades camponesas e povos tradicionais, prestando-lhe assessoria com a missão de "[...] ser Presença, Solidária e Profética junto aos pobres da terra, das águas e das florestas" (CPT, 2025a, p. 199). O serviço de assessoramento e de denúncia das violências sofridas pelos trabalhadores da terra envolve a compreensão das dinâmicas da vida do campo e principalmente as intersecções que que englobam as várias identidades camponesas, usualmente chamados de trabalhadores do campo. Em algumas situações, ou na maioria das vezes, são utilizados marcadores próprios de identidade, tais como povos indígenas, quilombolas, pescadores, entre outros, em virtude da regionalidade, da intersecção identitária ou da categoria de denúncia ou análise que está sendo utilizada.

O conceito de camponês engloba várias categorias de trabalhadores do campo, entre elas, as "[...] comunidades tradicionais, assalariados rurais, indígenas e pescadores/pescadoras artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana" (CPT, 2024a, p. 10). Com base nos trabalhos de Teodor Shanin,[38] Eduardo Paulon Girardi (2008a, on-line) afirma que os camponeses se constituem em um grupo heterogêneo, todavia elenca seis características que os particularizam e os tornam identificáveis:

> 1) sua economia é baseada no trabalho familiar, controle dos meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional; 2) seus padrões e tendências de organização política têm demonstrado semelhanças regionais e mundiais; 3) possui cognições típicas que envolvem padrões de aprendizado ocupacional, tendências ideológicas, cooperação, confrontação e liderança política; 4) as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado semelhança em todo o mundo; 5) é possível isolar analiticamente uma dinâmica social específica da sociedade camponesa relativa à reprodução social e sistemas de relações sociais e 6) as causas e padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos como genéricos e específicos dos camponeses (Girardi, 2008a, on-line).

[38] SHANIN, Teodor. **A definição de camponês**: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. [1980]. Revista NERA. ano 8, n.7, jul./dez. 2005. Presidente Prudente: NERA, 2005. p.1-21. DOI: 10.47946/rnera.v0i7.1456. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456. Acesso em: 21 fev. 2026.

É muito comum a diferenciação entre Agricultor Familiar e Camponês, todavia nesse trabalho, assim como a própria metodologia da CPT, trataremos ambos como sinônimos, conforme é usual entre teóricos que utilizam o Paradigma da Questão Agrária. Eduardo Paulon Girardi afirma que "[...] não se trata da existência de camponeses e de agricultores familiares, mas sim de camponeses em espaços diferentes que lhes proporcionam diferentes situações no contexto da diferenciação do campesinato" (Girardi, 2008b, p. 103; 2008a, on-line); Bernardo Marçano Fernandes defende que o campesinato e a agricultura familiar "[...] são o mesmo sujeito compreendido por diferentes concepções, tendências e paradigmas, representados pela leitura que se faz da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista" (2014, p. 31, tradução nossa).

Do ponto de vista identitário, a CPT define como camponeses os:

> [...] assentados, sem-terra, posseiros, pequenos proprietários, parceleiros, pequenos arrendatários, trabalhador rural, garimpeiros, caiçaras, camponeses de fundo e fecho de pasto, faxinalenses, geraizeiro, marisqueiras, pescadores, quilombolas, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros, extrativistas (castanheiros, palmiteiros, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros), povos indígenas etc. (CPT, 2024a, p. 10).[39]

A partir da mediação da CPT e de outras agências, os conceitos de camponês e de conflito no campo tornaram-se um guarda-chuva que acabou por consolidar-se como uma identidade social. Para Marcon (2008, p. 24-25) a partir da organização e da definição do campo de atuação da CPT e dos demais movimentos sociais do campo, um dos primeiros desafios que lhes são impostos é o de construir uma identidade, principalmente devido as diversas origens e realidade de seus membros, que por vezes é conflitiva, cabendo as agências de mediação articular meios para construir uma identidade coletiva de tal maneira que os interesses coletivos estejam assegurados diante dos interesses individuais de alguns grupos que fazem parte da coletividade como um todo. Dessa forma, podemos afirmar que a criação dessa identidade social, camponesa, não é apenas fruto da ação da CPT, mas também é fruto da modernização do campo, da construção de hidrelétricas, das invasões de terras pelos fazendeiros, grileiros e o empresariado rural, entre outras violências sofridas pelos camponeses.

Estar ciente de que a identidade camponesa, utilizada pela CPT para aglutinar todos os trabalhadores do campo, está na intersecção de várias categorias de trabalhadores do campo é fundamental compreender que os movimento sociais não são homogêneos, bem como a CPT e

[39] A categoria de *atingidos por barragens* constitui-se como um ponto de intersecção que inclui várias identidades camponesas como as comunidades tradicionais, assentados, sem-terra, indígenas, entre outras identidades.

a própria ICAR (Rocha; Vieira, 2021, p 562; Schwade, p. 45), visto que, esses sujeitos estão por vezes permeados por contradições e, até mesmo, de antagonismos dentro do próprio grupo. Por exemplo, CPT e MST tem muitas coisas em comum, desde sua origem e campos de atuação, estabelecendo-se igualmente como agências de mediação das questões do campo, todavia, a função de cada agência é distinta, ou ao menos deveria ser visto que a CPT é um serviço pastoral e de assessoramento aos movimentos sociais do campo, enquanto o MST é um movimento social e político. Em muitos casos, os agentes de pastoral da CPT são membros do MST e vice-versa, o que por vezes gera críticas ao trabalho dos agentes de pastoral e coloca em dúvida o caráter de assessoramento da CPT, ainda que não tenha assumido o protagonismo das ações dos movimentos sociais do campo.

Outro ponto de intersecção é a própria identidade camponesa, visto que a CPT utiliza o conceito de camponês para aglutinar as várias identidades de trabalhadores do campo e, em muitos casos, não havia distinção entre caboclos, indígenas, quilombolas e colonos que trabalham no campo. Ambos são camponeses. Segundo a CPT (2000), no Nordeste, por exemplo, grande parte do contingente indígena era camponês, aldeados e não aldeados, e após a constituição Cidadã de 1988, pouco a "[...] pouco as comunidades foram assumindo propriamente a sua identidade indígena" (CPT, 2000, p. 37).

Esse processo de retomada dos territórios pelos povos indígenas é recorrente em todo o Brasil, como também demonstra Bernardo Mançano Fernandes (2025) ao publicar a resenha da obra de Antonio Augusto Rossotto Ioris (2025) que aborda a luta dos Guarani-Kaiowá analisadas pelas geografias da diferença. Para Fernandes (2025), a resistência dos Guarani-Kaiowá diante da invasão e usurpação de seu território tradicional é destacada como um processo de reterritorialização e descolonização, com as retomadas sendo atos de redescoberta das identidades por meio da criação do tekoha, bem como promover o enfrentamento ao modelo hegemônico do agronegócio. "Ao criar o tekoha, os Guarani-Kaiowá produzem sua indigeneidade ou territorialidade própria, emancipadora, onde o território não é mais produtor de commodities, mas torna-se pela ação um espaço de vida" (Fernandes, 2025, p. 6).

Processo semelhante ao dos Guarani-Kaiowá foi articulado pelas comunidades Xocó e Mocambo, no Baixo São Francisco, em Porto da Folha, Sergipe, todavia, diferentemente dos Kaingangs do sul e dos Guarani-Kaiowá do centro-oeste, que lutam pelo reconhecimento de seu território, as comunidades Xocó, indígena, e Mocambo, quilombola, conseguiram a demarcação e reconhecimento dos territórios que ocupavam. Sergio Costa (2019, p. 40-41) descreve o processo de articulação, resgate cultural e autorreconhecimento desencadeado por ambas as comunidades após a promulgação da Constituição de 1988, como uma luta por

reconhecimento, na qual, assessorados por antropólogos e agentes de pastoral da Igreja[40], indígenas e quilombolas logram êxito após um longo caminho de articulação identitária. Segundo Jan Hoffman French, as identidades assumidas por ambas as comunidades variaram muito ao longo do tempo desde os anos 50, visto que:

> as pessoas haviam sido identificadas e se autoidentificavam, em ambas comunidades, ao longo do anos, por uma variedade de formas: camponeses, trabalhadores rurais, caboclos, negros, católicos, pobres, sertanejos, sergipanos, nordestinos, meeiros, posseiros, índios, remanescentes e quilombolas, às vezes simultaneamente, outras vezes, subsequentemente, na medida em que o [Estado], seus agentes, as próprias pessoas e seus assessores levavam em conta ou ignoravam uma ou outra identidade social." (French, 2009, p. 13 *apud* Costa, 2019, p. 41).

Outra questão que deve ser entendida nessa mesma esteira de debate, é o fato de que nem todos os camponeses que reivindicam uma terra para viver e trabalhar se consideram sem-terra ou integrantes de um movimento social, as próprias agências de mediação não possuem um número consensual de camponeses que lutam pela terra. Podemos levar em consideração os números, mesmo que desatualizados, do início dos anos 2000, onde as agências estimavam que havia 4,5 milhões de famílias sem-terra em todo o Brasil, todavia "[...] apenas cerca de sessenta mil assumem essa identidade" (Martins, 2000b, p. 107). Para Martins, "[...] assumir essa identidade é o que conta politicamente" (2000b, p. 107) para se obter redistribuição e reconhecimento, nesse caso, a terra.

Por outro lado, segundo Elisete Schwade (2024, p. 41-43), o processo de exclusão da terra entre caboclos, indígenas e colonos inicialmente é diferente, pois apenas o colono teve um projeto colonizador onde pode tornar-se proprietário por meio da compra de títulos legais, a segunda ou terceira geração desses colonos já ingressou na luta pela terra que devido as famílias numerosas ficava escassa. Dessa forma, para Schwade, a luta pela terra envolve um reconhecimento de significados que precisam ser construídos na organização social em torno do camponês sem-terra, como o fato de não ter onde morar, plantar, estar migrando constantemente na situação de arrendatário, entre outras questões, enfatizam a elaboração identitária de Sem-Terra no contexto das dificuldades vivenciadas e vencidas juntos (Schwade, p. 57).

Mas afinal, o que é ser sem-terra? Para Ivaldo Ghelen (1986) os sem-terra são:

[40] No texto não fica claro se os agentes de pastoral são vinculados à CPT ou ao CIMI. Cabe destacar que nem todo agente de pastoral da ICAR que atua junto às comunidades camponesas e povos tradicionais está vinculado à CPT ou ao CIMI, há outras ações pastorais desenvolvidas pela ICAR.

> Camponeses que têm sua história existencial e seu posicionamento ideológico diretamente vinculado à produção de agropecuária, embora em processo de proletarização rural e urbana. Aspiram à posse e ao uso da terra, na condição de pequenos proprietários ou não, para garantir sua sobrevivência. Por contingência, subsistem como diaristas, empregados sazonais ou ainda plantando com e na terra de familiares [...]. A categoria ou grupo social dos "sem-terra" é mais amplo ainda. Inclui também os pequenos arrendatários, os posseiros, e, até mesmo, os boias-frias. (Ghelen, 1986, p. 19 *apud* Benincá, 2008, p. 55).

Para Elli Benincá (2008, p. 58-59), o caboclo não pode ser considerado inicialmente sem-terra, visto que, assim como os indígenas, o caboclo tem um vínculo com a terra que não sentia a necessidade de um papel, afinal de contas, o caboclo sequer tinha a expectativa de ser "proprietário", mentalidade que só vai se alterar no momento em que os caboclos se organizam em acampamentos e estabelecem uma práxis, embrionariamente revolucionária, inserindo-se nos movimentos messiânicos e posteriormente nos movimentos agrários de luta pela terra a partir da década de 1940.

Humberto José da Rocha e Eleandro de Moraes Vieira (2021, p. 557-559), ao analisarem o surgimento de movimentos sociais no campo, destacam que a modernização do campo, a construção de hidrelétricas, a mediação da CPT e a oposição a sua ação, fizeram surgir uma identidade social camponesa, oportunizando a criação de movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária. Além disso, para os autores, a ação sistemática de agências mediadoras como a CPT, permite que movimentos sociais se organizem e desenvolvam uma coesão de ideias e ações, "[...] realizando um trabalho de base, de mediação e de desenvolvimento da consciência de classe por meio da experiência material de luta concretizada nas ocupações, acampamentos e outras ações" (Rocha; Vieira, 2021, p. 558),

Obviamente que não se pode pensar em uma identidade camponesa ignorando as demais identidades, tais como o caboclo e o colono[41], visto que "[...] a identidade étnica sempre está combinada com outras formas de identidade coletiva, sobretudo aquelas inspiradas pela classe, gênero, idade ou geração" (Sansone, 2020, p. 5). Livio Sansone acrescenta ainda que, a noção

[41] Para Eli Benincá (2008, p. 52), há uma série de diferenças e desigualdades que demarcam a identidade entre caboclos e colonos. Primeiramente pelo fato de que os colonos se tornam itinerantes a partir da propriedade ou da expectativa de possuir a terra, ao contrário dos caboclos que buscavam a sobrevivência sem nunca ter participado de qualquer projeto de colonização e sem ter qualquer perspectiva de um dia se tornar proprietário. Segundo Benincá, essas identidades só vão se articular e se integrar, mesmo que paulatinamente, nas experiências dos assentamentos, onde a partir de sua organização, os caboclos se tornam sujeitos. Darcy Ribeiro (1995), trata essa questão de forma semelhante, pois considera os projetos colonizadores como verdadeiras ilhas dentro do território que é o Brasil, sobretudo com relação aos açorianos, germânicos e italianos, que vieram com famílias para o Brasil. Nesses casos, a integração ocorria apenas quando ambos caiam na mesma situação de penúria que a dos caboclos. João Carlos Tedesco (2008), destaque que inicialmente dentro dos acampamentos no Rio Grande do sul havia uma diferenciação entre caboclos e colonos sem-terra, barreira que só foi transposta pela ação do cristianismo como elemento aglutinador.

de classe é construída em determinados contextos e momentos políticos e históricos, mas não em todos. Dessa forma, articular a identidade camponesa, promover e assessorar o surgimento de inúmeros movimentos sociais de luta pela terra e denunciar a violência no campo é o grande legado da CPT.

Essa articulação da CPT está baseada em duas características básicas dos camponeses, a produção familiar e a resistência. Segundo Girardi, essas

> [...] duas características permitem identificar camponeses em todo o mundo. Camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho predominantemente familiar; que têm a terra como local de produção e reprodução social; que lutam permanência na terra e contra a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Possuindo diversos graus de tecnificação, integração ao mercado, conhecimento e qualidade de vida (Girardi, 2008a, on-line).

## 3.3 A CPT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA TERRA

Como já foi dito, a CPT não se define como um movimento social ou uma organização de trabalhadores. Em sua constituição, em 1975, já havia a preocupação de que sendo um movimento social a CPT tomaria para si o protagonismo e isso fugiria do propósito para que foi criada, visto que a CPT quer servir a organização popular, sendo presença e assessoria para a formação e consolidação das lutas, movimentos e organizações sociais, porém a iniciativa deve partir do povo enquanto agente político (CPT, 1983; 1985;1997). Dessa forma, para evitar que a Igreja substitua as lideranças e as iniciativas dos trabalhadores do campo, a CPT fomenta a constituição de organizações comunitárias, movimentos sociais, redes e teias de colaboração entre as próprias comunidades camponesas.

Paula Monteiro, em entrevista para Renata Nagamine e Aramis Silva (2024), realiza um balanço da literatura sobre os movimentos sociais, destacando sua percepção sobre o fato de que a ICAR sempre estava presente na criação deles, permitindo compreender a sua influência na modelagem da sociedade civil. “Parecia que todo movimento social da época nascia na sacristia e o espaço público, na porta da Igreja” (Nagamine; Aramis, 2024, p. 13). Monteiro destaca que essa percepção fez com que suas pesquisas se deslocassem da instituição em si para ir em direção das ações que os agentes religiosos faziam ao se dirigir à sociedade em geral; fato, que segundo Monteiro, não pode ser percebido antes de 1970, visto que, essa percepção começa a “[...] ficar mais visível nos anos 1980, com a emergência dos movimentos sociais no processo da redemocratização” (Nagamine; Aramis, 2024, p. 13).

A obra intitulada *Deus na Aldeia* (2005) organizada por Paula Monteiro, traz uma reflexão sobre o conceito de mediação a partir da experiência missionária de membros da ICAR entre os povos indígenas no Brasil. Monteiro (2005) define a mediação cultural como um processo dinâmico de negociação de sentidos entre diferentes grupos, especialmente entre missionários e indígenas. Nessa relação, trata-se

> [...] de compreender como dois (ou mais) pontos de vista interagem para produzir significações compartilhadas em níveis cada vez mais generalizantes. Para fazê-lo é preciso colocar em cena os agentes de mediação e suas práticas, pois são eles que, através de suas competências específicas no domínio dos códigos, propõem conexões de sentido plausíveis e/ou verossímeis para a situação" (Monteiro, 2005, p. 50).

A partir disso, compreendemos que a mediação não é apenas um encontro entre culturas, mas um processo ativo de construção de códigos comuns, onde os mediadores desempenham papel fundamental. A mediação exercida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) consiste no apoio político, social e pastoral às comunidades camponesas, indígenas, quilombolas e tradicionais em disputas por terra e água. Atuando como agente de escuta, articulação e denúncia, a entidade fortalece a resistência local e busca soluções pacíficas contra a violência no campo.

Para além dessa relação, Monteiro (2005) acrescenta que a mediação é marcada por escolhas e interesses dos agentes envolvidos, visto que a mediação é vista como um processo seletivo e estratégico, onde o resultado é a criação de novas formas culturais e simbólicas, fruto da interação e negociação entre diferentes agentes, como é o caso do conceito de conflitos no campo e de movimentos socioterritoriais. No contexto dos conflitos no campo, como as disputas por terras, recursos ou reconhecimento de direitos, a mediação assume um papel estratégico na articulação das comunidades camponesas e povos tradicionais, como também na constituição de movimentos sociais de luta pela terra.

De toda forma, é importante reconhecer que no Brasil nunca houve uma estrutura favorável ou oportunidades políticas para o desenvolvimento e êxito de uma luta pela terra, portanto, a “[...] luta pela terra no Brasil sempre foi expressão de ações de repressão, mortes, torturas e assassinatos de muitas lideranças, quando não muitas das iniciativas de organização popular ficaram sob as cinzas e/ou clandestinas” (Tedesco; Silva, 2020, p. 107). Tedesco e Silva (2020, p. 119) destacam que, após a organização da CPT, em 1975, mas principalmente a partir de 1979, a CPT contou com ampla expressão no interior do país, passando a fomentar a formação de lideranças que conduziriam a luta pela terra, pressionando as autoridades governamentais à promover a reforma agrária. Assim, a ICAR, por meio de alguns de seus

membros unidos em torno da CPT, passou a ser o alicerce fundamental na constituição dos movimentos sociais de luta pela terra.

Entre os tantos movimento sociais que a CPT contribuiu para sua constituição está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que na atualidade é o maior movimento social da América Latina.[42] Segundo José de Souza Martins (2000a, p. 152), o MST nasceu no interior da CPT, ainda que o nascimento tenha sido motivado por demandas políticas e ideológicas estranhas ao trabalho pastoral, principalmente, pelo receio de o trabalho pastoral ser cooptado pela demanda política, que são as urgências eleitorais, mas também pelo receio do movimento ficar sob custódia da CNBB. Atualmente a CPT é parceira de mais de 60 entidades reconhecidas como Movimentos Sociais, Entidades ou Organizações

Em entrevista a Bernardo Mançano Fernandes, que resultou no livro intitulado *Brava Gente*, João Pedro Stédile[43] descreve a importância da CPT para a formação do MST.

> A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses. Há ainda mais um aspecto que também julgo importante do trabalho da CPT na gênese do MST. Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina. [...] Porque se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essa visão maior, teriam surgido vários movimentos. A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não estivesse integrado à CPT, teria se formado um movimento camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (Stédile; Fernandes, 2005, p. 20-21).

Segundo Stédile, foi Daniel Rech, advogado, alocado na secretaria nacional da CPT, em um encontro em Goiás, em setembro de 1982, que argumentou que os trabalhadores rurais deveriam ter sua própria organização e a CPT não deveria ter um setor de luta pela terra. “Se esta ideia não tivesse sido vitoriosa, não teria surgido o MST” (Stédile; Fernandes, 2005, p. 47). Após a formalização do MST houve um distanciamento entre as entidades, visto que o MST se encarregava da luta política e a CPT seguia com sua postura de presença pastoral e assessoria; tão logo surgiram atritos no campo da mediação, visto que os “[...] conceitos centrais da Teologia da Libertação: autonomia, transformação social, protagonismo histórico contribuíram para o processo de distanciamento do Movimento do campo de influência da Igreja” (Tedesco,

[42] Segundo fontes da própria entidade. Ver: Os 40 anos do MST, o maior movimento popular da América Latina. Disponível em: https://mst.org.br/2024/02/28/os-40-anos-do-mst-o-maior-movimento-popular-da-america-latina/

[43] Entre os anos de 1981 e 1982, João Pedro Stédile fez parte dos quadros da CPT, atuando principalmente junto ao Padre Arnildo Fritzen, na Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, e posteriormente, organizando o MST a nível nacional. “Eu estava na CPT nessa época” (Stédile; Fernandes, 2005, p. 21).

Silva, 2020, p 117). Na atualidade, constatamos que muitos dos agentes de pastoral da CPT são assentados e militam no MST ou no MPA, sendo essa separação mais formal do que prática.

Diante desse contexto de conflito no campo, da luta pela reforma agrária e, principalmente, pela disputa do protagonismo nas mediações das ações dos camponeses entre a CPT e o MST, mas também outros movimento sociais, cabe ressaltar que a maior parte das "[...] mediações interpretativas da luta pela terra são realizadas por agentes de classe média e a ação se apoia numa visão do processo histórico que é própria dos setores militantes e radicais dessa classe e não do campesinato" (Martins, 2000b, p. 111). Martins acrescenta que a sociologia militante mistura ciência, ideologia, temporalidades e instituições históricas distintas, senso comum e raivas pessoais, que acabam por prestar "[...] um grave desserviço aos próprios trabalhadores rurais que, não raro, arrincando suas vidas, optam pelo enfrentamento e pelas ocupações como última alternativa para sair da pobreza e viver com dignidade" (2000b, p. 98).

Deste modo, precisa-se reconhecer que a sociedade brasileira é marcada pela "[...] tendência histórica de ter nos pobres e desvalidos os agentes sempre indiretos das ações demarcatórias da História, ainda que delas destinatários, mesmo que não reconheçam aí o seu projeto social explícito" (Martins, 2000b, p. 123; 2000a, p. 150). Ademais, cabe refletir o conceito de urgência dessas políticas sociais, ou até mesmo historicamente reparatórias, visto que a temporalidade da urgência dos que estão sob a lona não é a mesma urgência das agências de mediação, de seus agentes e assessores, dos políticos inseridos nos movimentos sociais e dos burocratas do governo.

Por fim, cabe destacar as mudanças ocorridas no interior da CPT durante seus cinquenta anos, como as diferentes percepções sobre a terra, a atuação pastoral e a metodologia de trabalho. De um lado estão as visões mais teológicas e proféticas da ação pastoral que tem como opção preferencial os pobres e de outro lado, de forma interseccionalizada, está o setor de documentação, que vai se profissionalizando e se tornando praticamente um serviço ou instituto de pesquisa sobre a violência no campo, algo que foi temido em sua criação, se afastando cada vez mais da via profética de seus fundadores. Todavia, se a CPT perdeu parte de sua dimensão profética, ganhou enquanto referência ao possuir o maior e mais completo panorama dos conflitos no campo no Brasil.

## 3.4 TRABALHO DE CAMPO NO V CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Entre os dias 21 e 25 de julho de 2025 a CPT realizou o seu V Congresso Nacional no Instituto Estadual do Maranhão (IEMA), em São Luís, no Maranhão, com o tema *CPT 50 anos – Presença, Resistência e Profecia*[44], onde participaram 1026 membros da CPT de todo Brasil. Estivemos presentes no congresso, à convite da CPT/RS, acompanhando a comitiva do Rio Grande do Sul e sendo responsável pelos relatos de experiência sobre os conflitos no campo no sul do Brasil na Tenda Jongo.

A escolha do Maranhão para a realização do congresso se justifica pelo estado ter uma presença significativa de movimentos sociais e da CPT, mas também por ser um estado com a alta incidência de violência no campo, principalmente no oeste maranhense, região de fronteira agrícola e grande produtora de soja.

O V Congresso Nacional da CPT iniciou com a acolhida dos participantes e o cadastramento onde separavam os membros das caravanas em tendas de tal forma que todos os grupos tivessem representantes em todas as tendas. O congresso foi organizado basicamente em dois espaços distintos; a plenária geral que que abrangia todos os grupos onde eram realizados os encaminhamentos e comunicações e as tendas temáticas, onde eram realizados relatos de experiências e debates de temas específicos para encaminhar os resultados das discussões para a plenária geral.

O primeiro momento da plenária, após a acolhida e espiritualidade, foi a realização de uma análise de conjuntura pelo professor Jean Marc Von Der Weid, fundador da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). A realização de uma análise de conjuntura ao início das atividades é algo comum nos movimentos sociais, tendo como objetivo de explicitar aos participantes as implicações das intersecções políticas e econômicas globais, regionais e locais, bem como seus reflexos nos movimentos sociais. Nos últimos anos a dimensão ecológica tem ganhado importância nas análises de conjuntura realizadas pelos assessores dos movimentos sociais.

O professor Jean Marc destacou quatro pontos importantes em sua análise: As perspectivas sociais em um mundo profundamente globalizado; A multiplicidade das crises que afetam a sociedade, sobretudo na economia, na ecologia e na política; A degradação do meio ambiente é o caminho para o apocalipse, no entanto, do ponto de vista bíblico o apocalipse pode significar um novo tempo, o tempo dos oprimidos, mas também pode ser o fim da existência

[44] O lema do congresso é Romper Cercas e Tecer Teias: A Terra a Deus Pertence! (cf. Lv 25). Nessa passagem que remete ao ano jubilar o texto bíblico relata sobre o fato de que nesse ano as dividas serão perdoadas, a terra voltará ao seu devido dono e a comunidade viverá da harmoniosamente.

humana sobre a terra e; Há caminhos para evitar o fim, como a economia solidária, a agroecologia, a adoção de cadeias curtas, entre outras alternativas. O professor encerrou sua fala citando Leonardo Boff, dizendo que não há um planeta B e temos que reconhecer com muita tristeza que não temos, ainda, uma alternativa viável ao capitalismo que possa substituí-lo na visão de mundo da maioria da sociedade. Em seguida houve outros relatos de experiências, como o partilhado por Moema de Miranda, assessora de dom Vicente Ferreira, e a indígena Alessandra Munduruku, Vencedora do Prêmio Goldman de 2023, o "Nobel do Meio Ambiente".

Nas tendas, líderes de vários movimentos e de comunidades das mais distintas categorias realizaram suas partilhas mostrando a realidade que enfrentam cotidianamente, tanto violência contra a pessoa quanto violência contra posse e propriedade. Dentre as partilhas, há outro ponto em comum além da violência sofrida pelos camponeses, que é a opressão dos "grandes", fazendeiros e empresários, que buscam expropriar suas terras.

Com relação a ação pastoral da CPT junto às comunidades, podemos destacar dois pontos essenciais: a) a CPT dá visibilidade nacional para as lutas de pequenos movimentos sociais e as reivindicações de sociais de comunidades localizadas, fazendo com que a grande mídia divulgue e o Estado agir de alguma forma, e; b) a CPT cria um sentimento de grupo, pois em muitos relatos foi descrito que "até a chegada da CPT estávamos sozinhos" e por meio de sua assessoria pastoral proporciona uma maior integração com outras comunidades, em formatos de teias ou redes, bem como que por meio de sua assessoria jurídica e administrativa conseguem fazer com que os conflitos no campo saiam das esferas municipais e estaduais, que estão mais susceptíveis a influência das oligarquias, deslocando-se para a esfera federal.

Durante quase todo o congresso na parte da manhã ocorriam atividades na plenária geral, à tarde as atividades ocorriam nas tendas onde foram realizados relatos de experiências e os debates sobre as propostas de ação da CPT para os próximos anos. Nesse intervalo, entre o final da tarde e a manhã seguinte, era possível aos assessores sintetizarem os encaminhamentos das tendas para serem apresentados na plenária geral na manhã do dia seguinte. Os relatos de experiência remetem muito ao fato de que a luta coletiva fortalece todas as lutas por redistribuição, a luta pela terra, por direitos e dignidade é uma luta por reconhecimento, ou seja, as "[...] lutas por redistribuição seriam, antes de tudo, lutas por reconhecimento" (Costa, 2019, p. 35). Dessa forma, em muitos casos, o reconhecimento implica na redistribuição, que consiste em assentamentos, demarcações de terras indígenas e quilombolas, a criação de Reservas Extrativistas, entre outras políticas públicas.

Por meio das partilhas podemos perceber como cada comunidade se articula para resistir a violência no campo e assim poder continuar existindo; como principal ponto da organização interna destacamos o fato de que as comunidades têm retirado o cargo de presidente ou líder, substituindo-os por uma gestão coletiva em virtude de o cargo colocar a liderança na mira do latifundiário, como também pelo risco de cooptação das lideranças pelos agentes hegemônicos. Segundo relatos dos membros das comunidades nas tendas a relação entre o estado e o empresariado rural tem gerado violência por meio das polícias militares, sendo corriqueiro policiais trabalhando no contraturno para fazendeiros como pistoleiros, agindo dessa forma no processo de desterritorialização das comunidades tradicionais; essa violência desarticula as comunidades, expropria as suas terras, ameaça suas culturas e devasta o meio ambiente.

Além dos relatos de experiência a CPT solicitou que os congressistas elaborassem as linhas de ação da CPT para os próximos anos, tendo como pergunta norteadora em que e como a CPT vai atuar nos próximos anos? Junto a pergunta norteadora tinha dez eixos para auxiliar a elaboração das linhas de ação. Após as reflexões das tendas, foi realizado uma síntese das reflexões buscando harmonizar as demandas de todas as tendas, gerando as linhas de ação para os próximos anos e uma carta para toda a sociedade.

A comissão organizadora diante das colocações chegou à conclusão que a CPT terá como prioridade quatro linhas de atuação nos próximos anos, sendo elas: 1º) Terra, território, conflitos, lutas e resistências; 2º) Pastoralidade, fé e espiritualidade; 3º) Relações de gênero, étnico raciais, mulheres, LGBTQIA+; e 4º) Juventudes.[45] As linhas de ação não estão fechadas e algumas sugestões podem ser colocadas como projetos.

[45] O assessor da CPT da Bahia, Plácido Júnior, sugeriu que fosse acrescentado um 5º eixo de ação que englobasse a Profecia e história da CPT. Alguns assessores alegaram que essas ações estariam englobadas no eixo 2 e, após votação pela plenária, foi decidido que não seria incluída essa linha de ação.

# 4 CONFLITOS NO CAMPO BRASIL: Uma análise dos cadernos da CPT

A CPT é um entre os mais variados serviços pastorais que a ICAR desenvolve junto à população, tais como o CIMI, a Pastoral da Aids, a Pastoral Carcerária, a Pastoral da Criança, entre outras pastorais. A publicação dos cadernos *Conflitos no Campo Brasil* têm sido a representação de sua atuação; um documento que auxilia na reprodução de sua cosmovisão da realidade camponesa por todo o território nacional e, em vista disso, produz uma narrativa histórica da violência no campo por meio do que conceituou como *Conflitos no Campo*. Ou seja, Conflito no Campo não é todo e qualquer ato de violência que esteja relacionado a questão agrária, mas determinados tipos de violência que são coletados e catalogados pela CPT e que vão dar origem aos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*.

Sob essa perspectiva, a de que o conceito de Conflitos no Campo é um recorte da violência no campo, não a sua totalidade, Le Goff (1990) aponta que o que sobrevive do passado não é a história tal qual foi, mas um conjunto daquilo que existiu no passado que são resultados das escolhas que são realizadas por vários atores, em nosso caso, a CPT e a metodologia que foi adotando e desenvolvendo ao longo das edições dos cadernos, juntamente com as informações sobre os conflitos que chegaram até o setor de documentação. Por consequência, devemos observar os cadernos *Conflitos no Campo Brasil* como a representação da narrativa da CPT diante da realidade camponesa.

Sendo assim, em primeiro lugar, vamos analisar os conflitos no campo que assolam o Brasil na temporalidade da conjuntura histórica em que a CPT constituiu sua compreensão de conflitos no campo, tendo como base o Paradigma da Questão Agrária, que resultam na criação dos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*. Temos consciência que os conflitos no campo e a questão agrária brasileira devem ser entendidos dentro da estrutura fundiária do Brasil, sobretudo, a partir de 1850, com a criação da Lei te Terras e, em consequência dela, o início do processo de estruturação do latifúndio moderno (Görgen; Stédile, 1993; Görgen, 2004; Martins, 2000a; Girardi, 2008b; Delgado, 2012), o que desenvolveremos em trabalhos futuros, adotando uma estrutura de longa duração. Cabe salientar, que a CPT utiliza o Paradigma da Questão Agrária brasileira para elaborar a sua narrativa que é representada nos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*.

Nesse caso, para compreendermos o contexto dos conflitos no campo, devemos levar em consideração que a ICAR atuou até a metade do século XX[46] como força conservadora, prestando apoio à concentração de terras e a projetos colonizadores, como a marcha para o oeste, o que ia ao encontro de seu projeto missionário da época, visto que, alguns documentos da CNBB no início da década de 1950[47] "[...] deixavam clara a preocupação social com a dignidade do homem do campo, porém, sem condenar abertamente o latifúndio" (Tedesco; Silva, 2020, p. 108). A mudança no posicionamento da Igreja, sobretudo no Brasil, ocorre após o Concílio do Vaticano II, finalizado em 1965, e das Conferências do Episcopado Latino-americano de Medellín (1968) e Puebla (1979), aliadas a fundação da Teologia da Libertação, que tem como premissa a "opção preferencialmente pelos pobres" abordada anteriormente.

Na perspectiva de compreender a narrativa da CPT, em nossa pesquisa, analisamos exclusivamente os dados dos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*, obviamente, levamos em consideração e como ferramenta de apoio as pesquisas realizadas anteriormente aos cadernos, como é o caso da obra *CPT: Pastoral e Compromisso* (1983) como também obras que foram publicadas em paralelo aos cadernos como é o caso dos *Atlas dos Conflitos no Campo no Brasil*,[48] publicados em 2013 e 2025,[49] ambos publicados em parceria com a CPT, bem como do *Atlas da Questão Agrária Brasileira*, publicado em 2008 e atualizado anualmente pelo Professor Dr. Eduardo Paulon Girardi.[50]

Diante dessas considerações, entendemos que os cadernos *Conflitos no Campo Brasil* são um documento monumento, visto que "[...] o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetua a recordação, por exemplo, os atos escritos" (Le Goff, 1990, p. 535) e o que transforma um documento em monumento é a sua utilização pelos agentes do poder ou de contestação do poder hegemônico, ou seja, a utilização do documento pela narrativa histórica

---

[46] Para compreender a atuação da ICAR até a metade do século XX, ver ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. BEOZZO, Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II; de Medellin a Santo Domingo**. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. Igreja do Brasil). CNBB. Declaração da Comissão Central da CNBB. **A Igreja e a situação do meio rural brasileiro**. Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

[47] Destacamos aqui o documento elaborado pelo então Bispo de Campanha/MG, Dom Inocêncio Engelke, em 1950, no qual inaugura a primeira proposta de reforma agrária da ICAR no Brasil. CNBB. Dom Inocêncio Engelke. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária. Campanha/MG. 1950. In: **Estudos da CNBB 11** – Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

[48] Idealizados por Antônio Canuto, falecido em 06/09/2023, aos 74 anos.

[49] Tanto os cadernos quantos os atlas publicados pela CPT possuem tabelas com as informações que utilizamos para fazer a nossa pesquisa, todavia, não há um cruzamento de dados conforme a proposta elaborada por nossa pesquisa, bem como uma abordagem do ponto de vista da conjuntura levando em consideração as diacronias e sincronias.

[50] Grande parte dos mapas que estão presentes nos cadernos Conflitos no Campo Brasil entre 2004 e 2008 foram elaborados pelo professor Dr. Eduardo Paulon Girardi, visto que nesse período Girardi trabalhou como colaborador da CPT no setor de mapeamento de dados.

“[...] é o que transforma o documento em monumento” (Le Goff, 1990, p. 546). Le Goff (1990) acrescenta que o documento/monumento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, mas é um produto da sociedade ou grupo político que o fabricou, das disputas de poder e só a análise do documento “[...] enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (Le Goff, 1990, p. 545).

Para Le Goff,

> O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que os produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente (1990, p. 547-548).

Seguindo essa lógica, os cadernos *Conflitos no Campo Brasil* constituem-se enquanto documento monumento porque propagam a narrativa da violência contra as comunidades camponesas e povos tradicionais em todo território brasileiro, constituindo-se como uma narrativa histórica coletiva que envolve a CPT, seus agentes de pastoral, as comunidades atendidas, assessores e documentalistas que produzem os cadernos e os pesquisadores que também se utilizam dos cadernos como fonte para suas pesquisas; em alguns casos, os cadernos também são utilizados, não como documento/monumento, mas por setores antagônicos aos camponeses e por agentes de ações ambíguas, como é o caso do Estado e seus entes federados, que, segundo Porto-Gonçalves (2005; 2008), hora promovem políticas públicas redistributivas, hora reprimem violentamente as comunidades camponesas e tradicionais em suas demandas afirmativas. Diante disso, sempre devemos associar na mesma análise “[...] os papéis atribuídos ao escrito, as formas e suportes da escrita, e as maneiras de ler” (Chartier, 2010, p. 8), visto que os textos são móveis, maleáveis, abertos e permitem a cada um que o lê continuar a frase e alojar-se em seus interstícios (Chartier, 2010), como é o caso dos diferentes usos dos dados que constam nos cadernos pelos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Para Chartier, a responsabilidade da história é “[...] tornar inteligíveis as heranças acumuladas e as descontinuidades fundadoras que nos fizeram ser o que somos” (2010, p. 14), para tal feito, é necessário vincular o estudo dos textos, com as formas que lhe conferiram existência e com as apropriações que lhe conferem sentido, buscando entender as lógicas materiais e práticas de quem produziu os textos. Nesse quesito, cabe observar as mudanças conceituais sobre o que é um conflito no campo que foram se implantando ao longo do tempo.

Por exemplo, entre 1985 e 1992 foram registrados acidentes com “boias-frias”, mas essa categoria foi descontinuada em 1993. No mesmo período foram registrados casos de trabalho análogo a escravidão em uma categoria própria e os conflitos trabalhistas, como o caso de acidentes e trabalho e questões de ações trabalhistas na categoria *Outros Conflitos*, juntamente com os conflitos em tempos de seca, garimpo, conflitos sindicais e por políticas agrícolas. Novas abordagens ou categorias surgem de acordo com as configurações, características e contextos dos conflitos, como também em virtude de mudanças na cosmovisão dos assessores e documentalistas em relação aos conflitos no campo, modificando a forma que os conflitos no campo vão sendo representados pela CPT.

Segundo Chartier (2010), toda representação se apresenta representando alguma coisa, de tal maneira que as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas, de uma realidade que lhes fosse exterior, mas “[...] as representações possuem uma energia própria que convence de que o mundo, ou o passado é realmente aquilo que dizem que é” (Chartier, 2010, p. 26). Nesse cenário, os cadernos *Conflitos no Campo Brasil* representam a prática da CPT enquanto ação pastoral, dando-lhe sentido e longevidade diante do desmantelamento de outras ações pastorais e de movimentos sociais que têm a duração da demanda, se extinguindo após o reconhecimento da mesma; ao mesmo tempo que representam as práticas, os cadernos se constituem enquanto documento monumento, informando as comunidades assistidas pela CPT e orientando a ação das lideranças camponesas, dos agentes de pastoral e dos assessores da CPT.

## 4.1 OS CADERNOS COMO REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE CAMPONESA

Uma vez que os cadernos são uma representação da realidade camponesa, é comum ouvir entre os documentalistas da CPT o ditado de que “os cadernos são um retrato do momento em são elaborados e publicados”[51], ou seja, os dados não abrangem a totalidade de casos, mas permitem aos seus leitores um panorama da sociedade brasileira naquele momento, sendo necessário analisar o conjunto dos cadernos para obter o retrato da conjuntura da violência no campo. Anualmente são realizadas revisões e novas inserções de conflitos de anos anteriores que não foram catalogados.

[51] ideia de que o relatório é um "retrato do momento" aparece em apresentações, lives de lançamento. Registramos essa expressão na fala do assessor Ruben Siqueira durante o V Congresso Nacional da CPT, em julho de 2025. Ruben faz parte da CPT desde 1981, sendo atualmente coordenador do Coordenador de Projeto na Bacia do Rio São Francisco na CPT Bahia.

Em outras palavras, poderíamos dizer que a fotografia do presente não é mais, nem menos, fidedigna do que a pintura que representa o passado, ambas descrevem a realidade, não em sua totalidade, mas parcialmente. Obviamente que, para produzir uma pintura do passado que se aproxime de ser fidedigna, ao ponto de retratar a realidade da época, ou de produzir uma fotografia do presente que seja digna de confiança e que não esteja adulterada, faz-se necessário uma checagem rigorosa das informações coletadas ao longo da pesquisa.

Para tal, a CPT, por meio de seus documentalistas, realiza a checagem dos dados mesmo quando os números são oriundos de suas regionais, conforme sua metodologia, na seção *Critérios de inclusão e exclusão* (CPT, 2026); esse critério é utilizado desde os primeiros cadernos da CPT, como o de 1987, publicado em 1988, onde a CPT explica que em caso de dúvidas ou discrepâncias entre informações relacionadas aos conflitos, sempre é divulgado o menor número, pois a "[...] CPT não aceita participar dessa gincana macabra de divulgar o maior número de vítimas possível" (CPT, 1988, p. 16). Dessa forma, uma análise do conjunto dos cadernos da CPT se constitui como um grande mosaico histórico, uma exposição de quadros ou fotografias que retratam a realidade dos conflitos no campo no Brasil e nos tornam inteligíveis a sua compreensão, demonstrando de onde se partiu, os caminhos percorridos pela CPT e o lugar onde estamos.

O primeiro caderno (1985) não possuía uma metodologia clara e, como já foi dito, era basicamente as anotações que o Padre Mario Aldighieri coletou durante as reuniões com as regionais da CPT durante o ano de 1985. Nesse caderno estão compilados a violência sofrida pelos "[...] trabalhadores rurais, índios e agentes pastorais" (CPT, 1986, p. 17), sendo que os tipos de violência classificadas como conflito são invasão de terras indígenas, despejo, grilagem, alagamento de terras para a construção de barragens, violência de pistoleiros e policial, assassinato, ameaça de morte, destruição de casas e outros bens, trabalho escravo, acidentes de trabalho que por se tornarem rotineiros são tratados como violência, desrespeito às leis trabalhistas, greves, demissões sem justa causa, conflitos nas áreas de garimpo que podem ser tanto contaminação por mercúrio ou exploração ou até mesmo disputa pelo garimpo ou exploração da mão de obra e consequente paralização dos trabalhadores, conflitos em tempos de seca que se desdobram pela disputa pelo acesso a água ou pela distribuição de alimentos ou sementes pelo governo, acidentes com boias-frias e fraudes nas eleições sindicais ou violência contra líderes sindicais.

Nos anos seguintes a CPT vai desenvolvendo os seus critérios de trabalho e seus eixos de conflitos, o que em nossa concepção, confere aos cadernos um maior rigor científico. O primeiro caderno que consta os critérios de trabalho da CPT é o de 1987, publicado em 1988,

nesse caderno também surgem as categorias que organizam os eixos de conflitos, catalogando alguns tipos de violência em duas categorias, Violência Contra a Pessoa e Violência Contra a Ocupação e a Posse, todavia, só há elaboração de tabelas que nos permitem levantar esses dados com precisão a partir do caderno de 1988. A CPT utiliza essas duas categorias e os tipos de violência nelas relacionados como critérios para desenvolver o conceito de Conflitos no Campo. Inicialmente essas categorias davam suporte apenas ao eixo "conflitos por terra", a partir de 1992 a categoria Violência Contra a Pessoa passou a abarcar todos os eixos de violência, enquanto a categoria Violência Contra a Ocupação e a Posse se manteve ligada as ocorrências do eixo terra.

Mesmo sendo categorias distintas, faz-se necessário compreender que elas estão interseccionalizadas no levantamento dos conflitos do campo nos quatro eixos de abordagem da CPT, visto que, em uma incidência de violência no campo pode haver tanto violência contra pessoa quanto violência contra a ocupação e a posse, bem como, em uma única ocorrência podem ser catalogados vários tipos violência contra a ocupação e a posse e de violência contra pessoa. Em vista disso, afirmamos que há o desenvolvimento de uma metodologia dos conflitos no Campo pela CPT visando teorizar as ocorrências por meio de conceitos que estão relacionados às categorias de Violência Contra a Pessoa e Violência Contra a Ocupação e a Posse. Essas categorias vão se desenvolvendo ao longo dos anos seguintes e são utilizados como critérios para contabilizar, ou não, as incidências de violência no campo como Conflito no Campo.

Cabe aqui esclarecer que os números apresentados nessa pesquisa como Conflitos no Campo, se referem ao número de ocorrências de conflitos nos eixos Terra, Água, Trabalho e, de forma mais genérica, Outros conflitos. Dessa forma, na análise devemos considerar tanto o número de ocorrências quanto o número de pessoas ou bens que sofreram a ação. No caso da violência contra a pessoa, uma pessoa pode sofrer variados tipos de violência contra a pessoa em uma mesma ocorrência, sendo todos eles tipificados, porém é contabilizado como apenas uma ocorrência de conflito. O mesmo se aplica para os casos de Violência Contra a Ocupação e a Posse. Também pode haver combinação das categorias de violência em uma mesma ocorrência, podendo haver no mesmo conflito incidência de Violência Contra a Ocupação e a Posse e de violência contra a pessoa.

Chamamos a atenção para o fato de que os números da categoria Violência Contra a Pessoa não podem ser confrontados com os números de conflitos no campo, visto que as categorias da Violência Contra a Pessoa fornece dados qualitativos referente aos eixos de violência. Outro ponto que deve ser levado em consideração é o fato de que a descontinuidade

de algumas categorias e a inclusão de novas categorias gera certas distorções no entendimento dos conflitos no campo, dificultando a análise do ponto de vista da conjuntura, visto que, em alguns casos, não há dados para aquele tipo de violência em determinados anos porque por uma decisão editorial foi decidido descontinuar ou aglutinar determinado tipo de violência, não pela ausência desse tipo de violência no campo brasileiro, mas por uma mudança metodológica.

Tabela 1 - Violência Contra a Pessoa (Dados entre1988 e 2025)

| Tipo de Violência Contra a Pessoa | Nº Pessoas |
|---|---|
| Aborto | 33 |
| Acidente de trabalho | 2.895 |
| Agressão | 10.584 |
| Ameaça de expropriação | 9 |
| Ameaça de Morte | 9.098 |
| Ameaça de prisão | 1.295 |
| Assassinato | 1.679 |
| Cárcere privado[52] | 863 |
| Contaminação por agrotóxico | 2.955 |
| Contaminação por minérios | 393 |
| Criminalização | 613 |
| Danos | 2.479 |
| Desaparecido | 290 |
| Detenção[53] | 1.657 |
| Estupro | 90 |
| Ferimento | 6.488 |
| Grilagem | 3 |
| Humilhação | 2.431 |
| Impedimento de ir e vir | 12.265 |
| Impedimento do exercício profissional | 162 |
| Intimidação | 41.541 |
| Morte em consequência | 2.296 |
| Omissão/Conivência | 2.987 |
| Prisão[54] | 10.754 |
| Processo por improbidade administrativa | 1 |
| Sequestro | 823 |
| Tentativa de Assassinato | 2.428 |
| Terrorismo[55] | 7.695 |
| Tortura | 981 |
| Total de pessoas afetadas diretamente | 125.788 |

Fonte: CEDOC-CPT. Elaborado pelo autor.

[52] Para a CPT cárcere privado é o ato de reter violentamente, por coerção ou por dívidas pessoas no ambiente rural. Esse conceito está atrelado, principalmente, ao trabalho escravo rural. A retenção pode ser tanto física quanto geográfica, onde os trabalhadores são levados para fazendas ou frentes de desmatamento isoladas e impedidos de sair.

[53] A CPT entende por detenção o ato momentâneo de prender alguém.

[54] Para a CPT prisão é o ato de prender temporária ou preventivamente alguém. A CPT classifica a prisão como uma ferramenta de criminalização e repressão política, utilizada frequentemente para desmobilizar lideranças, camponeses, indígenas, quilombolas e defensores dos direitos humanos que lutam pelo acesso à terra.

[55] A CPT utilizar o termo *Terrorismo* ou *Terror* para os casos de violência estruturada e generalizada empregado por agentes hegemônicos, tais como incêndio criminoso de moradias, destruição de plantações, matança de animais e ameaças constantes.

Tabela 2 - Violência Contra a Ocupação e a Posse (Dados entre1988 e 2025)

| Tipo de Violência Contra a Ocupação e a Posse | Nº Famílias |
|---|---|
| Ameaça de Despejo Judicial | 671.442 |
| Ameaça de Expulsão | 563.780 |
| Contaminação por Agrotóxico | 55.958 |
| Desmatamento Ilegal | 305.462 |
| Despejo Judicial | 462.597 |
| Destruição de Casas | 100.386 |
| Destruição de Pertences | 128.126 |
| Destruição de Rocados | 103.376 |
| Expulsão | 78.218 |
| Grilagem | 298.870 |
| Impedimento de Acesso a Áreas de uso Coletivo | 42.095 |
| Incêndios | 187.523 |
| Invasão | 820.857 |
| Omissão conivência | 314.331 |
| Pistolagem | 458.379 |
| Violações nas Condições de Existência | 195.489 |
| Total de famílias afetadas | 4.786.889 |

Fonte: CEDOC-CPT. Elaborado pelo autor.

A categoria Violência Contra a Ocupação e a Posse estão profundamente ligadas ao eixo terra, fornecendo dados qualitativos relacionados a esse eixo, sendo contabilizado em cada categoria de violência o número de famílias que foram atingidas por aquela violência. Todavia, em 2018 foi notado uma inconsistência nos cálculos que resultavam no número de famílias e pessoas envolvidas nos conflitos no campo, pois a CPT contabilizava duas vezes o número de famílias envolvidas em conflitos no campo caso aquela localidade tivesse mais de uma ocorrência no mesmo ano. Dessa forma, no Caderno de 2018 foram atualizados os números de famílias e pessoas envolvidas nos conflitos no campo desde 2009. Atualmente a metodologia da CPT considera, em cada conflito, apenas o maior número de famílias registrado no ano, buscando documentar com mais exatidão o número de famílias em conflitos no campo, como por exemplo, "[...] casos em que um determinado ano tenha havido uma ocupação com 500 famílias, e um despejo com 600 famílias, o número de famílias considerados neste conflito no ano é de 600" (CPT, 2025, p. 21).

Outro ajuste metodológico referente a contagem do número de participantes em conflitos no campo por ano é o fato de a CPT ter revisto o número de pessoas por família para fazer o cálculo das pessoas, visto que "[...] até 2018, considerava-se 5 pessoas por família. De 2019 em diante, passou-se a considerar 4 pessoas por família" (CPT, 2025, p. 21). De toda forma, nos parece um número elevado contabilizar 4 pessoas por família, visto que o Censo

Demográfico de 2022 indica que a média nacional é de 3,1 pessoas por família. Acreditamos que a escolha da CPT teve como base as regiões Norte e Nordeste, onde há uma média de 3,5 e 4 pessoas por família, respectivamente.

Os números de ocorrências dessa categoria podem ser confrontados com o número dos conflitos do eixo terra, visto que é realizado um registro apenas para cada ocorrência, podendo, inclusive, haver mais de um tipo de Violência contra a Ocupação e a Posse em uma mesma ocorrência. Nesses casos, é registrado apenas uma ocorrência de conflito no campo e contabilizado apenas uma vez o número de famílias. Os dados qualitativos de violência sofridas de forma individual nas ocorrências de Violência contra a Ocupação e a Posse são registrados na categoria Violência Contra a Pessoa.

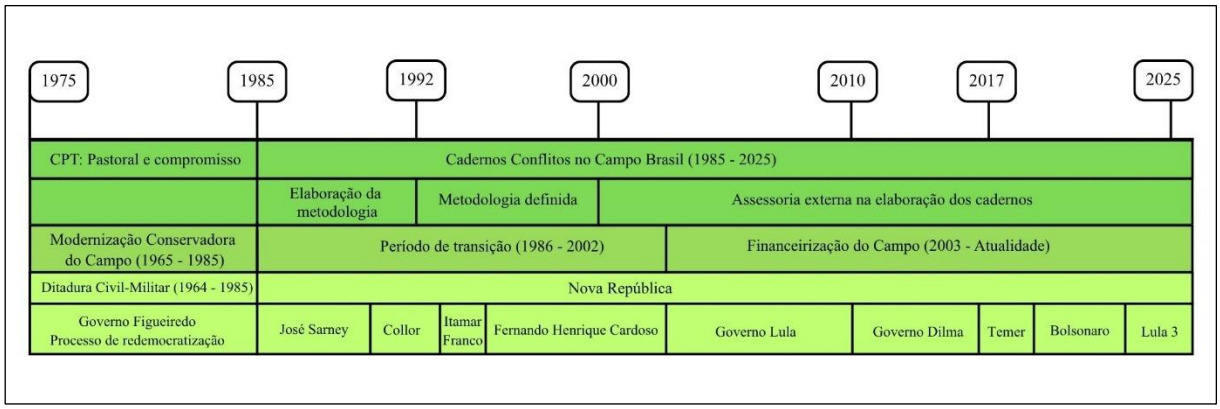
Em ambos os critérios de violência são registrados, quando se tem conhecimento das informações, o ano, o estado, o município, o nome atribuído ao conflito, a localidade, o eixo de violência, o tipo de violência, a categoria que causou a ação, a categoria que sofreu a ação, o sexo, o gênero, a cor e o estado civil. Não há preenchimento de todos esses dados em todos os conflitos em virtude de que alguns critérios de informação foram sendo incluídos ao longo do tempo e nem sempre se tem fontes disponíveis para inserir em todos os dados qualitativos. De toda forma, os dados levantados pela CPT, juntamente com os estudos teóricos sobre a questão agrária nos permitem ter um panorama da violência no campo brasileiro, como também as causas e as consequências dos conflitos no campo no Brasil.

Esse desenvolvimento da metodologia dos eixos e critérios de Violência Contra a Pessoa e Violência Contra Ocupação e a Posse pela CPT nos remetem aos estudos sobre os escritos de Roger Chartier. Chartier (1988, 2010) argumenta que os escritos devem ser entendidos, antes de tudo, pelas condições de sua publicação, por seus editores, as formas utilizadas para a representação da narrativa, tais como imagens, gráficos, charges e textos escritos, bem como a intencionalidade dos autores envolvidos na publicação. Chartier acrescenta que a "[...] historicidade primeira de um texto é a que lhe vem das negociações estabelecidas entre a ordem do discurso que governa sua escrita, seu gênero, seu estatuto, e as condições materiais de sua publicação" (Chartier, 2010, p. 22). Em vista disso, propomos que os dados dos cadernos da CPT devem ser analisados e compreendidos levando em consideração as decisões editoriais e metodológicas da CPT tendo como eixo central a noção de "conflito no campo", juntamente com as diacronias e sincronias do contexto político e socioeconômico brasileiro de cada período.

Para Chartier, "[...] o escrito é transmitido a seus leitores ou auditores por objetos ou vozes, cujas lógicas materiais e práticas precisamos entender" (2010, p. 14), em nosso caso,

isso se aplica aos critérios de Violência Contra a Pessoa e de Violência Contra a Ocupação e a Posse, como também a forma como a CPT apresenta os dados em seus cadernos, bem como o conjunto de intelectuais que assessoram a elaboração dos cadernos e aqueles que publicam textos em determinadas edições. Diante dessas considerações, elaboramos uma linha de tempo de acordo com as opções metodológicas e editoriais da CPT, buscando abarcar as diacronias e sincronias que envolvem os conflitos no campo e afetam a incidência deles, resultando na seguinte organização:

Figura 2 - Linha de tempo da história da CPT




Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com as transformações na forma de atuação, dividimos os cinquenta anos de história da CPT em quatro partes: Fundação e organização da CPT (1975-1984), período que resultou na publicação *CPT: Pastoral e Compromisso*, que aborda conflitos desde a década de 1960 até 1982; Criação dos cadernos conflitos no campo Brasil e desenvolvimento de sua metodologia (1985-1991); Estabelecimento dos Critérios de Violência Contra a Pessoa e Violência Contra a Ocupação e a Posse, resultando em uma "metodologia definitiva" (1992-1999) e; Contribuição de assessores externos na elaboração dos cadernos (2000-Atulidade).

Para elaborar a linha de tempo relacionada a questão agrária brasileira contamos com os trabalhos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012; 2015a), Maristela Svampa (2019) e Guilherme Costa Delgado (2012). Por mais que o recorte temporal e espacial dos autores seja distinto, bem como a utilização de conceitos, realizamos uma harmonização para chegar até a demarcação temporal que representamos na linha de tempo da CPT.

Enquanto Oliveira realiza uma abordagem mais no âmbito nacional e de como a agricultura brasileira se mundializou com a monopolização do território e a territorialização do monopólio a partir da financeirização do campo brasileiro, a partir de 2003; Svampa (2019) realiza seus estudos por meio do paradigma da ecologia política e os conflitos socioambientais

na América Latina, conceituando o neoextrativismo e realizando uma crítica ao neodesenvolvimentismo adotado por governos progressistas latino-americanos para financiar programas sociais, sem alterar a dependência econômica e a degradação ambiental, sobretudo no início do século XXI, por volta de 2003. Ou seja, por mais que a abordagem e a teorização de Oliveira (2012; 2015a) e Svampa (2019) sejam diversas, ambos demarcam o ano de 2003 como o início de um novo ciclo nas relações do campo, tanto brasileiro quanto da América Latina.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2015a) a Territorialização do monopólio deve ser compreendida no contexto da

> [...] agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, a mesma pessoa física ou jurídica aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas: como proprietária de terra e como burguesia capitalista, em duas categorias sociais: uma agrícola e outra industrial. É por isso que essas empresas têm empresas para administrar o patrimônio fundiário (Oliveira, 2015a, p. 242).

Já a monopolização do território na agricultura, para Oliveira:

> [...] se dá através das empresas de comercialização [...] ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma o controle monopolístico do território [...], ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. Isto quer dizer também, que estabelecem alianças de classes entre aqueles que produzem de fato no campo, geralmente os nacionais, e, aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo. Assim, os proprietários de terras e os capitalistas aliam-se a empresas mundiais de diferentes setores sejam nacionais ou estrangeiras (Oliveira, 2015a, p. 242-243).

Segundo Oliveira (2015a), esse processo deve ser entendido a partir dos anos 1980, visto que, diante do advento do neoliberalismo e da mundialização do capital surgiram sob o guarda-chuva da globalização, associando empresas monopolista nacionais com empresas monopolistas internacionais, transformando ambas em empresas mundiais. “Assim, o capital mundial disseminou-se pelos países emergentes fazendo alianças com setores das burguesias

nacionais, transformando-os em capitalistas mundiais" (2015a, p. 230). No Brasil, essa associação ocorreu, principalmente, mas não exclusivamente, entre os setores do agronegócio (insumos, produção, processamento e distribuição), que ganharam novo impulso a partir de 2003 com o reestabelecimento de uma política agrícola estatal que visava por meio da exportação de commodities equilibrar a balança comercial, saldar a dívida externa e promover políticas redistributivas.

Esse processo de mundialização do capitalismo mundial que transformou a agricultura capitalista é vista por Oliveira (2015a) como o canto da sereia da revolução verde que prometia acabar com a fome no mundo, todavia, o que ocorre é a incidência de hostilidades à agricultura camponesa, a substituição da soberania e da segurança alimentar estatal por estoques privados de empresas monopolistas mundiais e o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), como órgão mundial de regulação e mediação das relações comerciais. Dessa forma, "[...] sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais" (Oliveira, 2015a, p. 240).

Segundo Oliveira (2015a), no Brasil as empresas monopolistas mundiais têm uma característica nova, a abertura de capital e o lançamento de suas ações na bolsa de valores. Dessa forma, "[...] essas empresas monopolistas mundiais articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária e florestal mundial: a territorialização dos monopólios e a monopolização do território" (Oliveira, 2015a, p. 241). Cabe ainda ressaltar que, para Oliveira (2015a) a mundialização do capitalismo monopolista traz contradições conceituais, visto que a mesma empresa pode adotar posturas diferentes em determinados setores e regiões, monopolizando o território em um determinado setor e territorializando os monopólios em outros, demonstrando uma diversidade de atuação em relação a cada região ou cultura produzida. Esses processos vão incidir em violência no campo, principalmente nas regiões de fronteira agrícola.

Por meio de Delgado (2012), articulamos as teorias de Oliveira, mais focada na mundialização do campo brasileiro, e de Svampa, mais focada na questão neoextrativista latino-americana. Delgado (2012), por sua vez, coloca como marco temporal para o início da financeirização da agricultura do campo a crise cambial de 1999, todavia, também demarca o intervalo entre os anos de 1986 e 2003 como o período que marcou "[...] a desmontagem da antiga política agrícola e comercial" (Delgado, p. 86), a modernização conservadora do campo. Em virtude desse argumento, demarcamos o Período de Transição entre 1986 e 2002, e com isso, estabelecemos a modernização conservadora do campo entre 1964 e 1985, tendo como

base os estudos de Delgado (2012);[56] da mesma forma, estabelecemos 2003 como início do período em que a financeirização do campo se consolidou.

Do ponto de vista da história política, a CPT se articula e tem sua fundação durante a Ditadura Civil-Militar (1964 - 1985), momento em que o projeto desenvolvimentista do regime em que há um avanço sobre terras das comunidades tradicionais, forte repressão aos movimentos sociais do campo, combate e eliminação sistemática de focos de resistência ao regime na região do Bico do Papagaio; microrregião que, não por acaso, concentra um número elevado de conflitos no campo durante todo o período histórico. Na Nova República (1986 – até a atualidade), a CPT passa a publicar anualmente os cadernos Conflitos no Campo Brasil, que se tornaram a principal fonte de denúncia dos conflitos no campo no Brasil, visto que o próprio Estado não se preocupou em registrar e enfrentar a violência no campo como uma política pública (Porto-Gonçalves, 2005).

Ao observarmos a trajetória da CPT, a forma como os cadernos são elaborados e como denunciam a violência no campo ao longo do tempo, fica evidente que a mediação articulada pela CPT dá visibilidade às comunidades que sofrem violência no campo, bem como promove a formação de redes e teias de solidariedades entre grupos que são vítimas da violência no campo. Dessa forma, a CPT constitui os cadernos e acaba por se tornar um centro de documentação dos conflitos do campo ao mesmo tempo que os cadernos de conflitos dão um novo sentido a CPT, o de ser a guardiã da história e da memória dos camponeses, da qual se estabelece uma narrativa do que são os conflitos no campo e a efetivação de sua denúncia por meio dos cadernos.

Teixeira, Comerford, Perutti (2022), chamam a atenção para o fato de que as formulações "[...] de grupos camponeses, quilombolas e povos tradicionais que visam dar conta de conflitos e torná-los compreensíveis comumente articulam um vocabulário moral na sua enunciação" (Teixeira; Comerford; Perutti, 2022, p. 3), esse é o caso dos conceitos de conflitos no campo e de camponês. A CPT articulou o conceito de camponês, desenvolvendo a identidade camponesa como uma intersecção das demais identidades do meio rural brasileiro, mesmo que, em muitos casos, algumas dessas comunidades não se reconheçam como camponesas. Essas articulações tornam a luta pela terra não localizada, mas um projeto político territorializado

[56] Delgado (2012) demarca dois períodos intermediários que, de certa forma, vamos unificar em nosso trabalho. Para o autor há dois momentos desse período de transição que devem ser levados em consideração sendo eles: 1) "1983-1993, primeira tentativa de resposta à crise do endividamento com recurso aos saldos comerciais oriundos do setor primário: 2) 1994-1999, folga na liquidez internacional, liberalização externa e novo endividamento" (Delgado, 2012, p. 79).

nacionalmente, baseado na identidade camponesa, na sua relação com a terra e o pertencimento ao território ao qual cada comunidade pertence.

Para Teixeira, Comerford e Perutti (2022) a maioria das comunidades tradicionais fundamentam seus modos de vida em suas terras de uso coletivo, mas não comunal, visto que nesse sentido precisamos entender o território como uma combinação entre apropriações privadas e coletivas, como por exemplo, em muitos casos o território é coletivo, mas animais e cultivos são particulares. “Para além das qualidades da própria terra, bens como a água podem ser diferenciados no que diz respeito a suas qualidades e usos, algumas mais propícias a serem bebidas e partilhadas do que outras” (Teixeira, Comerford, Perutti, 2022, p. 5), como é o caso da água disponível para beber ou da água utilizada para saciar a sede dos animais e realizar atividades domésticas.

Teixeira, Comerford e Perutti (2022) acrescentam que os conflitos no campo ocorrem principalmente pela forma de entender a propriedade da terra, visto que, enquanto nas comunidades tradicionais ninguém pode se apropriar privadamente da terra para transformá-la em poder político ou econômico, na lógica do modelo capitalista é justamente os recursos naturais que acabam por gerar poder econômico e político. Dessa forma, os povos tradicionais, juntamente com agências de mediação, como a CPT, interpelam o Estado para que crie políticas públicas que reconheçam os seus modos de vida, garantam sua autonomia e promovam condições de vida digna, diante das ações que colocam em risco os seus territórios e a existência de seu modo de vida. Segundo os autores, entre os empecilhos para a continuidade das comunidades tradicionais estão a

> [...] expansão da fronteira agrícola, a construção de estradas, a liberação e o emprego intensivo de agrotóxicos (sem precedentes nos últimos anos), os desastres ambientais, os avanços da especulação imobiliária e a grilagem de terras, os grandes projetos minerários por vezes precedidos pelo incentivo ao garimpo ilegal, e o turismo predatório são alguns dos conflitos enfrentados por esses povos do campo, das águas e das florestas em nosso país. Por outro lado, na tentativa de conter o avanço destruidor de projetos fomentados pelo próprio Estado, criam-se as Unidades de Conservação (UC) ambiental, recintos protegidos da intervenção humana que em vários casos expulsam povos de seus lugares de vida ou controlam suas formas de habitar (Teixeira, Comerford, Perutti, 2022, p. 7).

Como pode ser visto, em muitas vezes a ação do Estado acaba por interferir no modo como as comunidades se organizam e se articulam internamente, sem contar nos atos em que o Estado é o causador da violência contra as comunidades, seja por despejo, ameaça de despejo ou por desapropriação de parte de suas terras para a promoção de projetos desenvolvimentistas. Ambiguamente, o mesmo Estado que pratica a violência contra essas populações, também é

responsável por promover políticas redistributivas e afirmativas, pois nem sempre promove, ações de demarcação e proteção de seus territórios, programas de reforma agrária e, por mais polêmico que seja no âmbito das questões atuais da CPT, a regularização fundiária.[57] Segundo a CPT, a atuação do Estado muda de acordo com o contexto político da curta para a média duração, como por exemplo, durante

> [...] o período do Regime Militar, vivemos o envolvimento direto das Forças Armadas na repressão aos trabalhadores rurais. A partir do momento em que se instala a Nova República, observa-se nitidamente um recuo das Forças Armadas e a transferência do papel repressor para as Polícias Militares dos Estados. Essa transferência acompanha o movimento de descentralização do poder que se opera com a eleição dos governadores, em 82 [...]. Em lugar do aparato repressivo e centralizado do Regime Militar, o latifúndio agora se utiliza das Polícias Militares dos Estados como se fossem milícias particulares (CPT, 1988, p. 10).

Há uma mudança na postura do Estado brasileiro e de seus entes federados em relação aos conflitos no campo após o processo de redemocratização, se estabelecendo na Nova República. Uma vez que, a ação do Estado vai oscilando de acordo com a conjuntura política e sociocultural do tempo presente, como é o caso da primeira década do século XXI, onde ocorreu o surgimento de políticas afirmativas e redistributivas. Lívio Sansone (2020) aborda essa virada latino-americana a partir dos anos 1980, onde a região se tornou o espaço onde mais se promoveu ações afirmativas no ocidente.

Sansone (2020), destaca que houve uma profunda mudança de compreensão e visibilidade das identidades indígenas e negras, historicamente marginalizadas e excluídas, ora promovidas ao direito, inclusive, de musealização, bem como o "[...] direito à terra de parte de quilombolas, ribeirinhos e grupos indígenas recém-reconhecidos pelo Estado como tais ou à preservação de um determinado aspecto do patrimônio cultural" (Sansone, 2020, p. 4). No Brasil, a demarcação das terras para os povos tradicionais está prevista na Constituição Cidadã de 1988, como por exemplo o artigo 68 do ADCT que assegura aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras o reconhecimento a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos de propriedade; e o artigo 231 que reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras que tradicionalmente ocupam, tornando obrigação da União demarcá-las e protegê-las. Constatamos que esses dispositivos

[57] Segundo José de Souza Martins (2000b, p. 106-107), a CPT, ao logo doa anos, mudou sua concepção sobre a regularização fundiária, visto que entre os anos 60 e 80 a CPT defendia a regularização fundiária como ato legítimo de reforma agrária, consolidando-se como uma luta dos posseiros da Amazônia Legal. A partir da década de 1990, a CPT começa a vera regularização fundiária como meramente um ato administrativo do governo sem maiores alcances e que os dados não deveriam ser considerados reforma agrária, uma vez que a regularização fundiária também é utilizada por grileiros para regulamentar invasões de territórios de povos tradicionais e terras estatais.

constitucionais seguem sendo lugar de disputa entre comunidades tradicionais e camponesas, tendo como antagonistas o latifúndio e o agronegócio, tornando-se um dos eixos centrais da questão agrária brasileira.

Ao analisar a conjuntura agrária do Brasil sob a perspectiva do "Paradigma da Questão Agrária", Eduardo Paulon Girardi elaborou o *Atlas da Questão Agrária Brasileira*, lançado em 2008. O Atlas é parte de sua tese doutoral intitulada *Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação na elaboração do Atlas da Questão Agrária Brasileira.*[58] O Atlas é composto por análises e mapas "[...] que permitem compreender a diversidade do campo nas perspectivas regional e territorial" (Girardi, 2008a, on-line), uma vez que as análises se referem aos estudos elaborados até 2008, havendo, neste caso, mapas elaborados posteriormente e que não possuem análises explicativas. Entre 2022 e 2025 foram elaborados mais 390 mapas, resultando, atualmente, em cerca de 1.280 mapas.

A análise de Girardi, assim como a da CPT, adota o paradigma da questão agrária, tendo como eixo central "[...] a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato e as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo" (Girardi, 2008a, on-line). Em vista disso, Girardi (2008a) considera o conflito no campo como fator indissociável ao desenvolvimento, dando ênfase à oposição entre o campesinato e o latifúndio e agronegócio, os quais considera serem os dois territórios da questão agrária no Brasil.[59] Essa oposição entre os modos de vida e os diferentes modelos de desenvolvimento entre o campesinato e latifúndio e agronegócio geram tensionamentos constantes e consequentes processos de TDR. Dessa forma, Girardi (2008a) procura ressaltar em seu trabalho as contradições do campo brasileiro, que expropria, explora e subordina para manter a alta produtividade e a concentração de terra e renda, visando analisar como todos esses processos se desenvolvem em todo o território nacional.

Girardi (2008a) afirma que a disputa entre os dois diferentes sistemas, o agronegócio e o campesinato, produz um processo conflitivo, que pode ser visto pelo constante processo de enfrentamento e TDR por ambos os lados. Dessa forma, Girardi afirma que:

> O conflito é alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo e é por este processo que campesinato e capitalismo se enfrentam para a solução dos problemas e

[58] O Atlas se torna importante para nossa pesquisa pelo fato de que o banco de dados da CPT é uma de suas fontes, realizando um cruzamento de dados com outras entidades que também têm como seu objeto de pesquisa a realidade dos camponeses, como é o caso do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; da Rede DATALUTA – Banco de Dados das Lutas por Espaços e Território; Ministério do Trabalho e Emprego; do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; e do INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

[59] Eduardo Paulon Girardi (2008a), considera o latifúndio e o agronegócio como sendo um único território, pois suas ações são operadas e coordenadas a partir da oposição ao campesinato.

> promoção do desenvolvimento. Por isso, ao desconsiderar o conflito, muitos projetos de desenvolvimento do campo fracassam (Girardi, 2008b, p. 112-113).

Girardi (2008b) propõe que campesinato e agronegócio sejam entendidos como sistemas de produção e culturalmente opostos e, portanto, devem ser analisados como dois territórios distintos, o território do campesinato e o território do agronegócio, que se entrelaçam nas mesmas espacialidades.

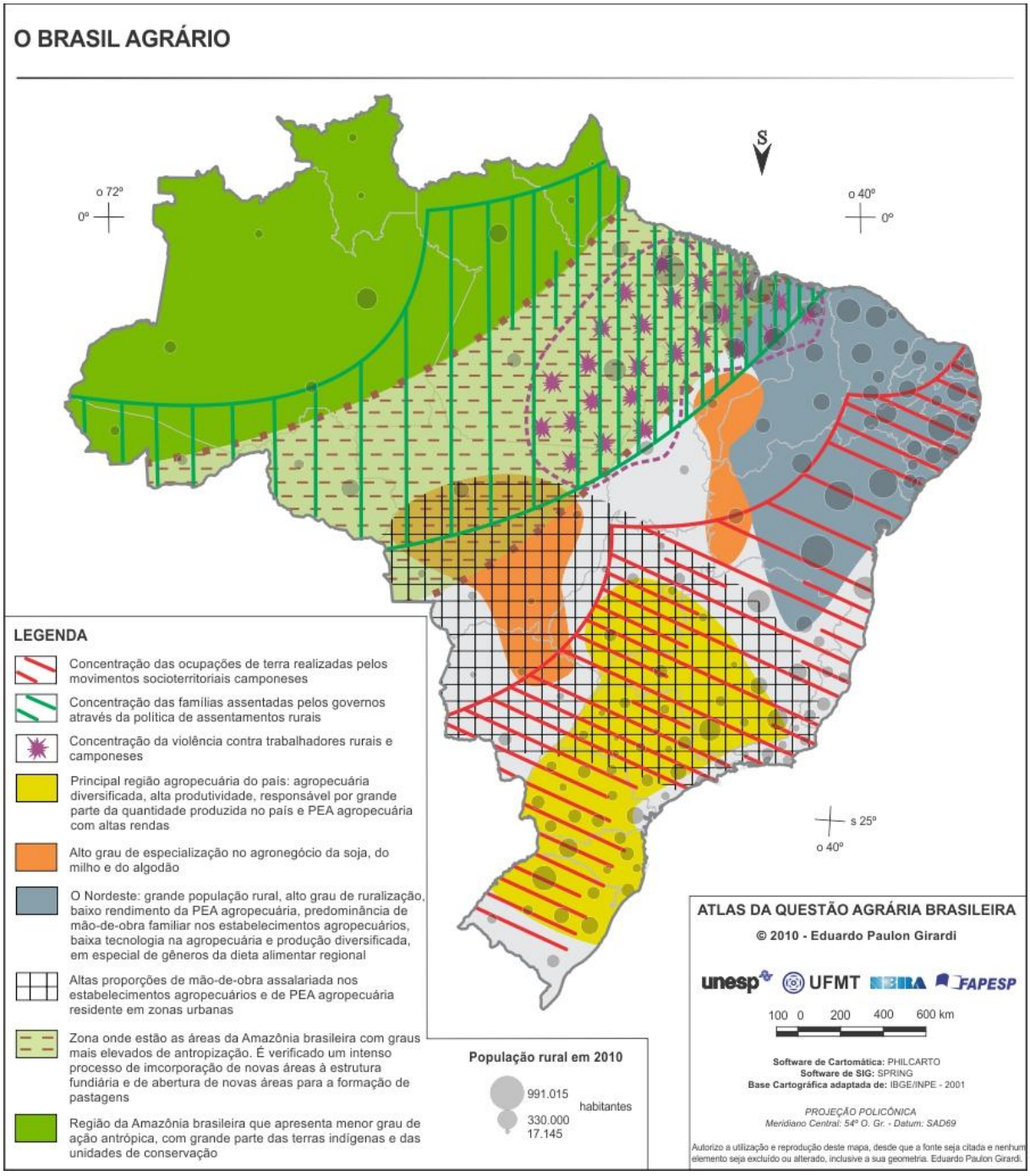
> O território do latifúndio e agronegócio compreende as grandes propriedades, grilos, grileiros, exploração do trabalho, grandes empresas capitalistas, crimes ambientais, mecanização intensa, superprodução, improdutividade, especulação fundiária, violência contra pessoa e concentração do poder econômico e político. De forma oposta, o território do campesinato, relativo aos camponeses com ou sem terra, compreende a luta pela terra, pequenas propriedades, pequenas posses, cooperativismo, produção familiar, menor impacto ambiental, ocupações de terras e assentamentos rurais. Esses dois territórios são ideologicamente opostos e materializados através da posse e propriedade da terra, da produção agropecuária e de suas ações políticas. Através do enfrentamento de suas ideias e ações (que expressam sua imaterialidade) esses dois territórios se confrontam na produção, reprodução e pela terra (que expressam sua materialidade) no contexto da questão agrária brasileira (Girardi, 2008b, p. 121).

Para Girardi (2008a), mesmo se tratando de diferentes sistemas distintos, o campesinato pode produzir dentro do agronegócio, porém de forma subalternizada e subordinada, como é o caso da integração "[...] do campesinato com empresas para a produção de frango, fumo, cana-de-açúcar, por exemplo" (Girardi, 2008b, p. 112). Ao elaborar os mapas, Girardi (2008a; 2008b; 2025) buscou demonstrar as dinâmicas regionais da realidade agrária brasileira, bem como a "integração" e disputa entre o sistema camponês e o agronegócio, evidenciando as sobreposições de projetos distintos dentro de uma mesma espacialidade, que por sua vez geram conflitos por meio dos processos de TDR, bem como as contradições dos projetos de reforma agrária governamentais.

Devido a colaboração dos mapas de Girardi para a constituição dos cadernos da CPT, visto que, desde o início dos anos 2000, Girardi contribui e estuda os dados da CPT por meio de colaboração acadêmica do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) (Girardi, 2008a, On-line), julgamos necessário trazer para a análise dos dados da CPT parte de suas contribuições. Durante todo o período de colaboração, Girardi organizou diversos mapas e análises territoriais com base nas estatísticas publicadas anualmente nos cadernos *Conflitos no Campo Brasil*.

O mapa *O Brasil Agrário* 2008 é resultado da tese doutoral de Eduardo Paulon Girardi, que, para sua elaboração, contou com "[...] dados do Cadastro Rural do INCRA nos anos de 1992, 1998 e 2003, os dados do Censo Agropecuário 1995/1996 do IBGE e alguns dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006" (Girardi, 2008a, on-line).

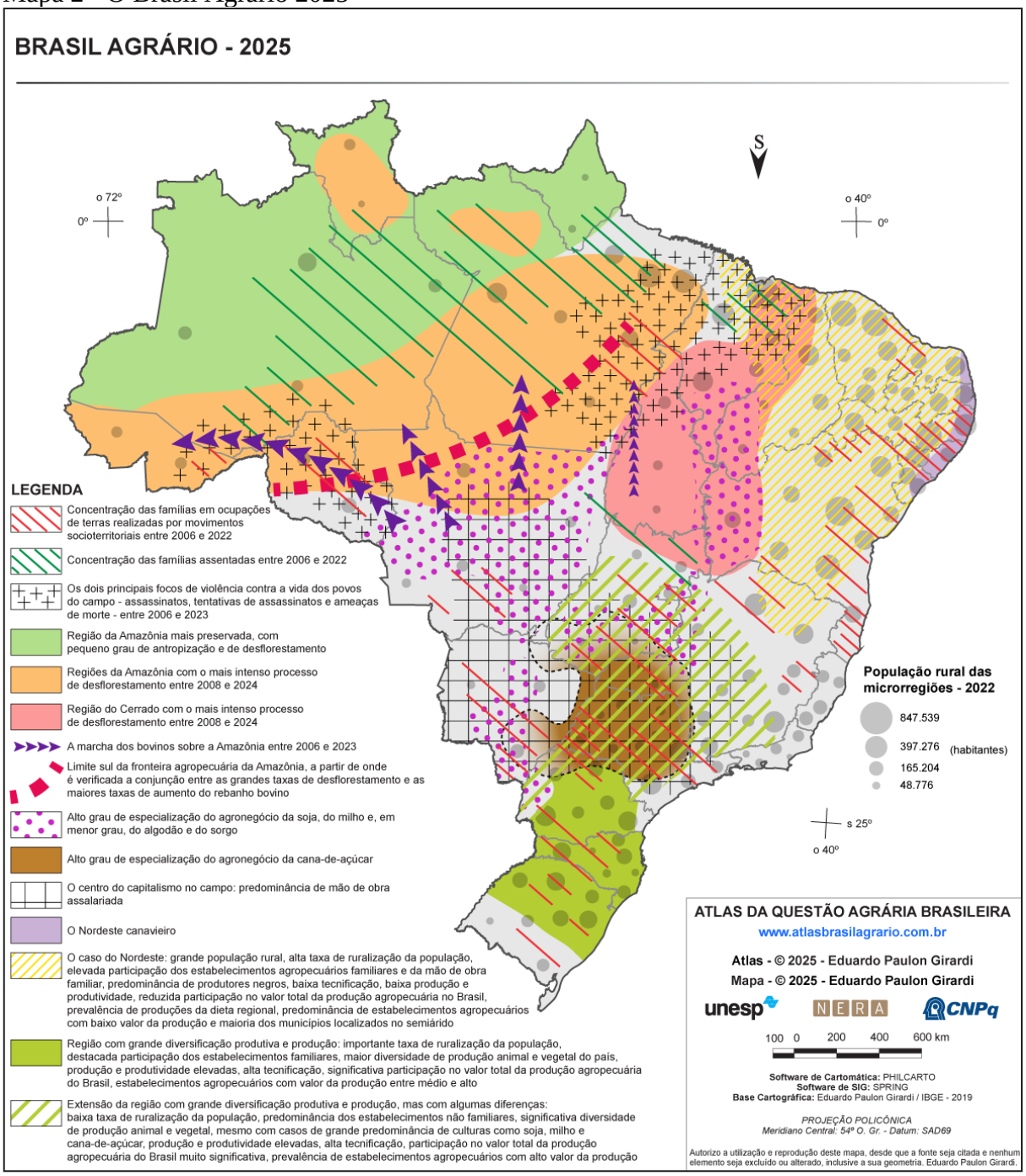
Mapa 1 - O Brasil Agrário 2008




Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 09 de dez. de 2025.

O Mapa a seguir é resultado de uma atualização do elaborado em 2008, trazendo os dados finais do Censo Agropecuário de 2006, além dos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017.

Mapa 2 - O Brasil Agrário 2025




Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 09 de dez. de 2025[60].

[60] Para compreender de forma mais detalhada o processo de elaboração do mapa e a explicação das principais estruturas e dinâmicas regionais do campo brasileiro ver: GIRARDI, Eduardo Paulon. **Uma versão atualizada do mapa "O Brasil Agrário"**. REVISTA NERA, [S. l.], v. 28, n. 3, 2025. DOI: 10.1590/1806-675520252811141. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/11141. Acesso em: 9 dez. 2025.

A comparação entre os mapas nos permite compreender as mudanças e permanências nas dinâmicas agrárias do Brasil.[61] Ao comparar os mapas, Girardi (2025) destaca questões que são preocupantes em relação à manutenção e agravamento da questão agrária no Brasil, sendo elas:

> a) A permanência da oposição territorial entre famílias em ocupações de terra e de famílias assentadas, demonstrando a não realização da reforma agrária nas regiões prioritárias; b) A manutenção do antigo centro de violência contra a pessoa e o surgimento de um novo foco em Rondônia e regiões vizinhas; c) O avanço contínuo do desflorestamento na Amazônia e no Cerrado; d) A persistência dos problemas agrários e agropecuários no Nordeste, que resultam em problemas sociais no campo; e) O aumento do monopólio do território pelo agronegócio que impõe, em algumas áreas, a diminuição da diversificação das atividades agropecuárias (Girardi, 2025, p. 21).

As questões levantadas por Girardi (2008a; 2008b; 2025), que estão representadas graficamente nos mapas O Brasil Agrário de 2008 e 2025, enfatizam "[...] o conjunto de problemas presentes no campo brasileiro, em especial os conflitos no campo, a luta pela terra, a reforma agrária, a expansão do agronegócio e o avanço da fronteira agropecuária com seus problemas sociais e ambientais" (Girardi, 2025, p. 3). Os mapas do Atlas da Questão Agrária Brasileira, elaborados por Girardi, contribuem para a compreensão de nosso trabalho, principalmente no que se referem a incidência de conflitos no campo, destacando as regiões com maior incidência, como é o caso da AMACRO e da MATOPIBA, juntamente com o sudeste do Pará, que faz divisa com a MATOPIBA, sendo atualmente a região com maior desenvolvimento do agronegócio no Pará e, consequentemente, concentrando os maiores índices de violência no campo na atualidade. Dessa forma, os mapas elaborados por Girardi são de suma importância para melhor compreendermos os dados obtidos por nossa pesquisa, bem como a narrativa da CPT sobre os conflitos no campo brasileiro.

## 4.2 AS OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS NO CAMPO REGISTRADAS PELA CPT

Durante os quarenta anos de seu centro de documentação a CPT registrou 55.889[62] conflitos no campo categorizados em seus eixos de análise, conflitos por terra, água, trabalhistas

[61] Segundo Girardi (2025), estão representadas no mapa 2 as principais, mas não todas, dinâmicas e estruturas regionais que são essenciais para a compreensão do campo brasileiro.

[62] Há uma discrepância entre os dados dos cadernos *Conflitos no Campo Brasil* e o *Atlas dos Conflitos no Campo Brasil*, produzido pela CPT em parceria com o LEMTO e o GeoAgrária, principalmente pelo fato de a metodologia do CEDOC-CPT não registrar alguns tipos de conflito ou por não considera-los conflitos em virtude do uso ou da posse da terra. Além disso, o Atlas analisa os conflitos a partir de três regiões, Amazônia Legal, Nordeste e Centro-Sul.

e outros conflitos. Os Conflitos por Terra englobam as ocorrências de violência contra a ocupação e a posse; as ocupações, as retomadas e os acampamentos são classificados como ações de movimentos sociais e de comunidades tradicionais; os Conflitos Trabalhistas englobam os casos de trabalho escravo rural (trabalho análogo à escravidão), superexploração e desrespeito às leis trabalhistas; os Conflitos pela Água envolvem a disputa pelo acesso a água, restrição do uso, contaminação, represamento, entre outras situações que cerceie o acesso ou uso da água; a categoria Outros Conflitos englobam os conflitos em tempos de seca, garimpo, conflitos sindicais e por políticas agrícolas.[63]

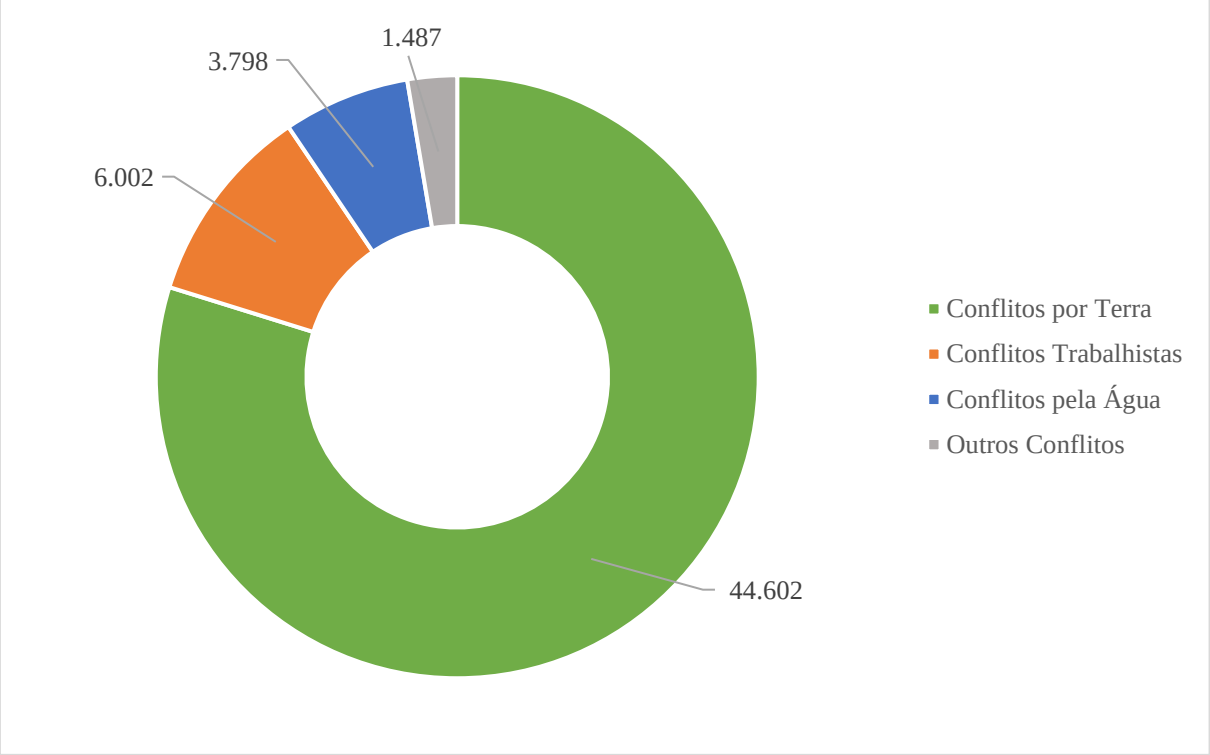
Na coleta dos dados foram elaboradas tabelas para organizar os dados por unidade federativa, região, categoria que sofreu e que causou a violência, levando em consideração os eixos Conflitos por Terra, por Água e Conflitos Trabalhistas, tendo como transversalidade as categorias de Violência Contra a Pessoa e Violência Contra a Ocupação e a Posse. Para a análise dos dados foram utilizadas as mesmas categorias e conceitos que a CPT utiliza tanto para descrever os eixos de conflito quanto para descrever as categorias litigantes.

Os dados foram coletados das tabelas e quadros disponíveis nos cadernos que retratam os conflitos ocorridos entre 1985 e 2025. Juntamente com os conflitos, foram coletados dados relacionados ao número de famílias/pessoas que estiveram envolvidas nos conflitos, bem como o número de hectares em disputa em cada ano. A CPT trabalha com uma série histórica de dez anos e nos cadernos seguintes vai atualizando o número de conflitos, visto que alguns conflitos chegam até o Cedoc-CPT após a edição do caderno daquele ano, bem como, em muitos casos, ao ler os cadernos, as comunidades verificam que não foi catalogado conflitos que ocorreram naquela comunidade durante determinado ano. Após a verificação a CPT atualiza o número de conflitos daquele ano nas edições dos anos seguintes.

Diante da metodologia da CPT e da forma como são disponibilizados os dados, em nossa pesquisa, atualizamos as tabelas a cada caderno, buscando localizar todos os conflitos, todavia, em alguns casos, não foi possível identificar o número de pessoas envolvidas e a quantidade de hectares em disputa em virtude de a CPT atualizar somente o número de ocorrências em determinado eixo, principalmente no eixo água.

[63] A categoria Outros Conflitos abrange os conflitos sindicais, garimpo, em tempos de seca e por políticas agrícolas. Como não há uma constância nesses conflitos a CPT registra-os de forma condensada dando-lhes foco de análise apenas quando há um fato que consideram relevante.

Gráfico 1 - Ocorrências de Conflitos no Campo por eixo de análise (1985 – 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

A tabela a seguir demonstra os dados dos conflitos no campo levantados pela CPT entre 1985 e 2025.

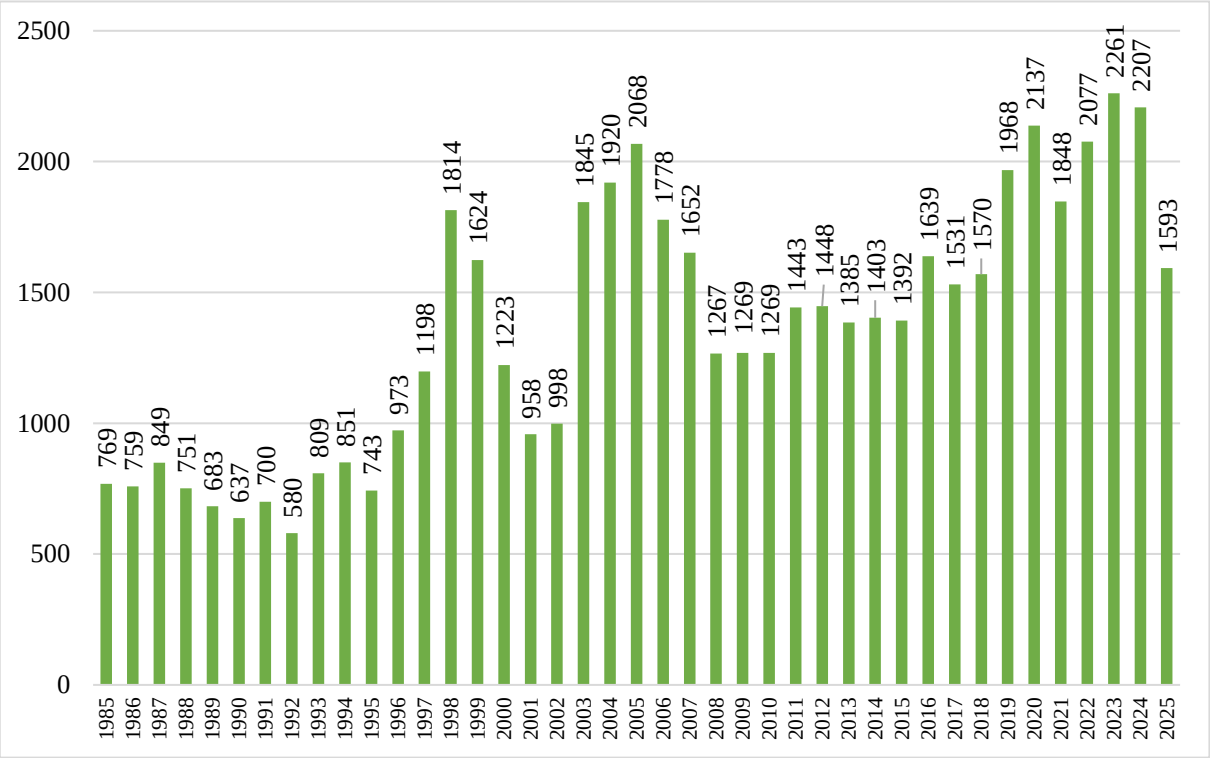
Tabela 3 - Conflitos no Campo no Brasil entre 1985 e 2025.

| Eixos e tipos de conflito | Nº Conflitos | % |
|---|---|---|
| **Conflitos por Terra** | 44.602 | 79,80% |
| Ocorrências | 34.390 | 61,53% |
| Ocupações/retomadas | 9.040 | 16,17% |
| Acampamentos | 1.172 | 2,10% |
| **Conflitos Trabalhistas** | 6.002 | 10,74% |
| Trabalho Escravo Rural | 4.819 | 8,62% |
| Superexploração/Desrespeito | 1.183 | 2,12% |
| **Conflitos pela Água** | 3.798 | 6,80% |
| **Outros Conflitos** | 1.487 | 2,66% |
| **TOTAL** | 55.889 | 100,00% |

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Para termos uma dimensão da evolução do número de ocorrências e de como a violência no campo vem crescendo, elaboramos o gráfico a seguir que demonstra o número anual de conflitos no campo no Brasil.

Gráfico 2 - Conflitos no campo no Brasil entre 1985 e 2025




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Como pode ser visto no gráfico, o número de conflitos no campo vem subindo gradativamente ao longo dos anos, mesmo contando com momentos de redução e estabilidade, que em muitas vezes estão relacionados a um determinado fato político. Cabe salientar que, o início da série histórica dos conflitos no campo denunciados pela CPT coincide com o processo de redemocratização do Brasil e, logo em seguida, a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. Desde a promulgação da Constituição de 1988 os conflitos foram aumentando anualmente até a criminalização dos movimentos sociais a partir de 2000 pela Medida Provisória n.º 2.027-41,[64] causando redução do número de ocorrências, sobretudo, as ocorrências de iniciativa dos movimentos sociais camponeses.

Para compreendermos melhor os dados dos conflitos no campo, sugerimos duas chaves de leitura interpretativa que se complementam e devem ser utilizadas juntas. A primeira é a evolução da metodologia da CPT, visto que os critérios metodológicos e a categorização dos conflitos nos permitem ter um panorama da realidade do campo brasileiro em cada período de

[64] A Medida Provisória n.º 2.027-41, reeditada anualmente pelo Governo FHC, determinava que os imóveis rurais ocupados pelos movimentos sociais seriam excluídos das vistorias para fins de reforma agrária, como também os ocupantes seriam excluídos das listas dos programas de assentamento rural do INCRA. A medida ficou conhecida popularmente como “MP Anti-invasão”, todavia, sabemos que as ações dos movimentos sociais devem ser classificadas como ocupações, visto que buscam garantir o direito constitucional à reforma agrária, CF. Cap. III.

sua evolução; já a segunda chave de leitura deve ser entendida dentro da temporalidade histórica que os conflitos estão sendo catalogados, ou seja, entre 1985 e 2025, dessa forma levamos em consideração o período de transição entre a modernização conservadora do campo e a financeirização do campo brasileiro, que ocorre entre 1985 e 2002, devido à falta de investimentos e financiamento público, conforme afirma Svampa (2019) e o processo de financeirização do campo brasileiro que ocorre a partir de 2003, conforme afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2012; 2015), que resultam nos processos de monopolização dos territórios e territorialização dos monopólios, que, por sua vez, implica na integração de forma subordinada dos camponeses no agronegócio, no aumento da violência no campo e na busca de alternativas pelos camponeses para preservar, e recriar, seus modos de vida.

Para podermos observar melhor essas duas chaves de leitura elaboramos duas tabelas,[65] uma com cada critério chave, a primeira demonstra os números levando em consideração os períodos de evolução metodológica da CPT, já a segunda demonstra os dados a partir do retrocesso do financiamento estatal do campo brasileiro e da financeirização do campo brasileiro, comparando-os com os números de toda a série histórica.

Ao analisarmos os dados podemos concluir que a violência no campo aumentou a partir dos anos 2000, em ambas as chaves de leitura. Dessa forma, podemos deduzir que a evolução da metodologia da CPT, bem como sua articulação pelo território nacional permite que mais conflitos sejam registrados mediante o acréscimo de critérios nas categorias Violência Contra Pessoa e Violência Contra a Ocupação e a Posse. Por outro lado, defendemos que a evolução no número de critérios caracterizados como tipos de violência pela CPT ocorrem justamente pela financeirização do campo brasileiro, que por sua vez, insere na dinâmica agrária novos atores e novos tipos de conflitos, como por exemplo, os conflitos por água, que passaram a ser categorizados e sistematizados em um eixo específico a partir de 2002, bem como a figura do empresário rural e das grandes corporações, que começam a se destacar como agentes causadores dos conflitos no campo nesse mesmo período.

O único eixo que reduziu o número de ocorrência é a categoria Outros Conflitos. Analisando os dados da CPT, atribuímos essa redução a combinação de fatores entre as políticas agrícolas adotadas pelo Governo Lula a partir de 2003 e a financeirização no campo que por sua vez acelera os processos capitalistas no campo, como por exemplo a mecanização e a mão

[65] Em ambas as tabelas os dados dos conflitos por Terra e Trabalhistas estão lançados de forma duplicada, ou seja, totalizado por eixo de conflito e por tipo de conflito que ocorre dentro do eixo, como por exemplo, entre 1985 e 1991 houveram 4.353 (7,79%) conflitos no eixo terra, que estão divididos entre as ocorrência de conflito 3.912 (7%) e as ocupações e retomadas 441 (0,795).

de obra assalariada. Vejamos por partes: os conflitos em tempos de seca e por políticas agrícolas reduzem drasticamente após a criação do PRONAF, em 1995, pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo reestruturado no Governo Lula, juntamente com o Plano Safra da agricultura familiar, tornando-se políticas públicas permanentes de Estado.

Tabela 4 - Conflitos no campo com base no desenvolvimento da metodologia da CPT

| Eixos e tipos de conflito | 1985 Até 1991 | | 1992 até 2000 | | 2001 até 2025 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº conflitos | % | Nº conflitos | % | Nº conflitos | % |
| **Conflitos por Terra** | **4.353** | **84,56%** | **8.656** | **88,19%** | **31.593** | **77,20%** |
| Ocorrências | 3.912 | 75,99% | 5.638 | 57,44% | 24.840 | 60,69% |
| Ocupações/retomadas | 441 | 8,57% | 3.008 | 30,65% | 5.591 | 13,66% |
| Acampamentos | - | 0,00% | 10 | 0,10% | 1.162 | 2,84% |
| **Conflitos Trabalhistas** | **364** | **7,07%** | **362** | **3,69%** | **5.276** | **12,89%** |
| Trabalho Escravo Rural | 323 | 6,27% | 195 | 1,99% | 4.301 | 10,51% |
| Superexploração/Desrespeito | 41 | 0,80% | 167 | 1,70% | 975 | 2,38% |
| **Conflitos pela Água** | **-** | **0,00%** | **-** | **0,00%** | **3.798** | **9,28%** |
| **Outros Conflitos** | **431** | **8,37%** | **797** | **8,12%** | **259** | **0,63%** |
| **TOTAL** | **5.148** | **100,00%** | **9.815** | **100,00%** | **40.926** | **100,00%** |

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Tabela 5 - Conflitos no campo com base nas transformações da questão agrária brasileira.

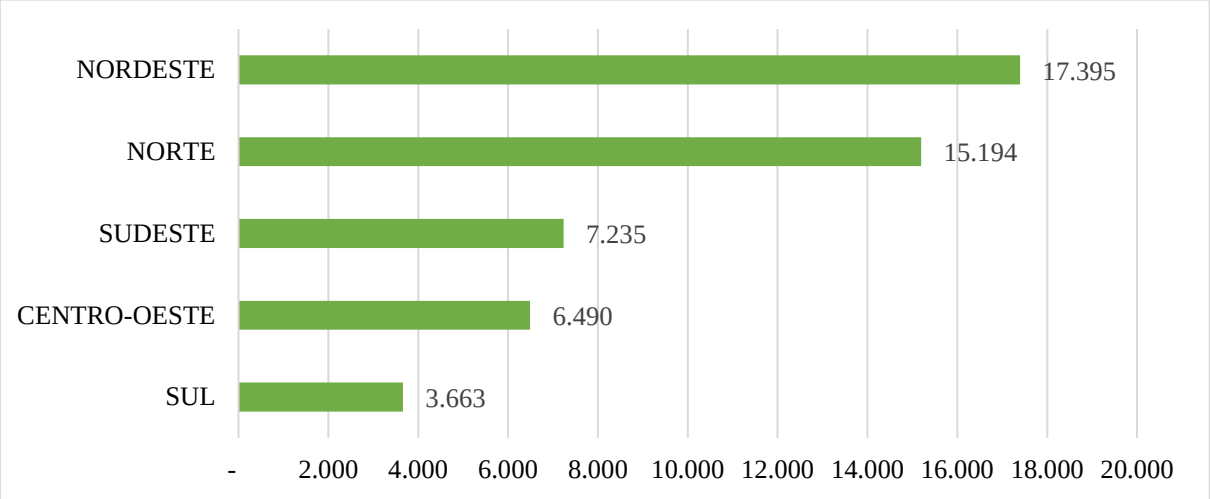
| Eixos e tipos de conflito | 1985 Até 2002 | | 2003 até 2025 | | 1985 até 2025 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nº conflitos | % | Nº conflitos | % | Nº conflitos | % |
| **Conflitos por Terra** | **14.576** | **86,15%** | **30.026** | **77,05%** | **44.602** | **80%** |
| Ocorrências | 10.572 | 62,49% | 23.818 | 61,12% | 34.390 | 62% |
| Ocupações/retomadas | 3.851 | 22,76% | 5.189 | 13,32% | 9.040 | 16% |
| Acampamentos | 153 | 0,90% | 1.019 | 2,61% | 1.172 | 2% |
| **Conflitos Trabalhistas** | **973** | **5,75%** | **5.029** | **12,90%** | **6.002** | **11%** |
| Trabalho Escravo Rural | 718 | 4,24% | 4.101 | 10,52% | 4.819 | 9% |
| Superexploração/Desrespeito | 255 | 1,51% | 928 | 2,38% | 1.183 | 2% |
| **Conflitos pela Água** | **13** | **0,08%** | **3.785** | **9,71%** | **3.798** | **7%** |
| **Outros Conflitos** | **1.357** | **8,02%** | **130** | **0,33%** | **1.487** | **3%** |
| **TOTAL** | 16.919 | 100,00% | 38.970 | 100,00% | 55.889 | 100,00% |

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Esses programas, juntamente com a criação Lei 10.823/2003 que cria o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Agrícola, barateando as apólices e tornando-as acessíveis aos camponeses, englobando os diversos setores no Proagro, contribuindo para a redução nos conflitos em tempos de seca e por políticas agrícolas, colaborando também para a redução de conflitos sindicais. Os conflitos em garimpo registrados até 2000, em sua maioria se relacionavam com as relações de trabalho entre garimpeiros e às empresas mineradoras, já os a partir dos anos 2000 estão mais relacionados a invasão de terras indígenas e de comunidades tradicionais para atividade de garimpo ilegal.

Porto-Gonçalves (2005) destaca que a partir de 2003 há uma mudança no perfil da violência no campo brasileiro, visto que já não é mais aquele imaginário difundido até então, onde um "[...] coronel mandão e ignorante submete os trabalhadores aos seus caprichos" (Porto-Gonçalves, 2005, p. 154), mas a violência ocorre principalmente onde se proclama "o Brasil que deu certo" ou o "Brasil moderno," ou seja, o aparecimento da categoria empresariado rural como causadora da violência no campo. O crescimento do número de empresários como causadores de violência no campo pode ser explicado pela financeirização da agricultura no Brasil (Oliveira, 2012; 2015a; 2016).

Gráfico 3 - Conflitos no campo por região entre 1985 e 2025




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

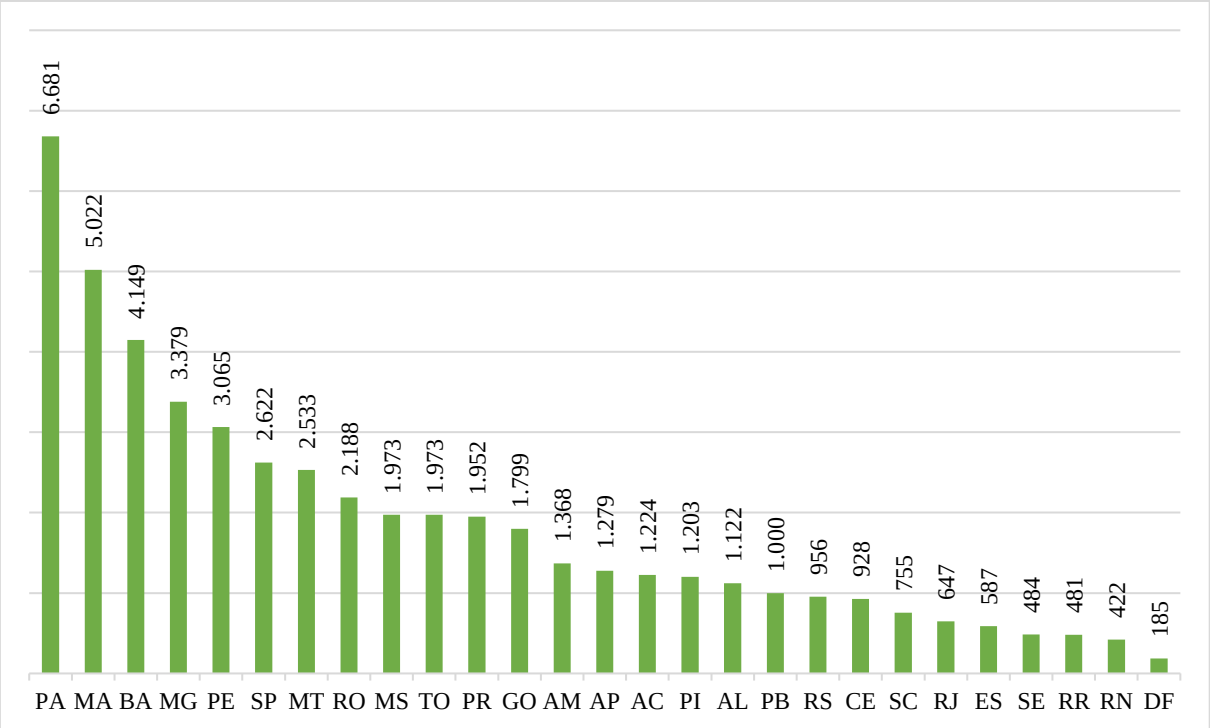
Ao analisarmos os dados dos conflitos no campo por região podemos ver as dinâmicas regionais do campo, que foram analisadas por Girardi (2008a; 2008b; 2025), de forma mais clara, utilizando para essa análise as chaves de leitura que tomamos como lentes de observação em nossa pesquisa. Como podemos observar, o Nordeste e o Norte são as regiões de maior incidência de conflitos no campo no Brasil entre 1985 e 2025, essas regiões juntas representam 64% de todos os conflitos registrados pela CPT. Outro dado que nos chama atenção é o fato de que 45% dos conflitos ocorreram na Amazônia Legal, região na qual teve início a ação da CPT diante do avanço do agronegócio durante a modernização conservadora do campo promovida pela Ditadura Civil-Militar brasileira.

O nordeste brasileiro é atualmente a região brasileira com maior índice de ruralização, com 22,36% da população da região, enquanto a média nacional é de 12,6%. O Nordeste, abrigando uma população de 12,1 milhões de pessoas no campo, concentra quase a metade da população rural de todo o Brasil (IBGE, 2022).

Se olharmos os dados pelas regiões de fronteira agrícola podemos observar que no período analisado ocorreram 4.780 na região que hoje é conhecida como AMACRO (Amazonas, Acre, Rondônia), ou seja, 9% dos conflitos. Desses 4.780 conflitos, 2.188 deles ocorreram em Rondônia e, mais da metade deles, 1.275, nos últimos dez anos, sobretudo, na região norte do estado. Já na região do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia), por sua vez, ocorreram entre 1985 e 2025, 12.347 conflitos, o que representam 24% da totalidade dos casos. Ou seja, juntas, a AMACRO e MATOPIBA correspondem a 33% dos conflitos no campo brasileiro, o que acaba sendo uma a taxa elevada, visto que juntas as regiões equivalem a apenas 18% do território brasileiro.

A análise apenas por região, seja ela de fronteira agrícola ou geográfica, pode gerar algumas distorções, visto que alguns estados podem ser responsáveis sozinhos por boa parte dos conflitos naquela região, bem como algumas regiões dentro de cada estado podem concentrar boa parte das ocorrências de violência no campo, enquanto outras regiões dentro da mesma unidade federativa podem apresentar pouca incidência de violência no campo.

Gráfico 4 - Conflitos no campo por Unidade Federativa (1985 - 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

O Pará é o estado com maior índice de violência no campo brasileiro, sendo responsável por 44% dos conflitos na região norte e por 13% de todos os conflitos da série histórica. Podemos observar a violência no campo no Pará como histórica e sistemática, visto que, durante

toda a série histórica,1985 e 2025, o Pará esteve como o estado mais violento ou como um dos mais violentos, nunca sendo menos que o terceiro mais violento. Outro ponto que deve ser observado, é a concentração dos conflitos estarem concentrados na região sudeste do Pará, onde predomina o agronegócio com o plantio de soja, região de rios, hidrelétricas, povos indígenas, fronteira agrícola em plena Amazônia Legal, garimpo e pecuária extensiva que faz divisa com o oeste maranhense, que é, por sua vez, a região onde há maior concentração de violência no campo nesse estado. Juntos, Pará e Maranhão representam 23% de todas as ocorrências de conflitos no campo brasileiro entre 1985 e 2025.

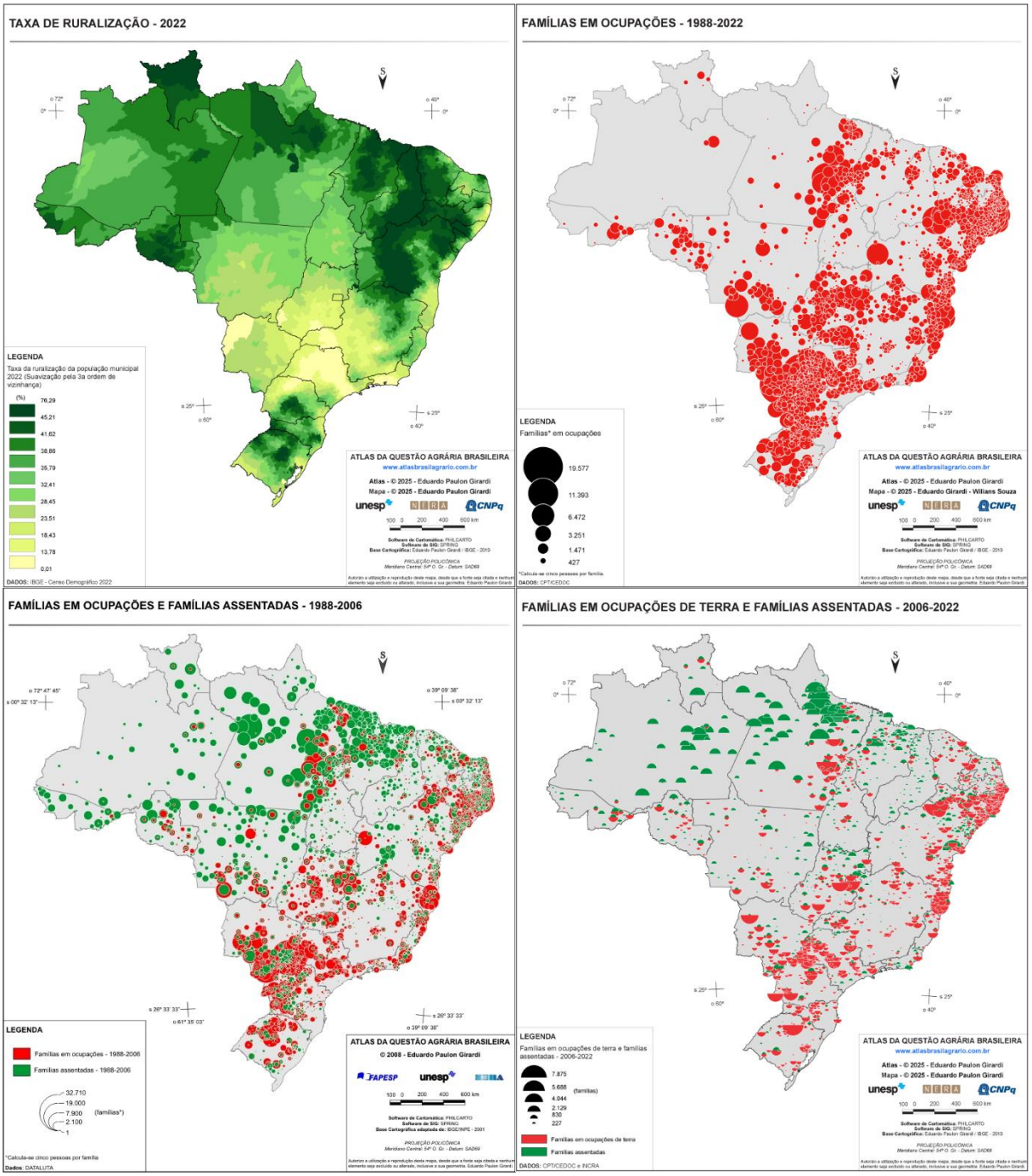
O que nos chama atenção de modo particular é o fato da permanência da violência no campo no Pará nos últimos 40 anos e a crescente exponencial da violência no campo no norte de Rondônia, caracterizando-se como os principais focos de violência no campo na região norte do país. Esses focos de violência estão interligados pela franja amazônica que carrega consigo para dentro do território das comunidades tradicionais violência, desmatamento, queimadas, soja e gado, resultando em um processo constante de TDR.

Para compreendermos melhor as dinâmicas do campo brasileiro, mas principalmente a incidência de violência no campo, devemos observar na mesma análise a Taxa de ruralização brasileira, a localização dos territórios de comunidades tradicionais e das famílias em ocupações de terra, como também os territórios em processos de retomada e as famílias assentadas; contrastando essas informações com os projetos de expansão agrícolas e as regiões de fronteira agrícola no Brasil. A partir dessa visão teremos os dados qualitativos de cada regionalidade, levando em consideração as categorias que sofrem e causam a violência no campo, bem como o tipo de conflito e sua incidência.

Ao analisar a violência no campo brasileiro com base nos dados da CPT Girardi (2025) evidencia:

> [...] a concentração da violência contra a vida no campo na região de fronteira e com dois focos bem definidos: o primeiro é formado pelo sudeste do Pará, norte de Tocantins e Maranhão, trata-se de um foco antigo e já conhecido da violência contra a vida no campo; o segundo, menor, mas novo, é formado por Rondônia e suas vizinhanças – o leste Acre e o sul do Amazonas. Embora esteja claro que se trata de um fenômeno predominantemente da fronteira, é necessário também destacar que por todo o país essas violências ocorrem, mas em grau bem menor. Cabe destacar também dois focos menores: o sul de Mato Grosso do Sul, com as disputas de terras entre fazendeiros/grileiros e indígenas, e o oeste da Paraíba e de Pernambuco, [...], há forte concentração das ocupações de terra dos movimentos socioterritoriais (Girardi, 2025, p. 8-9).

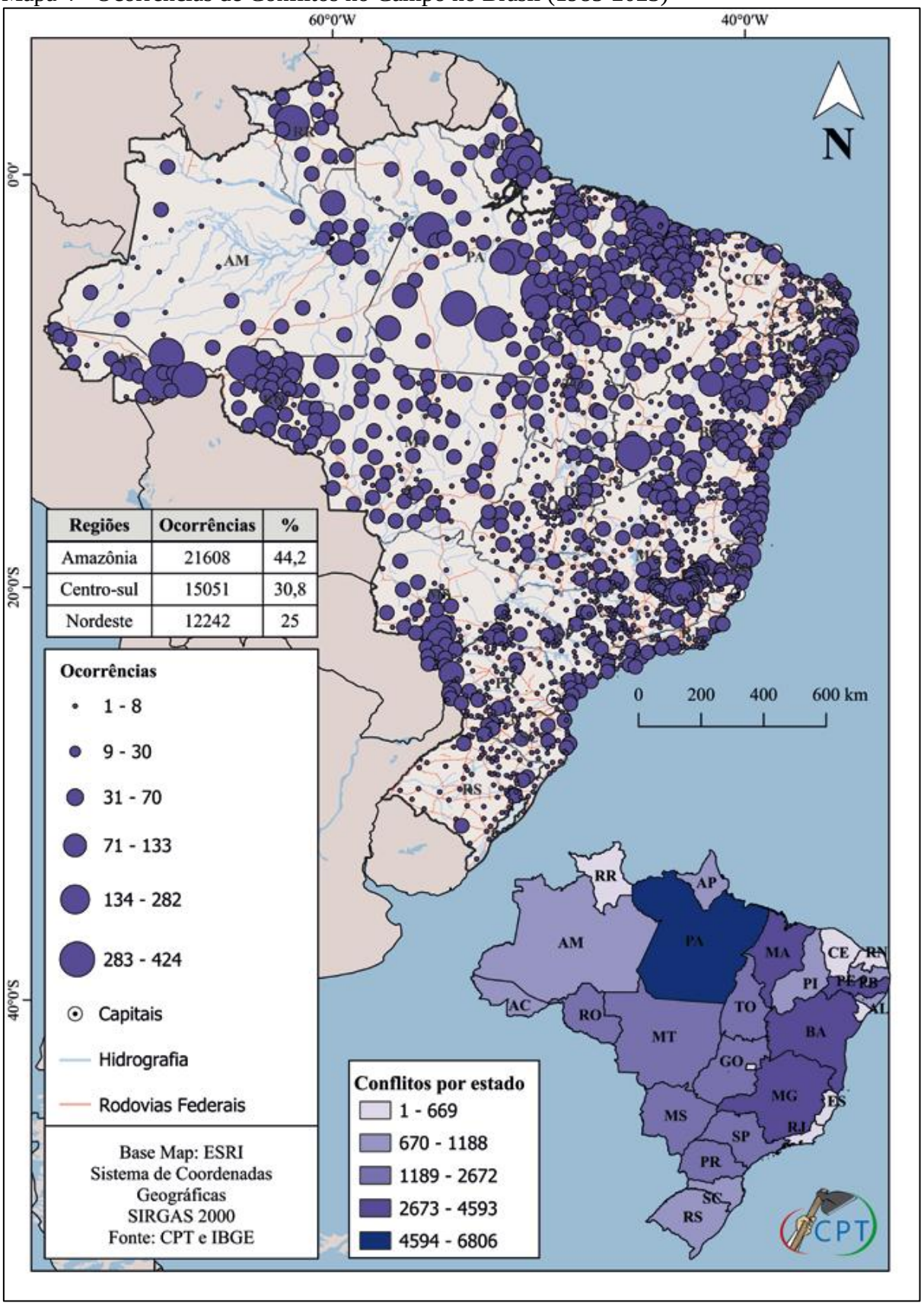
Mapa 3 - Taxa de ruralização, famílias em ocupações e assentadas




Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br.

Como pode ser observado na figura anterior, não há uma equivalência na mesma região entre ocupações de terra e famílias assentadas, predominando os assentamentos na região da Amazônia Legal, sendo esse principalmente na franja da fronteira agrícola até 2006. Devemos também levar em consideração, a correlação entre taxa de ruralização, ocupações de terra, famílias assentadas e os projetos desenvolvimentistas adotados por diferentes governos, que resultam em violência no campo.

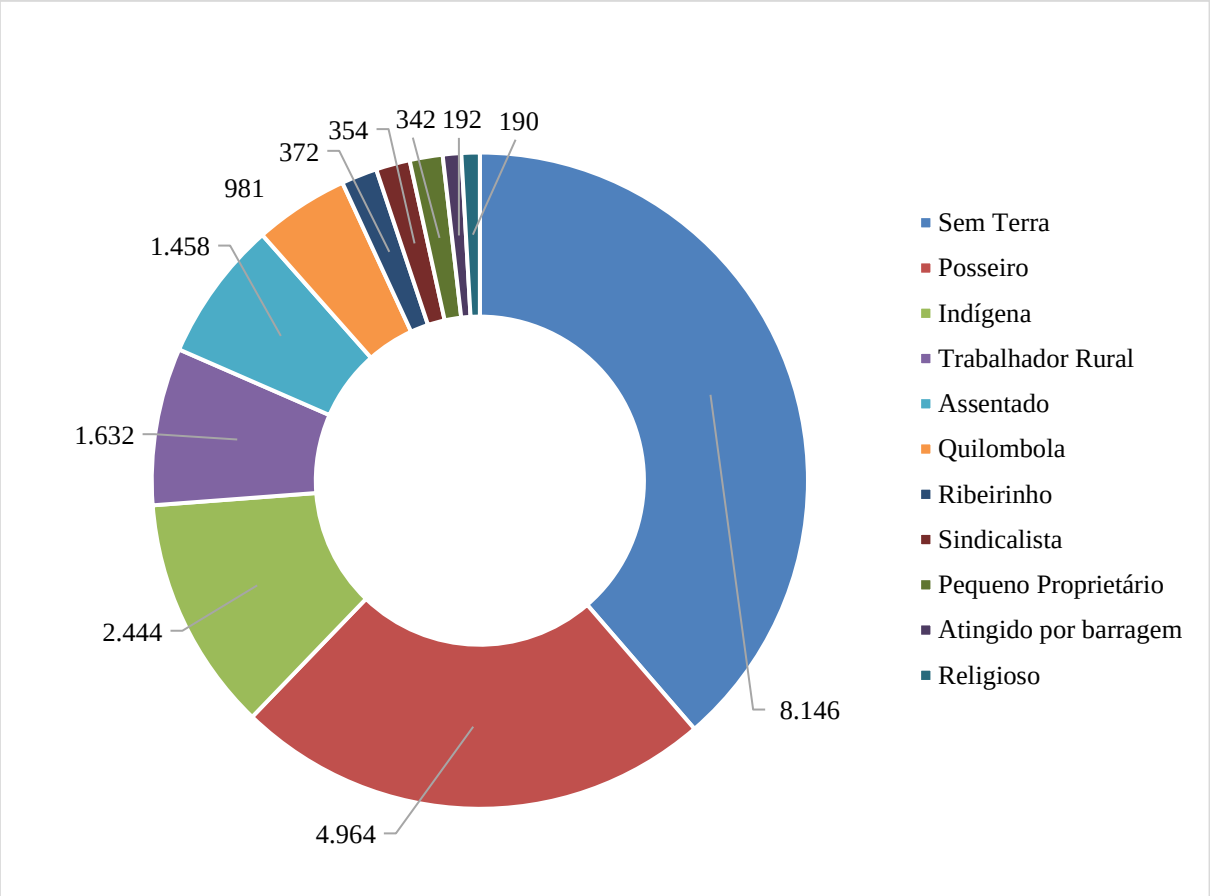
Mapa 4 - Ocorrências de Conflitos no Campo no Brasil (1985-2023)




Fonte: CPT, 2025b, Atlas dos conflitos no campo brasileiro. Figura 1. Ocorrências de Conflitos no Campo no Brasil (1985-2023), p. 38.

Com base nos dados e nos mapas, podemos constatar que a violência no campo atinge todo o território brasileiro. Segundo a CPT (2025b), entre 1985 e 2025, 53%, ou seja, 2.969 municípios brasileiros registraram ao menos uma ocorrência de violência no campo. As principais vítimas da violência no campo são Sem Terra, Posseiros, Indígenas, Trabalhador Rural, Assentados e Quilombolas.

Gráfico 5 - Violência Contra a Pessoa - Categorias que mais sofreram violência no campo (1988-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Ao analisarmos qualitativamente esses dados, observamos permanência ao longo da série histórica no número de ocorrências contra Sem Terras, Posseiros e assentados; de uma redução na violência nos últimos dez anos contra Trabalhadores Rurais, Sindicalistas, Atingidos por Barragens, Religiosos e Agentes de Pastoral; contrastando com um aumento significativo da violência contra Indígenas e Quilombolas, visto que, somente entre 2016 e 2025, foram registrados 1.304 casos de violência contra indígenas e 452 casos contra Quilombolas, 53% e 46%, respectivamente. Ou seja, apenas nos últimos dez anos houve um aumento de 114% na violência contra Indígenas e 85% contra quilombolas na categoria de Violência Contra a Pessoa.

Quanto a categoria Quilombola, cabe destacar que no ano 2000 foi registrado o primeiro caso de violência contra essa categoria, crescendo exponencialmente ano a ano, sendo que, apenas no ano de 2011 foram registrados 97 casos de violência contra pessoa que tiveram como vítimas quilombolas. Os indígenas, por sua vez, até o ano de 2003, tinham sido vítimas de 174 casos de violência contra a pessoa, aumentado significativamente nos anos seguintes, visto que apenas no ano de 2008 foram registrados 112 casos de violência contra a pessoa que tiveram indígenas como vítimas. Tiramos como conclusão que, a financeirização do campo trouxe uma nova onda de violência contra os povos e comunidades tradicionais, que também se refletem nos assassinatos dessas categorias sociais.

## 4.3 VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA NO CAMPO

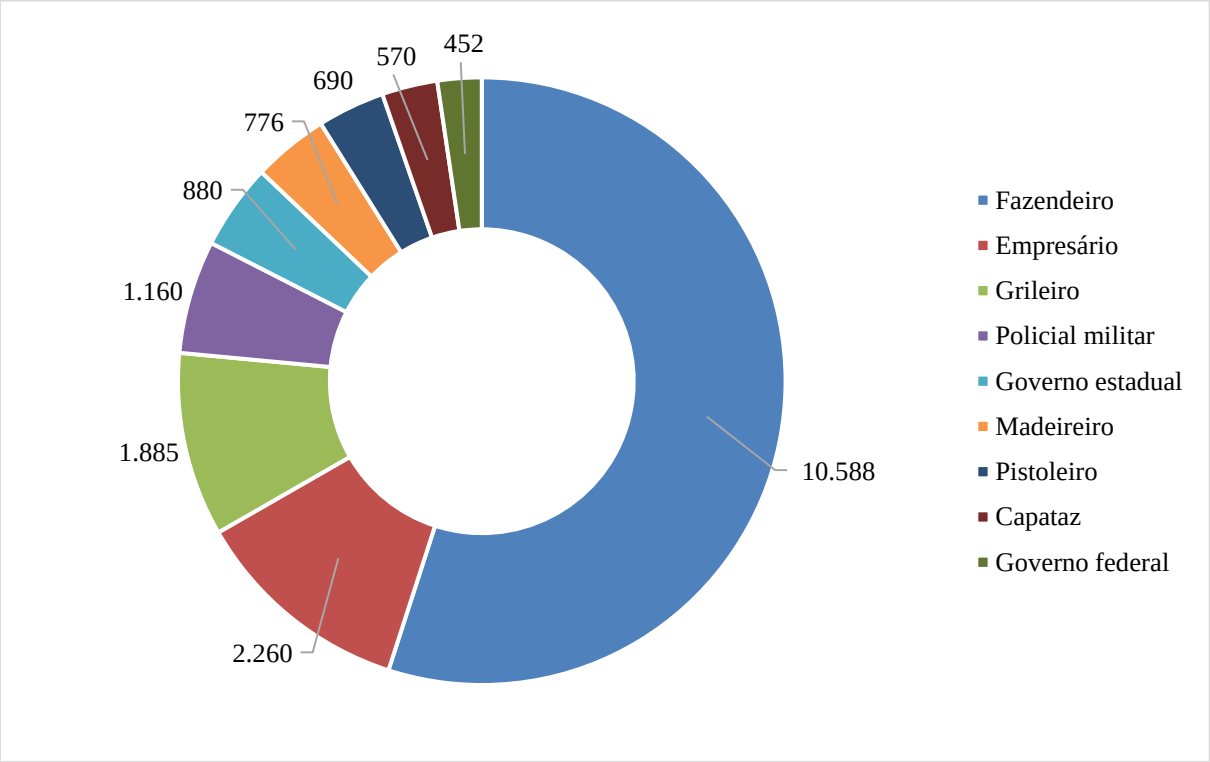
Conforme afirma Oliveira, "[...] sob o capitalismo monopolista mundializado, a agricultura passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais" (Oliveira, 2015a, p. 240).Essa tríade opera diretamente nas relações sociais no campo brasileiro, implicando mudanças significativas nas dinâmicas da violência. Entre essas mudanças, podemos citar o agravamento da violência contra algumas categorias sociais, bem como o desaparecimento, invisibilização ou apagamento de outras, bem como o surgimento de novos atores que causam conflito no campo, como também, os ventos que transformam a agricultura capitalista vai fazendo desaparecer algumas identidades do campo que outrora foram responsáveis por boa parte dos conflitos, como jagunços, capatazes, entre outras categorias que são ressignificadas, como por exemplo, na agricultura moderna capitalista o capataz dá lugar ao gerente ou administrador da fazenda, enquanto a segurança privada ou as milícias compostas por policiais militares substituem os jagunços, atuando como pistoleiros profissionais que são protegidos pelo estado em virtude da farda.

Entre os principais causadores da violência no campo, nesse contexto de mudanças no campo brasileiro a partir de 2003, destacamos aqui categoria Capataz, visto que por meio dela podemos observar as mudanças no campo e principalmente os reflexos da financeirização da agricultura, visto que com "[...] o processo de mundialização do capitalismo monopolista e consequentemente, do neoliberalismo, a agricultura capitalista também se transformou"(Oliveira, 2015a, p. 239). Ou seja, devido as mudanças no campo, essa categoria tem praticamente deixado de existir, surgindo no contexto do empresariado rural a categoria Gerente ou administrador de fazenda, que em tese, não incidem em conflitos no campo,

havendo poucos registros de conflitos causados por essas categorias; o que cabe destaque em nossa reflexão, é o fato de que dos 570 casos de violência contra a pessoa tendo a categoria capataz como causadora, 554 ocorreram até 2002, ou seja, 97% dos casos, o que demonstra a tamanha violência exercida por essa categoria até meados dos anos 2000.

Figuram como os principais causadores dos conflitos no campo as categorias Fazendeiro, Empresário, Grileiro e Madeireiro. O Estado também aparece como causador de violência no campo, tanto por ação quanto por negligência, com destaque para a ação da categoria Policial Militar, judiciário e Governo Estadual.

Gráfico 6 - Violência Contra a Pessoa: Principais causadores da violência no campo (1988-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Se juntarmos todas as ocorrências de violência exercida pelas esferas municipais e estaduais, chegamos ao número de 2.525 casos, principalmente pelo fato de que as esferas local e regional estão mais sujeitas a influência das oligarquias e corporações, que são compostas por fazendeiros, empresários, grileiros, quando ambos não o são, e madeireiros. E, é justamente por essa questão que a CPT busca auxiliar as comunidades camponesas, inclusive de forma jurídica, a federalizar os processos, visando menor interferência das elites regionais no decorrer das ações judiciais, visto que, em muitos casos, tanto o judiciário quanto a polícia militar estão à serviço do latifúndio e do agronegócio, ou seja, “[...] aqueles que controlam o poder de Estado

para fins de grupos ou famílias" (Porto-Gonçalves, 2005, p. 152). Em muitos casos, a incidência de violência pelos estados é um desdobramento de conflitos deflagrados por fazendeiros, empresários, madeireiros, e nos últimos anos, empresários e mineradoras internacionais.

Obviamente, União também é responsável pela violência no campo, sendo responsável por 452 casos, enquanto a soma da violência no campo de todos os estados é de 880 casos. A diferença em questão é o fato de a maior parte da responsabilidade da União ocorre pelas omissões que acabam em violência ou pela própria ação do judiciário federal, enquanto nos estados a maior parte das ações ocorrem pela ação direta dos estados, principalmente por meio do judiciário, quando deliberadamente emite ordens de despejo.

A sociologia política weberiana,[66] por sua vez, nos ensina que o monopólio legítimo violência cabe ao Estado visando manter o controle social, a segurança e a ordem pública. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2005), sugere que essa afirmação merece uma análise científica que esteja de acordo com a práxis da conjuntura histórica de cada espaço, esta, que, por sua vez, faz e refaz o sentido do que é considerado legítimo em cada temporalidade. Em relação aos conflitos no campo e a questão agrária brasileira, a legitimidade da violência exercida pelo Estado entra em contradição justamente pelo caráter patrimonialista estamental brasileiro (Raymundo Faoro, 2001) que permeiam, sobretudo, no caso dos conflitos no campo, o judiciário brasileiro.[67]

Para Porto-Gonçalves (2005), não podemos analisar a violência do Estado no campo observando apenas a conjuntura política nacional, visto que, em muitos casos, se não na maioria deles, a violência estatal é cometida pelas Unidades Federativas e pelos municípios, incidindo em uma estadualização e/ou municipalização da violência do poder público. Porto-Gonçalves (2005) acrescenta que, nesses casos é como se o poder judiciário e as polícias militares de seus respectivos estados estivesses caminhando em uma direção contrária ao desejo dos eleitores, emitindo ordens de prisão, desocupações e despejos, visto que, que por vezes, os brasileiros elegem governos mais progressistas.

Além do "apoio do poder judiciário" que expede liminares de reintegração de posse de terras que, em muitos casos, são da União, as elites agrárias e as grandes empresas monoculturas contam com o apoio dos meios de comunicação e, principalmente, da pistolagem por meio de

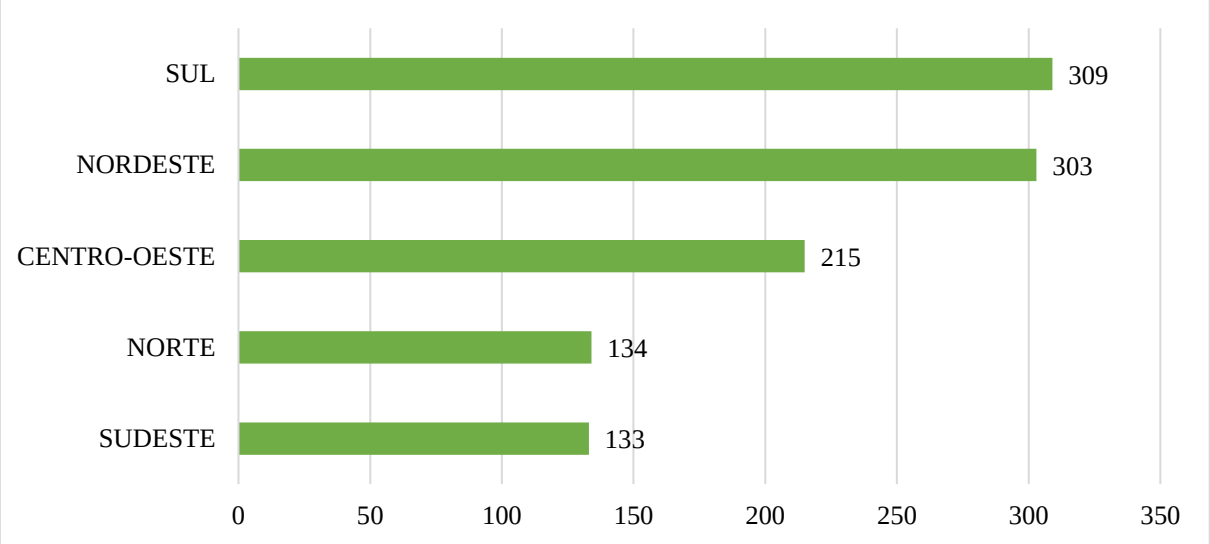
[66] Conferência proferida por Max Weber, em Munique, em 1919. WEBER, Max. **A Política como Vocação e Ofício**. Petrópolis: Vozes, 2021.

[67] Um bom exemplo do entrelaçamento entre os interesses públicos e privados de forma patrimonialista descrito por Raymundo Faoro pode ser observado na obra Marcha ao Coração do Latifúndio (1995), de Sérgio Antônio Görgen. Na obra, Görgen demonstra como o aparelhamento familiar no judiciário impede que uma determinada área seja desapropriada pela reforma agrária por meio do tráfico de influência, demonstrado no capítulo 7: contradições do judiciário. Ver: GÖRGEN, Sérgio Antônio. **Marcha ao Coração do Latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

jagunços recrutados entre as famílias mais pobres e dispostos a apertar o gatilho por algum dinheiro que lhes permita a própria sobrevivência, quando não, são os próprios agentes do estado, sobretudo, policiais militares, que trabalham como pistoleiros em seu "turno de folga," agindo como verdadeiras milícias armadas, esquivando-se completamente de sua obrigação constitucional de promover a segurança pública.

Em números oficiais, a violência exercida por agentes da polícia militar em serviço, entre 1985 e 2025, é de 1.160 casos. A ação da polícia militar é massivamente contra os Sem Terra, 588 casos, Posseiros, 115 casos, Assentados, 69 casos, e Trabalhador Rural, 70 casos. O que mais nos chama atenção nessa análise, ao observamos a violência da polícia militar por região, é o fato de que a maior incidência de casos de violência por esse agente público é a região sul, com 309 casos, sendo 223 deles contra a categorias social Sem Terra. Esse fato tem relevância pela região ter a menor incidência de violência no campo. Ou seja, a violência exercida por esse único agente público é responsável por quase 10% de toda a violência na Região Sul, 3.663 conflitos, entre 1985 e 2025.

Gráfico 7 - Violência Contra a Pessoa causada por Policial Militar (1988-2015)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Cabe destacar, que essa ação violenta vem sendo reduzida, tanto pela ausência de violência policial quanto pela atribuição da violência a categoria que determinou a ação policial. Nessa perspectiva, nos últimos dez anos, entre 2016 e 2025, foram registradas 66 ocorrências tendo como autor a polícia militar, envolvendo 233 pessoas que sofreram algum tipo de violência contra a pessoa. Nesse caso, o que nos chama a atenção é o aumento da violência contra os povos indígenas, principalmente pelo fato de que as questões fundiárias em áreas

indígenas têm atribuição prioritária da Polícia Federal e da FUNAI, conforme Decreto nº 4.412, de 7 de outubro de 2002.

Tabela 6 - Violência Contra a Pessoa causada por Policial Militar (2016-2025)

| Categoria que sofreu a ação | Centro-Oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Extrativista | | | 2 | | | 2 |
| Indígenas | 7 | 1 | 6 | 4 | 4 | 22 |
| Posseiro | | 3 | 5 | | | 8 |
| Quilombola | | | 2 | | | 2 |
| Sem Terra | 2 | 1 | 26 | 1 | | 30 |
| Seringueiro | | | 2 | | | 2 |
| Total Geral | 9 | 5 | 43 | 5 | 4 | 66 |

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Se por um lado a ação violenta de policiais militares vem sendo reduzida, não se pode deixar de comentar a letalidade dessas ações ao longo desses quarenta anos, visto que a polícia militar foi responsável pela grande parte do número de massacres e assassinatos no campo. A CPT considera como massacre "[...] os casos nos quais um número igual ou superior a três pessoas são mortas na mesma data e em uma mesma localidade" (CPT, on-line), sendo que, entre 1985 e 2025, foram registrados 59 massacres com 302 vítimas, que, em sua maioria, são Posseiros (80), Sem Terra (64) e Indígenas (35).

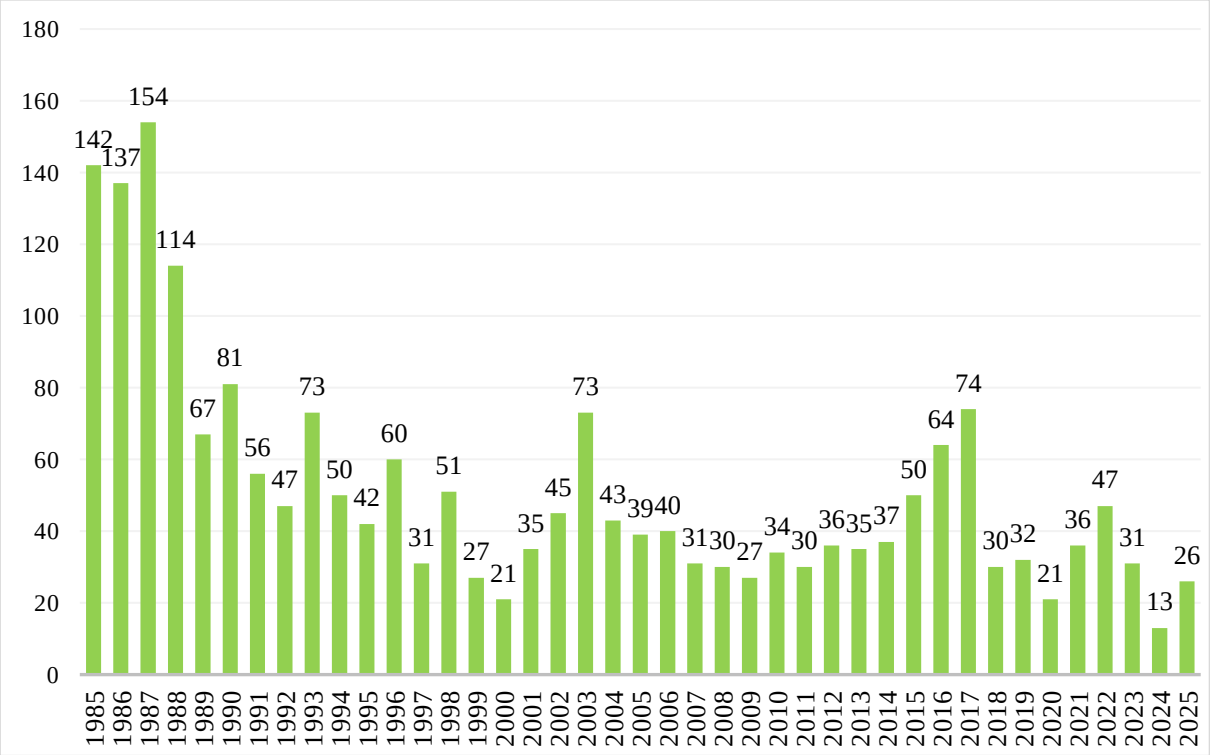
Para se ter uma ideia, entre 1985 e 1987 foram cometidos 54 assassinatos que tiveram como autores policiais militares, ou seja, dos 433 assassinatos cometidos no campo entre 1985 e 1987, 35% foram cometidos por policiais militares. Há também outras mortes que foram cometidas por policiais militares, mas que a CPT não atribui a essa categoria em virtude de a ação estar interseccionada com outras categorias ou por uma opção metodológica que foi tomada na hora de cadastrar os casos.

Dessa forma, quando se sabe a categoria do mandante do crime atribui-se o assassinato a essa categoria, como por exemplo a Chacina de Pau D'arco, na Fazenda Santa Lucia, em Pau D'arco, no Pará, onde, em 2017, dez trabalhadores sem-terra foram assassinados por policiais militares, foi lançado na categoria Grileiro em virtude de ela ter sido a mandante do crime. Outro caso notório de violência policial que não está registrado como violência de policial militar é o massacre de El Dourado do Carajás, também no Pará, onde a categoria causadora foi registrada como Estado; entretanto, ambos assassinatos foram cometidos por policiais militares.

Nesses 40 anos, a CPT registrou 2.112 assassinatos, divididos em seus eixos de análise da seguinte forma: 1.860 assassinatos ocorreram nos conflitos por Terra; 167 nos conflitos Trabalhistas; 29 nos Conflitos por Água; e 56 nos Outros Conflitos. O final da década de 1980

foi o período mais letal no campo brasileiro, visto que, os assassinatos que ocorreram entre 1985 e 1990, representam 33% de todos os assassinatos e, se levarmos em consideração as mudanças na questão agrária brasileira, percebemos que 58% dos casos, ou seja, 1.233 assassinatos, ocorreram entre 1985 e 2002, enquanto entre 2003 e 2025, ocorreram 879 assassinatos, 42% de toda a série histórica.

Gráfico 8 - Assassinatos no campo (1985-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

A partir do início da década de 1990, houve significativa redução no número de assassinatos, com anos específicos em que aumentou o número de assassinatos no campo, como 80 assassinatos em 1990, 73, em 1993 e 2003, 60, em 1996, 64, em 2016, e 74, em 2017.

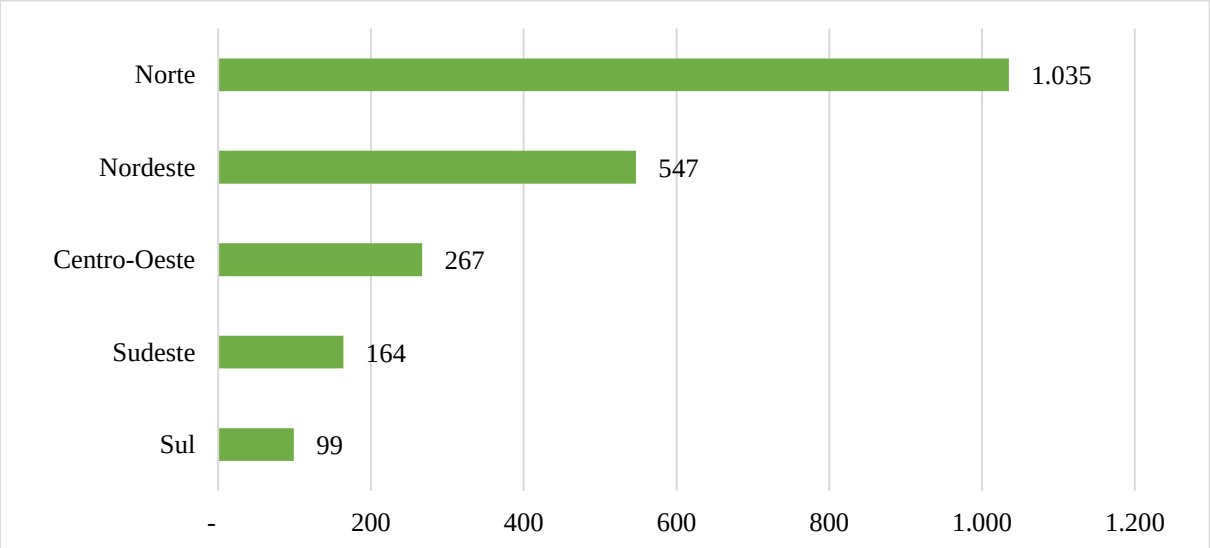
Diante dessas considerações, podemos afirmar que a partir de 2003 cresce o número de conflitos, visto que 75% dos conflitos no campo registrados pela CPT ocorreram entre 2003 e 2025, entretanto, há uma redução na letalidade nos conflitos no campo, diminuindo a proporção de assassinatos em relação ao número de conflitos. Nesse cenário, 2024 foi o ano que registrou o menor número de assassinatos em toda a série histórica, com 13 casos, todavia, ainda é cedo para identificar uma nova tendência de redução dos assassinatos no campo.

No que se refere a incidência de assassinatos por região, constatamos que a região Norte é a mais violenta, sendo responsável por 1.035 assassinatos, ou seja, 49% das ocorrências;

seguida pela Nordeste, com 547 (26%); a Centro-Oeste, com 267 (13%); a Sudeste, com 164 (8%); e a região Sul, com 99 (5%) assassinatos.

Dentre todo o período histórico, apenas nos anos de 1986, 1989 e 1992 a região norte não foi a que mais registrou assassinatos, o que demonstra um contraste em relação aos conflitos no campo, visto que, em número de ocorrência a região norte ocupa segunda posição. Essa liderança no número de assassinatos demonstra o perfil dos conflitos na região norte, caracterizados pela alta taxa de letalidade, sendo também a região que concentrou o maior número de massacres no campo, visto que, 47 dos 59 massacres ocorreram na região norte, englobando 243 dos 302 assassinatos que ocorreram em massacres entre 1985 e 2025.

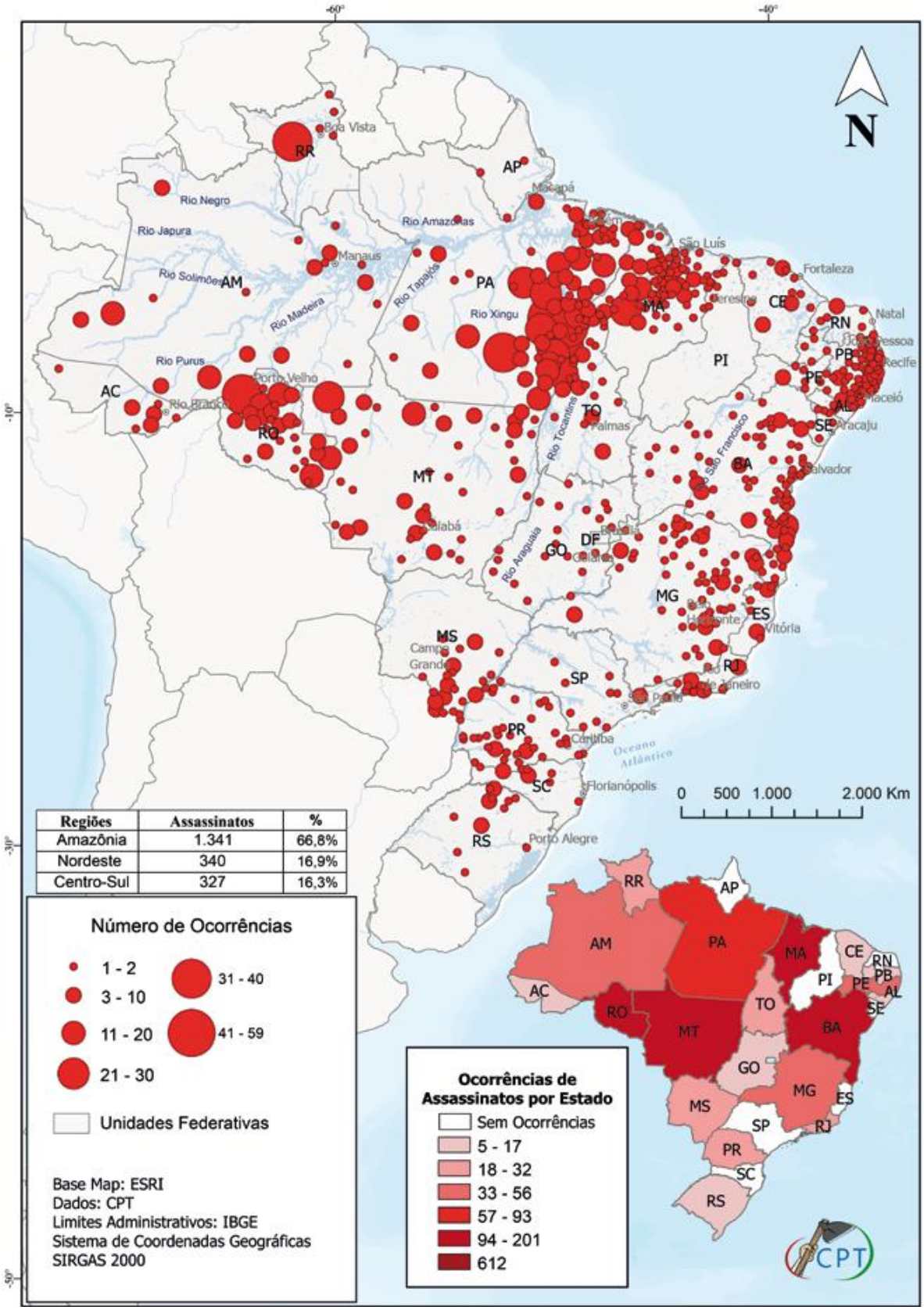
Gráfico 9 - Assassinatos no campo por região (1985-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Nos anos em que a Região Norte não foi a mais letal, o Nordeste assumiu o primeiro lugar no ranking macabro de assassinatos no campo, sendo também a segunda região onde mais ocorreram massacres no campo, com 3 ocorrências, bem como o segundo maior número de vítimas em massacres, com 18 assassinatos. Juntos, Norte e Nordeste concentram 75% dos assassinatos no campo, enquanto o Centro-Oeste concentra 13%, o Sudeste 8% e Sul 5% dos assassinatos.

Mapa 5 - Ocorrências de Assassinatos no Campo por Município (1985-2023)




Fonte: CPT, 2025b, Atlas dos conflitos no campo brasileiro. Figura 21. Ocorrências de Assassinatos em Conflitos no Campo no Brasil por Município (1985-2023), p. 112.

Do mesmo modo que a análise dos conflitos por região apresentam distorções, os assassinatos quando observados por região nos levam a entender que aquele espaço como um todo é violento, quando na verdade são alguns estados ou microrregiões dentro daqueles estados que possuem um alto índice de conflitualidade e de letalidade no campo. Como por exemplo, dos 1035 assassinatos na Região Norte, 626 ocorreram no Pará; juntos, Pará e Rondônia concentram 79% dos assassinatos na região e 39% das ocorrências no Brasil, entre 1985 e 2025. A diferença entre Pará e Rondônia é o fato de que o Pará mantém uma média de assassinatos e de violência no campo estável durante a série histórica enquanto Rondônia é um estado onde a violência vem crescendo nos últimos anos; para se ter uma ideia, das 189 ocorrências de assassinato, 135 ocorreram a partir de 2003, 71% dos casos.

Nas demais regiões podemos inferir de forma semelhante, como por exemplo: Na região Nordeste, o Maranhão é o estado mais violento, com 201 ocorrências de assassinato, seguido pela Bahia, com 153 ocorrências, juntos correspondem a 65% dos casos na região; No Sudeste, das 164 ocorrências, 92 foram em Minas Gerais, 56% dos casos; No Centro-Oeste, dos 267 casos, 163 foram no Mato Grosso, 61% dos casos, enquanto o Distrito Federal não registrou nenhum assassinato em toda a série histórica; No Sul, dos 99 casos, 60 foram no Paraná.

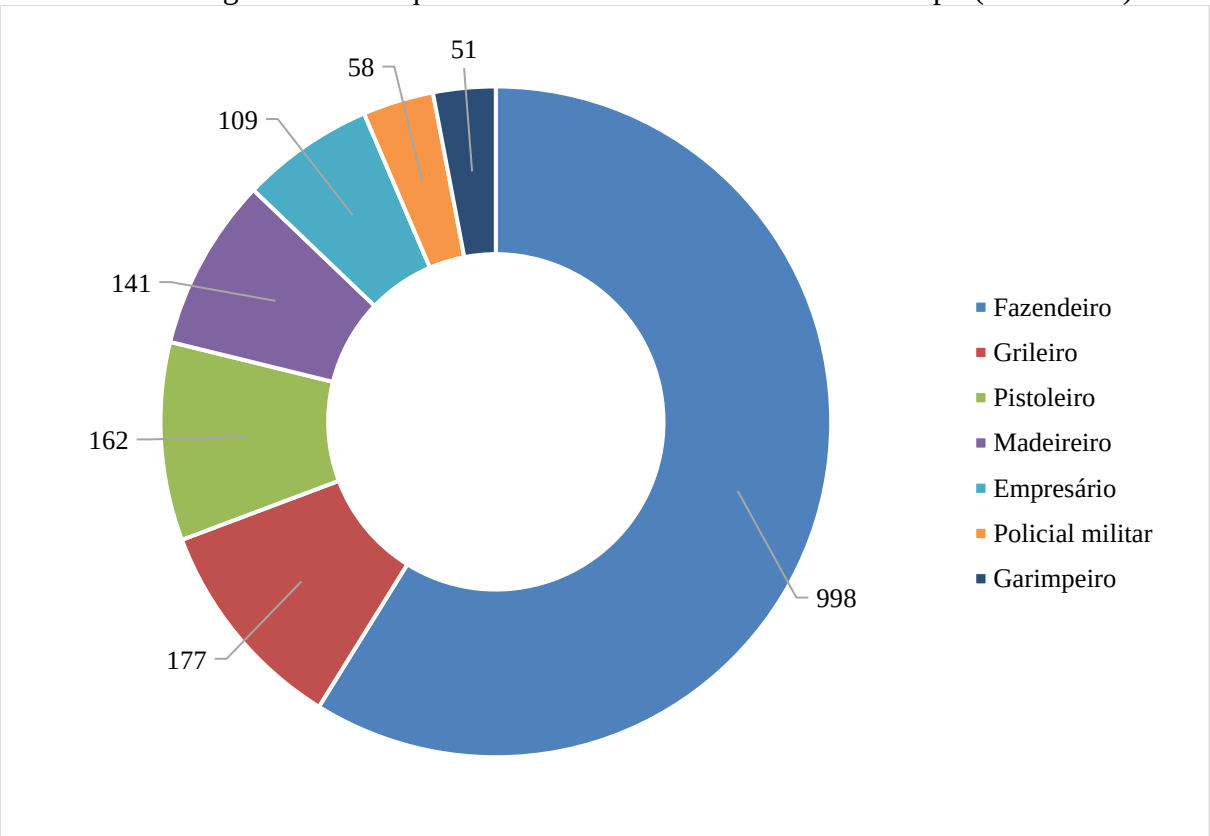
Nesse cenário, com o objetivo de informar de forma mais assertiva a CPT (2025b) elencou cinco manchas que destacam os assassinatos no campo: 1) Leste e sul do Pará, juntamente com o norte de Tocantins e o centro-norte do Maranhão; 2) Norte do Mato Grosso e o norte e leste de Rondônia; 3) a Zona da Mata nordestina, englobando a Paraíba, Pernambuco e Alagoas; 4) o Sudeste da Bahia; e 5) Sudeste do Mato Grosso do Sul.

Entre as categorias sociais que mais cometeram assassinatos no campo estão Fazendeiros (47%), Grileiro (8%), Pistoleiro (8%), Madeireiro (7%), Empresário (5%), Policial Militar (3%), e Garimpeiro (2%), Governo Estadual (2%), Capataz, gerente ou administrador da fazenda (2%), e Mineradora (1%). Juntos, essas categorias são responsáveis por 85% dos assassinatos no campo.

Para a CPT, Fazendeiro, Grileiro, Madeireiro, Empresário e Garimpeiro são os principais causadores dos assassinatos no campo. Essa análise leva em consideração que pistoleiros e policiais militares não causam os assassinatos por conta própria, mas por encomenda dessas outras categorias, pois como já foi dito, tem sido comum registros de policiais trabalhando à paisana como “segurança privada” para essas categorias. Dessa forma, como já foi dito, são registrados nas categorias Policial Militar e Pistoleiro apenas as mortes que não se tem informações sobre os possíveis mandantes do crime; pela incidência dos casos,

podemos atribuir os assassinatos às categorias que mais contratam o serviço de pistolagem no campo.

Gráfico 10 - Categorias sociais que mais cometeram assassinatos no campo (1985-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

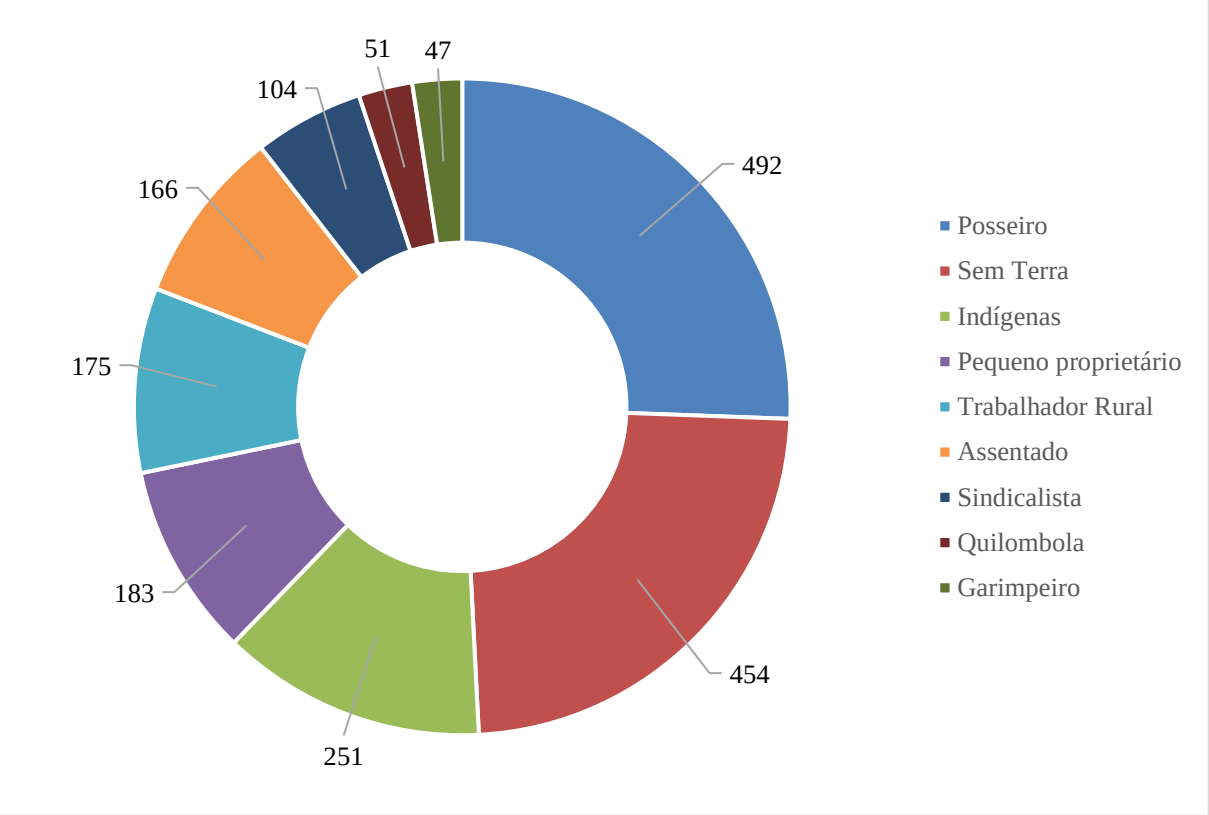
Além disso, há 90 assassinatos (4%) que são categorizados como Sem Informação, visto que se tem conhecimento apenas da categoria social da vítima, todavia, não se sabe o autor, bem como o suposto mandante. Entre as categorias que causam assassinatos no campo, sobretudo a partir de 2003, nos chama a atenção o surgimento de assassinatos cometidos por traficantes, 21 ocorrências, sendo 7 delas contra indígenas, assentados e posseiros, com 6 cada, e quilombolas e Sem Terra, com uma ocorrência cada.

Entre as categorias sociais que mais sofrem assassinatos no campo estão Posseiros com 492 ocorrências de assassinato (23%), Sem Terra, com 454 (21%), Indígenas, com 251 (12%), Pequeno Proprietário, com 183 (9%), Trabalhador Rural, com 175 (8%), Assentado, com 166 (8%), Sindicalista,[68] com 104 (5%), Quilombola, com 51 (2%), e Garimpeiro, com 47 (2%).

[68] A categoria Sindicalista possui dados aglutinados das categorias Dirigente Sindical e Presidente de STR. A CPT registrou de forma separada ao longo da série histórica essas três categorias, em nosso trabalho entendemos como

Juntos, essas categorias sofreram 1923 ocorrências de assassinato, ou seja, essas categorias sofreram 91% dos assassinatos no campo no Brasil.

Gráfico 11 - Categorias sociais que mais sofreram assassinatos no campo (1985-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Além das categorias supramencionadas, destacamos os assassinatos sofridos pelos Aliados,[69] com 24 ocorrências de assassinato, Ribeirinhos, com 12, Pequeno Arrendatário, com 11, Funcionário Público e Trabalhador Assalariado, com 10 cada um, Advogado, com 8, Ambientalista com 7, e Religioso com 6.

Ao analisar os assassinatos no campo é notável o aumento da violência contra povos e comunidades tradicionais a partir da financeirização do campo brasileiro a partir de 2003, sendo os principais atingidos Indígenas e Quilombolas.

A violência contra quilombolas que geram assassinatos no campo pode estar tanto relacionada com o processo de financeirização do campo brasileiro quanto a emergência de

sendo uma só, caracterizando-se como assassinato de liderança sindical. Segundo os dados da CPT, sofreram assassinatos 57 Dirigentes Sindicais, 22 Presidentes de STR e 25 Sindicalistas.

[69] A categoria Aliados para a CPT engloba agentes de outras pastorais sociais da ICAR, como a Cáritas e o CIMI, membros de organizações civis, organizações não governamentais, indigenistas, entidades de direitos humanos, pesquisadores, entre outros que não possuem vínculo direto com a CPT.

políticas afirmativas a essa categoria social a partir dos anos 2000, momento em que comunidades que antes não se reconheciam como quilombolas passam a se reconhecer como quilombolas. A partir disso, a CPT, vai passar a registrar as ocorrências de violência contra essas comunidades com a categoria Quilombola.

O primeiro registro de assassinato contra essa categoria ocorreu em 2005 e a partir desse ano cresceu gradativamente, tendo seu ápice em 2017, onde 12 quilombolas foram assassinados, 6 deles em um massacre ocorrido na Comunidade Quilombola de Iúna,[70] no dia seis de agosto, em Lençóis, na Bahia. A Comunidade Quilombola de Iúna teve sua homologação em 2023; a demora no reconhecimento das áreas das comunidades e povos tradicionais acaba por acirrar os conflitos no campo e, as violências em decorrências dessa demora devem ser atribuídas ao Estado, visto que, por não cumprir os dispositivos legais torna-se omisso de sua obrigação constitucional.

Já os assassinatos contra os indígenas possuem algumas peculiaridades que estão entrelaçadas entre a questão agrária e a política da conjuntura histórica. Dessa forma podemos identificar duas ondas de violência e assassinatos contra indígenas; a primeira inicia-se em 1985 e vai até 1993, período em que 97 indígenas foram assassinados; a segunda inicia-se em 2002 até a atualidade, período marcado pelo crescimento do assassinato de indígenas, registrando 154 ocorrências, 61% dos casos, sendo 93 deles nos últimos dez anos. Cabe destacar que entre 1994 e 2001 a CPT não registrou assassinatos de indígenas em conflitos no campo. Além disso, as duas ondas de violência que resultam assassinatos contra os povos indígenas são justamente o período que antecede e consolida a Constituição Cidadã de 1988 e a nova onda de retomadas baseada no artigo 231 da Constituição iniciada a partir dos anos 2000.

Por fim, cabe explicar a categoria homônima Garimpeiro. Quando tratamos de garimpeiros como vítimas dos assassinatos no campo, nos referimos àqueles trabalhadores que embarcaram na chamada ‘Corrida do Ouro” dos anos 1980 e 90; os assassinatos contra esses trabalhadores ocorreram nesse período, visto que, dos 47 assassinatos que tiveram garimpeiros como vítimas, 45 ocorreram entre 1985 e 1997. Já quando tratamos da categoria Garimpeiro como causadora dos assassinatos no campo, estamos nos referindo principalmente a garimpeiros que invadem, principalmente, terras indígenas, instalando nelas garimpos ilegais.

[70] A Comunidade Quilombola de Iúna também ficou amplamente conhecida por ter inspirado o premiado livro de Itamar Vieira Júnior, *Torto Arado*, devido aos conflitos fundiários na região, a forte herança cultural e religiosa da comunidade e as belezas naturais da região.

## 4.4 CONFLITOS POR TERRA

Os dados coletados pela CPT que se referem aos conflitos por terra demonstram a tensão do campo brasileiro que refletem as disputas pelos diversos modelos de uso e manejo da terra, colocando como centro da questão a concentração fundiária, a invasão de territórios de povos e comunidades tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas, o desmatamento de reservas extrativistas para a pecuária, a intoxicação por agrotóxicos devido a pulverização por aviões e drones, entre tantas outras Violências contra a Ocupação e a Posse. Tudo isso, somado a ação dos madeireiros, do garimpo ilegal e das queimadas, no desmatamento, na contaminação das nascentes e rios, que são fundamentais para a existência dos povos e comunidades tradicionais, resultando na perda da biodiversidade, nas mudanças climáticas e sobretudo, em conflitos pela terra.

Denunciar a violência no campo, ser presença e resistência junto aos camponeses, aos povos das águas e das florestas é a razão da existência da CPT. Além disso, a CPT é parceira das diversas identidades camponesas em defesa da reforma agrária, lutando, junto deles, por um pedaço de terra para que nela os camponeses possam viver e produzir; como também, e em igual medida, atuando na defesa e retomada dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, visto que, para os povos e comunidades tradicionais, o território é fundamental para a manutenção de sua cultura e forma de vida.

O registro mais antigo que define o conceito de conflito por terra segundo a CPT data de 1983, onde segundo a visão da CPT, conflito por terra “[...] são todas as ações de violência praticados contra os lavradores e desencadeadas pelos que detêm e defendem o monopólio da terra” (CPT, 1983, p. 30). Observamos aqui que, a ação dos movimentos sociais nesse primeiro momento não é considerada um conflito no campo, algo que só vai ser documentado a partir de 1987, ou seja, o conceito de conflito por terra para CPT vai ao longo dos anos evoluindo e se tornando mais abrangente. Atualmente a CPT define conflitos por terra como:

> [...] ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. (CPT, 2025a, p. 16).

Atualmente as ocupações, retomadas[71] e os acampamentos também são registrados no âmbito dos conflitos por terra. Nesse caso, os conflitos por terra são separados nesses dois segmentos, sendo classificado como Ações dos Movimentos Sociais as ocupações, as retomadas e os acampamentos, ou seja, conflitos no campo que são causados pelos Movimentos Sociais de Luta pela Terra, as ocorrências de Violência Contra a Ocupação e a Posse como as ações das categorias sociais que causam violência contra os camponeses.

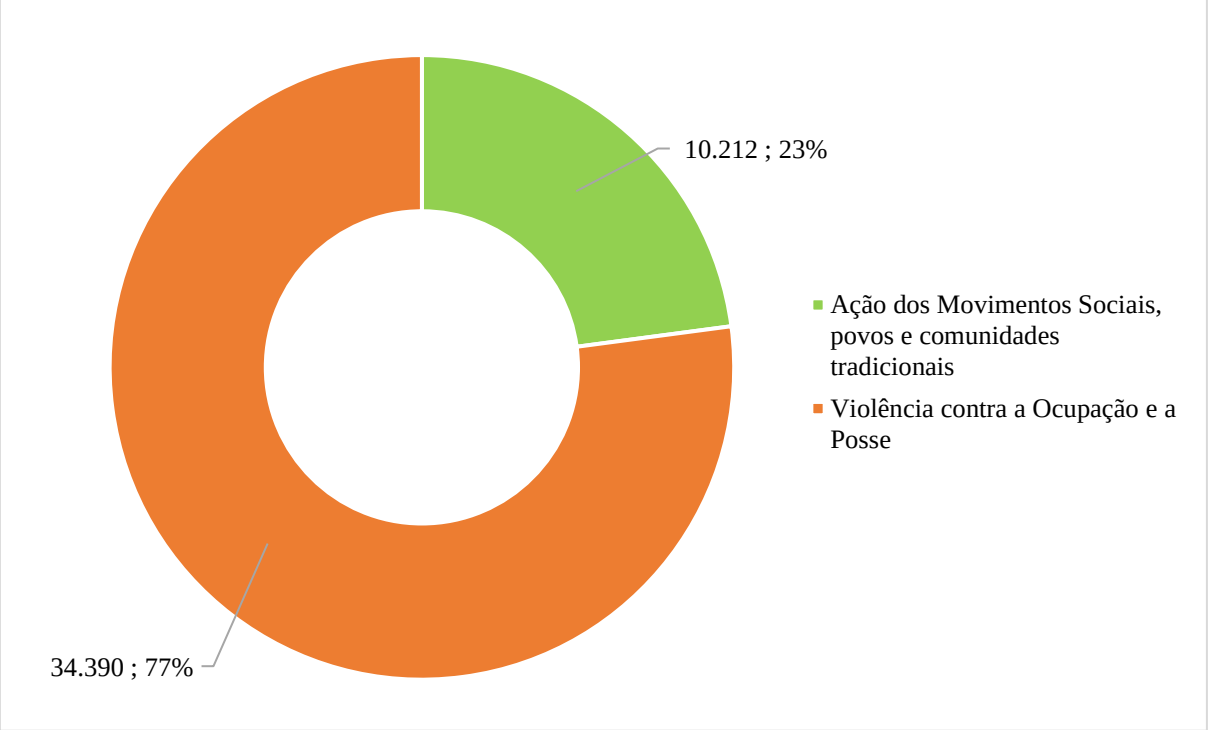
Como já foi dito, a categoria Violência Contra a Ocupação e a Posse fornecem dados qualitativos dos conflitos por terra, visto que, por meio de seus critérios é possível saber o tipo de conflito, o número de famílias e pessoas envolvidas, a área que está sendo disputada, o nome do conflito, sua localidade, as categorias sociais envolvidas no conflito, entre outras informações. Cabe lembrar, que os registros na categoria Violência Contra a Ocupação e a Posse são registrados de forma coletiva, como invasão de terras, destruição de casas, queimadas, desmatamento, entre outras ações. Em nossa análise, no eixo terra, vamos utilizar os termos Violações de direitos como uma forma abreviada de Violência Contra a ocupação e a Posse.

A ações individuais sofridas em uma Violência Contra a Ocupação e a Posse são registradas na categoria Violência Contra a Pessoa. Como por exemplo, um fazendeiro derrubou uma cerca e nesse mesmo ato assassinou um Sem Terra, é realizado um registro de Violência Contra a Ocupação e a Posse e um registro na categoria Violência Contra a Pessoa em Assassinatos, todavia é contabilizado apenas um registro de conflito no campo, visto que, nesse caso, o assassinato é um dado qualitativo da ação violenta.

Entre 1985 e 2025, a CPT registrou 44.602 ocorrências de conflitos no eixo terra, que correspondem a 80% de todos os conflitos no campo, que estão segmentados em 34.390 ocorrências de Violações de Direitos, 9.040 de Ocupações ou Retomadas e 1.172 de Acampamentos. Ao compararmos o número de ocorrências por segmento no eixo terra, podemos desmistificar a narrativa midiática e difundida pelo senso comum de que os movimentos sociais provocam violência no campo, visto que, apenas 23% das ocorrências de conflitos no eixo terra tiveram iniciativa dos movimentos sociais, enquanto 77 dos conflitos são resultados das ações de violência que tiveram a iniciativa das categorias que causam violência no campo no eixo terra.

[71] Segundo a CPT, as "Ocupações e ou retomadas são ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito" (CPT, 2025, p. 16).

Gráfico 12 – Ocorrências de conflito por terra por iniciativa (1985 - 2025)



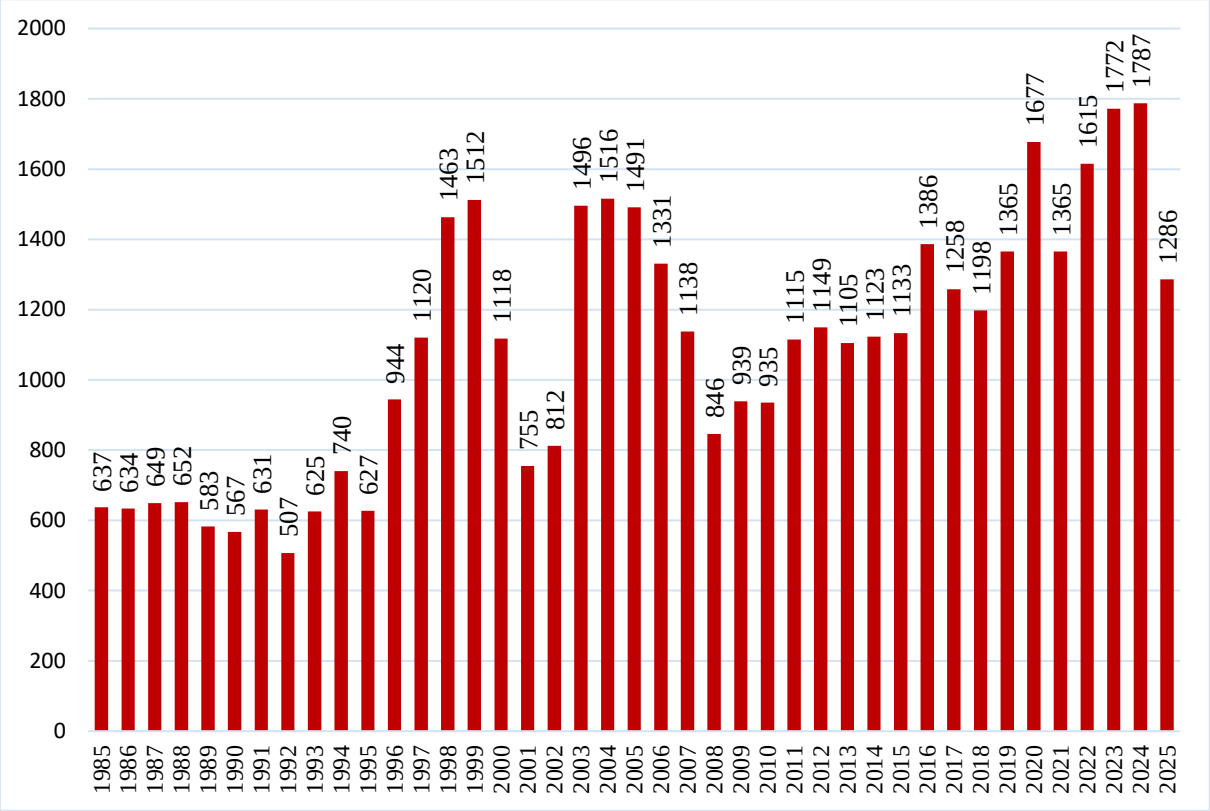

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Como pode ser visto, apenas 23% conflitos no eixo terra tem como iniciativa os movimentos sociais, se realizarmos essa comparação envolvendo os quatro eixos a participação dos movimentos sociais nos conflitos no campo cai para 18%. Isso se deve principalmente em virtude de que nos eixos Água, Trabalho e Outros Conflitos as comunidades camponesas são massivamente vítimas das ações em proporções maiores que as do eixo terra. A CPT, por sua vez, ao fazer essa análise, compara as ações dos movimentos sociais com todas as ocorrências de conflitos no campo, abrangendo todos os eixos. Em nossa pesquisa não vemos sentido nisso, visto que essa relação ocorre quase que exclusivamente no eixo terra.

Ao reduzirmos a escala de análise, podemos analisar melhor a ação tanto dos movimentos sociais quando de violência no campo de forma clara, visto que não há uma correlação direta entre a ação dos movimentos sociais e as ações de violação de direitos no campo, como a Violência Contra a Pessoa e a Violência Contra a Ocupação e a Posse. Esse argumento precisa ser mais bem explicado em vista de que é muito comum haver violência em áreas e territórios que foram ocupados ou retomados, mas, se esse argumento fosse a máxima dos conflitos no campo, como explicar a ação violenta onde não há ação dos movimentos sociais de luta pela terra? É notório que, em geral, há uma territorialização parecida das ações dos movimentos sociais e da violação de direitos, como também, no mesmo ano que ocorre uma ocupação, retomada ou a instalação de um acampamento sejam registradas ocorrências de

conflitos, todavia, a desproporcionalidade e a ausência de iniciativa dos movimentos sociais em determinadas regiões nos mostra que mesmo onde quase não há iniciativa dos movimentos sociais há inúmeros registros de conflitos no campo em virtude da ação das categorias que causam violações aos direitos dos camponeses, povos e comunidades tradicionais.

Gráfico 13 – Conflitos por Terra no Brasil (1985 - 2025)



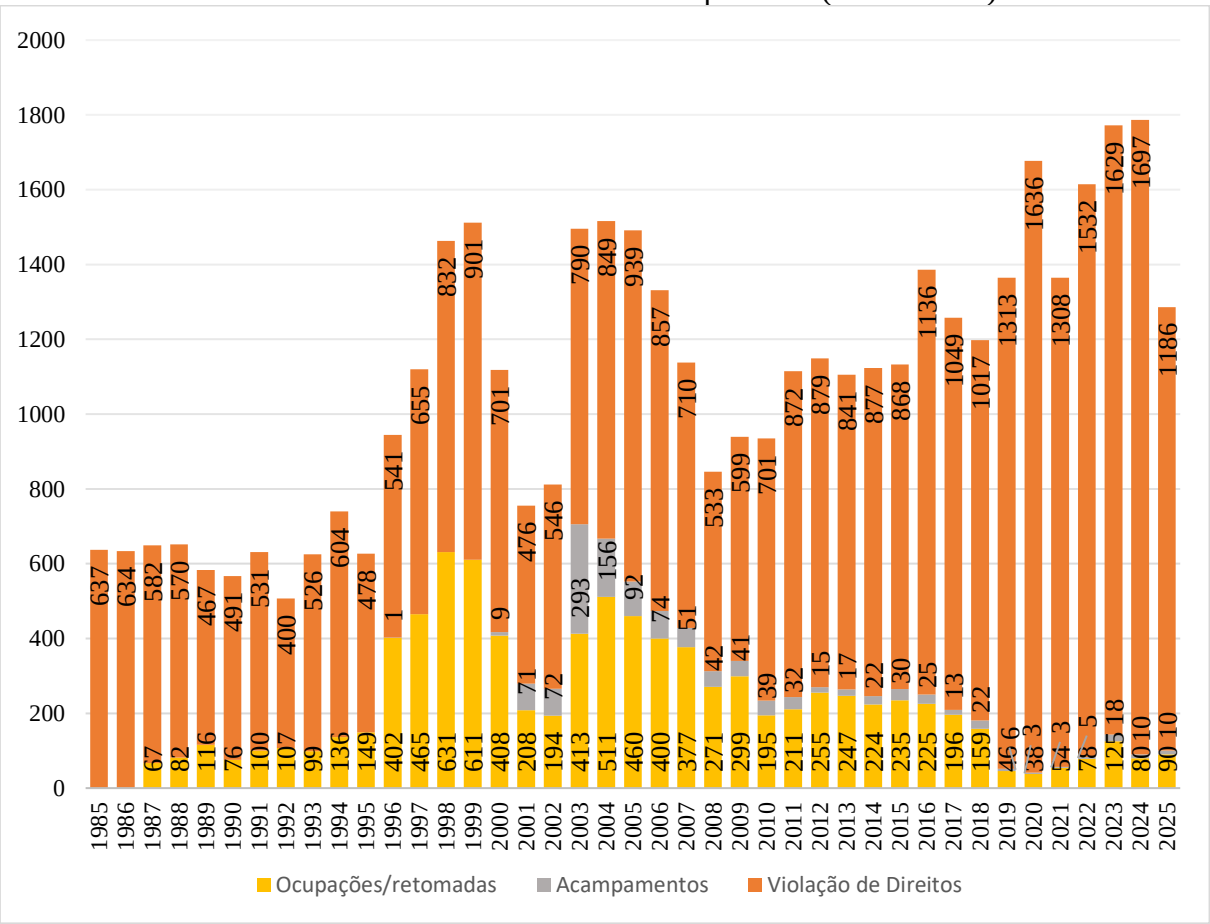

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

A região sul é a que menos possui conflitos de terra no Brasil, com 3.841 ocorrências, 2.520 de violação de direitos e 1.321 de ações de movimentos sociais, ou seja, entre 1985 e 2025, na região sul do Brasil, 34% das ocorrências de conflitos por terra são ações de movimentos sociais, o que demonstra a organização e atuação nessa região de forma expressiva. Ao mesmo tempo, se observarmos os números dos últimos dez anos, 2016 a 2025, podemos observar que houve 113 ocorrência tendo os movimentos sociais como causadores, enquanto houve 654 ocorrências de violação de direitos, dessa forma, apenas 17% dos conflitos na região sul tiveram iniciativa dos movimentos sociais de luta pela terra na última década, sendo a maioria deles iniciativa de povos e comunidades tracionais.

Em virtude disso, concluímos que proporcionalmente ao número de conflitos por terra, historicamente a região sul é a que tem maior participação dos movimentos sociais de luta pela terra, ao mesmo tempo que esses movimentos, na região, vêm diminuindo suas ações. Uma

explicação para esse protagonismo nas ações dos movimentos sociais no sul do Brasil é o fato de eu uma grande parte das lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra como o MST, da CPT e do CIMI ter suas origens e início de atuação nessa região (Tedesco, 2007, 2008; Benincá, 2008).

Gráfico 14 – Demonstrativo das iniciativas de conflito por terra (1985 - 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

A explicação para a redução das ações dos movimentos sociais e dos conflitos na região sul, segundo o que constatamos por meio de Girardi (2025), ocorre, principalmente, pela estrutura fundiária, as dinâmicas territoriais e de produção na região estarem estabelecidas, diversificadas e, em grande parte, integradas ao modo de produção capitalista, mesmo de forma subordinada.

Em 2024 foram registradas 1.787 ocorrências de conflitos no eixo terra, sendo o maior número da série histórica, superando a marca de 2023, ou seja, os conflitos por terra vêm superando as marcas históricas desde 2020, ano que foi superado o ano de 2004, que até então era o ano com mais registro de violência nos conflitos por terra. O número de ocorrências de

conflitos por terra vem aumentando ao longo da série histórica influenciado pelo número de violações, enquanto as ações dos movimentos sociais vêm reduzindo desde 2003, ano em que houve maior atuação dos movimentos sociais de luta pela terra e dos povos e comunidades tradicionais.

Em relação as ações dos movimentos sociais, cabe destacar que o ano de 2003 foi o primeiro ano do Governo Lula, momento em que uma grande parte dos líderes dos movimentos sociais, como também da CPT, ocuparam cargos no Governo Federal, como também participaram de conselhos que tinham interferência direta nas políticas públicas desenvolvidas.[72] Esse contexto marca a retomada das ações dos movimentos sociais, visto que, dos 1.496 conflitos no eixo terra, em 2003, 706 (47%) ocorreram por iniciativa dos movimentos sociais, sendo o ano, de toda a série histórica, que houve maior ação dos movimentos sociais em relação as ocorrências de conflito por terra.

Essa maior iniciativa dos movimentos sociais, onde foram promovidas 413 ocupações ou retomadas e a instalação de 293 novos acampamentos, encontraram a reação violenta dos latifundiários, visto que dos 73 assassinatos que ocorreram em 2003, 68 foram no eixo terra. Esse protagonismo dos movimentos sociais vai perdendo força nos anos seguintes, encontrando um período de estabilidade nas ações entre 2010 e 2018 e se tornando quase inexistente entre 2019 e 2022.

O período entre 2006 e 2010 é marcado pela redução das ações dos movimentos sociais, mas também pela redução no número de ocorrência de violação de direitos. A eleição da primeira presidenta da República brasileira, Dilma Rousseff, e a contestação de sua reeleição, em 2014, por setores conservadores da sociedade brasileira, entre eles o agronegócio, abrem um novo ciclo de violência no campo, tendo seu pico em 2016, ano do Golpe que retirou do poder Dilma Rousseff.

Com base nos dados da CPT, cabe destacar a diferença entre esses dois momentos, 2003 a 2016 e 2017 a 2022, principalmente pelo fato de que um marca a ascensão de um governo de coalizão popular ao poder, juntamente com a maior iniciativa dos movimentos sociais de luta pela terra, enquanto o outro mostra justamente um golpe constitucional que busca desalojar e, em consequência disso, descontruir todas as políticas públicas elaboradas nos 15 anos que antecederam ao golpe. Além disso, entre 2010 e 2017, os conflitos que tiveram como iniciativa os movimentos sociais somaram 22% das ocorrências, 1.981 entre 9.204, marcando uma

[72] Ivo Poletto atuou por 25 anos como secretário executivo da CPT e entre 2003 e 2004 participou da Equipe de Mobilização Social do Programa Fome Zero. Essa experiência é contada no livro de Ivo Poletto intitulado *Brasil: Oportunidades Perdidas – Meus Dois Anos no Governo Lula*.

redução ao período entre 2003 e 2009, período em que as ações somaram 40% das ocorrências do período, 3.480 entre 8.757. Em 2017, 73 dos 74 assassinatos no campo ocorreram no eixo terra, demonstrando um agravamento das tensões nos conflitos por terra.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, para Presidente da República, apoiado por setores do agronegócio, tendo como base discursos contra minorias e um tom agressivo e intimidador contra os movimentos sociais de luta pela terra, especialmente contra o MST, marca um período em que as categorias que causam violência no campo se sentem respaldadas para "[...] ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas,"[73] desrespeitando as leis ambientais, causando queimadas, desmatamentos e invadindo os territórios de povos e comunidades tradicionais, tudo isso, enquanto a sociedade estava enfrentando a pandemia da COVID-19. Nesse cenário, entre 2019 e 2022, período em que Bolsonaro governou, os dados dos cadernos da CPT indicam que a ação dos movimentos sociais caiu drasticamente, tendo sua maior atuação em 2022, com 83 ações, sendo que nesse período, ocorreram 6.022 conflitos no eixo terra, dentre essas, 233 ocorrências, ou seja, 4% das ocorrências desse período, são ações dos movimentos sociais.

O ano de 2020 marcou a menor atuação dos movimentos sociais de toda a série histórica de acordo com os cadernos, desde quando começaram a ser registradas as atuações dos movimentos sociais em 1987, em que ocorreram 3 acampamentos e 38 ocupações e retomadas, em contraponto, houve 1.636 ocorrências de violações de direitos, ou seja, em 2020, 97% dos conflitos no eixo terra foram causados por agentes hegemônicos que violam direitos dos camponeses, povos e comunidades tradicionais. A maior atuação dos movimentos sociais em 2022 pode ser explicada por ter sido o ano em que Lula concorreu ao seu terceiro mandado como presidente da república, saindo vencedor por uma pequena margem de votos, 50,90% dos votos válidos.

Cabe ainda ressaltar que em virtude da redução das ações dos movimentos sociais, o então presidente Jair Bolsonaro afirmou que não havia conflitos no campo, o que sabemos que não é verdade, mas um recorte da realidade.[74] Do mesmo modo, precisamos observar a redução da violência no eixo terra no ano de 2021 pela ótica da pandemia da COVID-19, onde o

[73] O termo "Passar a boiada" se refere a uma fala do então Ministro do Meio Ambiente do Governo Bolsonaro Ricardo Salles. Na fala o ministro se refere ao momento oportuno para se aproveitar da omissão do estado para burlar as leis ambientais, enquanto a sociedade estava preocupada com a pandemia da COVID-19. Relembre o caso ao ver a reportagem da CNN Brasil disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml.

[74] CNN Brasil. **Fatos Primeiro: Conflitos no campo cresceram desde 2019, ao contrário do que diz Bolsonaro.** Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fatos-primeiro-conflitos-no-campo-cresceram-desde-2019-ao-contrario-do-que-diz-bolsonaro/. Acesso em: 09 ago. 2026.

Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela validade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828, proibindo despejos e reintegrações de posse para moradias e áreas de trabalho rurais até junho de 2022, momento em que, segundo o próprio STF havia 123 mil famílias ameaçadas de despejo no país.[75]

Uma vez que os conflitos por terra representam 80% dos conflitos no campo registrados pela CPT, não vemos motivos para analisar as categorias que causaram e sofreram violência no campo com o mesmo recorte temporal (1985-2025), pois constatamos que, basicamente, se constitui o mesmo gráfico. Dessa forma, optamos por analisar essas categorias a partir da financeirização do campo brasileiro, que, em nossa pesquisa, colocamos como marco temporal o ano de 2003 até a atualidade. Esse recorte permite observar as mudanças no campo brasileiro, sobretudo no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento que se adotou entre os países da América Latina, a exportação de commodities (Svampa, 2019; Oliveira, 2012, 2015, 2015a; Delgado, 2012).

Entre 2003 e 2025 foram registrados 23.818 (69%) ocorrências de violações de direitos no eixo terra, enquanto foram registradas 6.208 (61%) ações de movimentos sociais, demonstrando que a financeirização do campo causou o acirramento da questão agrária brasileiro, marcando o período de maior articulação dos movimentos sociais de luta pela, como também das categorias hegemônicas que causam violência no campo.

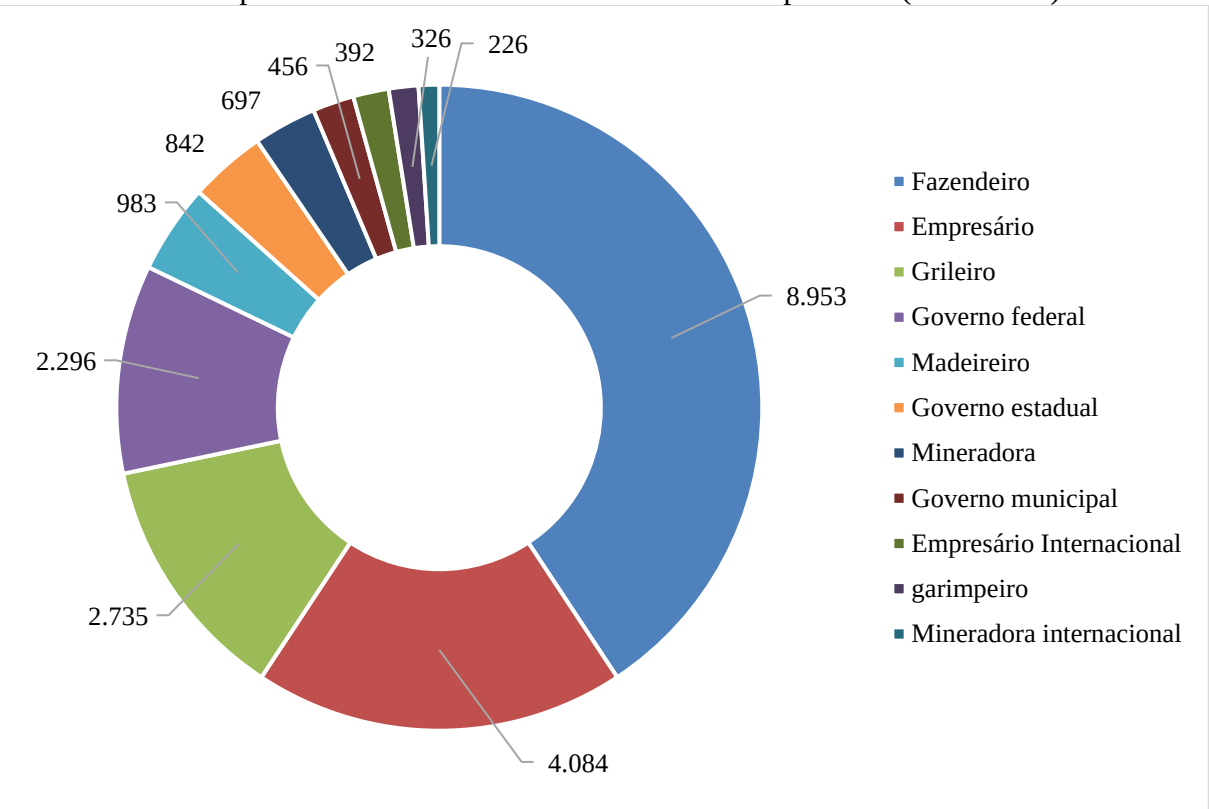
Entre as categorias que mais causaram violência no campo, com o processo de financeirização do campo, estão Fazendeiros, com 8.953 conflitos, 38% das ocorrências, Empresário, com 4.084 (17%), Grileiro, com 2.735 (11%), Governo Federal, com 2.296 (10%), Madeireiro, com 983 (4%), Governo Estadual, com 842 (4%), Mineradora, com 697 (3%), Governo Municipal, com 456 (2%), Empresário Internacional, com 392 (2%), Garimpeiro, com 326 (1%), e Mineradora Internacional, com 226 (1%). Juntas essas categorias são responsáveis por 92% das ocorrências de violações de direitos no eixo terra entre 2003 e 2025.

Chamamos mais uma vez a atenção para a violência estatal, visto que somente o poder executivo, em suas três esferas, cometeram 16% das ações de violência e, se levarmos em consideração a violência estatal de todos os agentes públicos chegamos a 21% das ações de violação de direitos no período. Todavia, ao olhar para o tipo de ação que cada esfera realiza nos deparamos com o fato de que a União é responsável principalmente por despejos judiciais,

[75] A ADPF 828proíbe remoções forçadas no campo ou na cidade sem uma alternativa de moradia prévia, exigindo audiências de mediação e o acompanhamento de Comissões de Conflitos Fundiários. Para ter acesso a decisão na integra acesse: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6155697.

morte em consequência e omissões, enquanto os governos estaduais e municipais, são responsáveis por violências como ameaça de expropriação, omissões e conivências.

Gráfico 15 - Principais causadores de violência nos conflitos por terra (2003-2025)



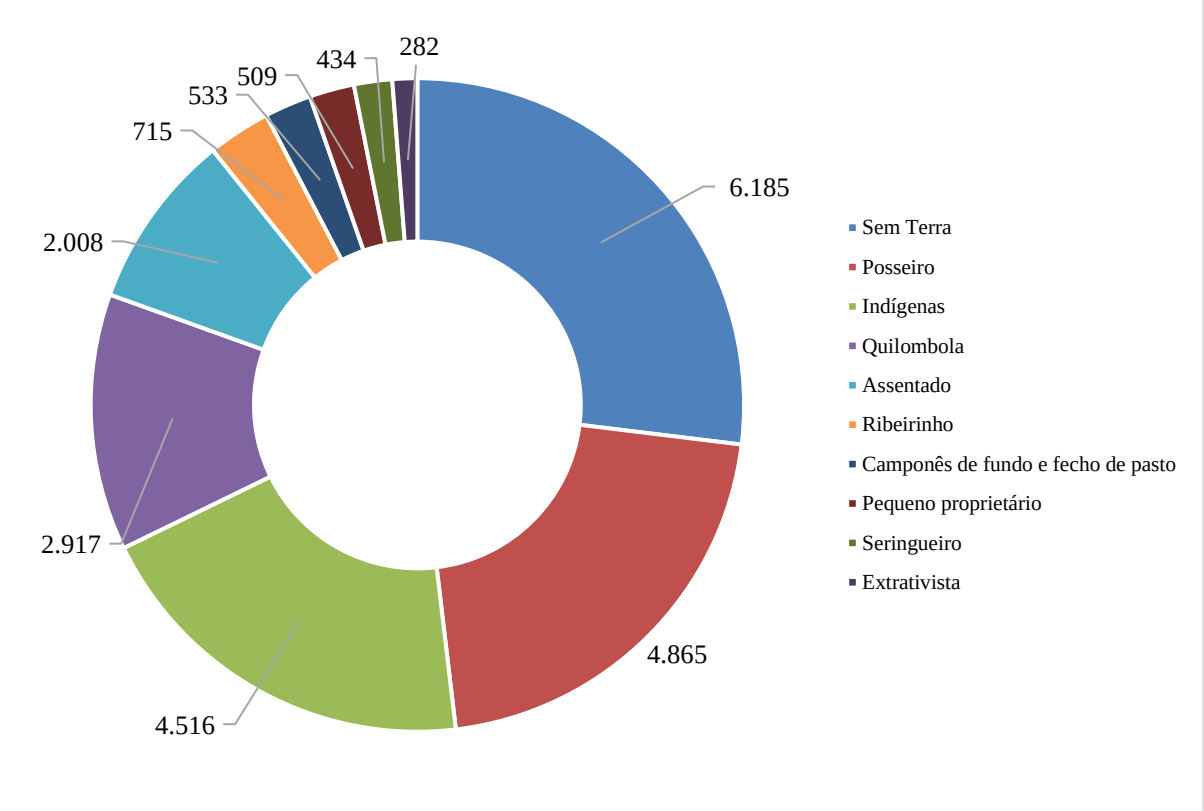

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Entre as categorias sociais que mais sofrem violência nos conflitos por terra, entre 2003 e 2025, estão Sem Terra, com 6.185 casos, 26% das ocorrências, Posseiro, com 4.865 (20%), indígenas, com 4.516 (19%), Quilombola, com 2.917 (12%), Assentado, com 2.008 (8%), Ribeirinho, com 715 (3%), Camponês de fundo e fecho de pasto, com 533 (2%), Pequeno Proprietário, com 509 (2%), Seringueiro, com 434 (2%), e Extrativista, com 282 (1%). Juntos, essas identidades sociais sofreram 96% da violência no eixo terra no período.

Se realizarmos um outro corte temporal e dividir a financeirização do campo brasileiro em duas partes, considerando a última década como a desconstrução das políticas públicas de redistribuição instituídas entre 2003 e 2015, podemos perceber que a última década como a segunda onda de expansão da fronteira agrícola, conforme pode ser visto na atualização do Mapa Brasil Agrário 2025 (Girardi, 2025), onde percebe-se que a expansão da fronteira agrícola expande junto com ela os conflitos no campo. Temos consciência, que do ponto de vista

econômico e financeiro essa segunda onda iniciou em 2010, todavia, do ponto de vista da violência no campo ela se reflete a partir do Golpe de 2016.

Gráfico 16 - Categorias sociais que mais sofreram violência nos conflitos por terra (2003-2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Se levarmos em consideração esse período, 2016 até 2025, constatamos que há uma crescente na violência contra Indígenas, Posseiros, Quilombolas e Camponeses de fundo e fecho de pasto, enquanto há estabilidade na violência contra Sem Terras e Assentados. Ou seja, a fronteira agrícola se expande em direção aos povos e comunidades tradicionais, visto que, os governos da última década questionaram a legitimidade dos territórios dessas comunidades, principalmente pela Tese do Marco Temporal, derrubada pelo STF no julgamento Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI-7582.[76]

O processo de financeirização e mundialização da agricultura brasileira permite-nos perceber o quanto a demanda internacional por comodities e minérios interfere e causa violência no campo, produzindo processos de TDR, tudo isso com o aval e incentivo do Governo Federal,

[76] A ADI 7582 é uma ação que tramita no STF que questiona a Lei 14.701/2023, que estabelece o Marco Temporal para a demarcação das terras indígenas e estabeleceu novas regras para o uso e gestão desses territórios. O STF formou maioria para declarar a lei do Marco Temporal inconstitucional. Para ver a íntegra da decisão acesse: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6824370.

que financia o agronegócio, principal causador de violência no campo, bem como permite a monopolização do território por meio de empresas de capital aberto. Nesse contexto, podemos observar que tanto a agricultura quanto a violência no campo vão se tornando empresarial, com atuação de empresas transnacionais (Oliveira, 2012, 2015; Silva; Monteiro, 2020), avançando principalmente sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais.

Com relação a natureza da violência contra os camponeses no eixo terra, o que mais nos desperta atenção, tanto no critério Violência Contra a Pessoa quanto no de Violência Contra a Ocupação e a Posse, são o crescente número de ocorrências de conflitos em decorrência de contaminação por agrotóxicos e intoxicação por agrotóxico. Segundo Alan Freihof Tygel, Emiliano Maldonado e Jakeline Pivato (2025), nos últimos anos, os agrotóxicos tem sido utilizados como armas químicas nos conflitos no campo, nesse contexto, a "[...] questão dos agrotóxicos deve ser analisada como um dos métodos utilizados pelo agronegócio para a expansão da sua fronteira agrícola" (Tygel; Maldonado; Pivato, 2025, p. 116). A contaminação por agrotóxicos já vem sendo debatida pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva[77] (ABRASCO), principalmente pelo fato de que na última década autorizou-se o uso agrícola de inúmeros agrotóxicos que são proibidos em outros países, principalmente na União Europeia.

Das 55.958[78] famílias afetadas pela contaminação por agrotóxicos, 7% sofreram esse tipo de violência até 2003, enquanto 80% das famílias foram atingidas entre 2016 e 2025, ou seja, 44.610 famílias, em 13.503 ocorrências. No que se refere a última década, podemos observar que, entre 2016 e 2025, 65% das famílias atingidas pela contaminação por agrotóxico são povos e comunidades tradicionais, com destaque para indígenas, com 23.681 famílias atingidas, e quilombolas, com 4.332 famílias atingidas. Outro aspecto importante, mas que não nos surpreende, é o fato de que nesse tipo de violência, a região Centro-Oeste[79] aparece como um dos principais focos das ocorrências, afetando 18.857 famílias entre 2016 e 2025, denunciando o uso extensivo de agrotóxicos no Brasil, tornando-os onipresentes, sobretudo na monocultura de soja.

---

[77] Disponível em https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/

[78] Em algumas ocorrências, não há indicativo do número de famílias, apenas o registro de contaminação por agrotóxicos ou intoxicação por agrotóxico, nesse caso, informamos o número de famílias que foram registradas. Quando há ambas situações em uma mesma ocorrência, são realizados registros em ambos os critérios de violência, todavia, para fins de contagem é registrado apenas uma ocorrência de conflito.

[79] Nessa questão cabe uma atenção especial a incidência de violência contra o povo indígena Guarani-Kaiowá, no sudoeste do Mato Grosso do Sul, que além de sofrer com a ação de grileiros e traficantes, é constantemente atacado por meio de queimadas e pulverização por agrotóxicos. Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. As lutas do povo Guarani-Kaiowá analisadas pelas geografias das diferenças. REVISTA NERA, [S. l.], v. 28, n. 1, 2025. DOI: 10.47946/rnera.v28i1.10815. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/10815.

Por outro lado, se analisarmos o número de ocorrências, constatamos que o Pará, com 2.701 ocorrências, e o Maranhão, com 2.188, são os estados onde se concentram os maiores números de ocorrências em virtude da contaminação ou intoxicação por agrotóxico. Esse critério de violência teve maior destaque no ano de 2024, onde a CPT registrou 276 ocorrências de intoxicação por agrotóxico no eixo terra, representando 15% do total de conflitos no eixo. Por fim, cabe ainda fazer dois apontamentos sobre a incidência de agrotóxicos no eixo terra: a) a maior parte das ocorrências expressam o termo pulverização aérea, por drone ou avião, indicando que a pulverização aérea é o principal fator de risco, contaminação e intoxicação; e b) dentre os conflitos registrados por agrotóxico, a maior concentração ocorreu no Mato Grosso do Sul, no Pará e no Maranhão, tendo como principais vítimas indígenas e quilombolas na regiões de fronteira agrícola onde predomina a monocultura de commodities.

Por fim, destacamos que o processo de financeirização da agricultura brasileira modificou as relações do campo, como também os conflitos, inserindo neles novos atores, como empresários e empresários internacionais, sobretudo a partir da segunda década do século XXI, resultando em processos de TDR, principalmente, contra povos e comunidades tradicionais, sendo que as identidades mais afetadas são indígenas e quilombolas. Por outro lado, a financeirização no campo não elimina o campesinato, mas recria-o (Girardi, 2008a, 2008b), fazendo também que ocorra uma maior articulação entre os camponeses e os povos e comunidades tradicionais. Nesse caso, a CPT atua como um elo central nessa mediação, sendo uma parceira nos processos de TDR promovidos pelos camponeses, povos e comunidades tradicionais, que se refletem na criação de acampamentos, ocupações e retomadas de territórios tradicionais, desterritorializando os agentes hegemônicos ou buscando impedir que se territorializem, pois, quando esses agentes hegemônicos se territorializem, promovem a desterritorialização de várias identidades camponesas.

## 4.5 CONFLITOS POR ÁGUA

A criação do eixo Conflitos por Água para análise dos conflitos no campo em 2002 nos dá um bom indicativo das mudanças causadas no campo brasileiro em virtude dos processos de financeirização das relações capitalistas e a mundialização do campo brasileiro (Oliveira, 2012). Entre 1985 e 2002, os conflitos que envolviam a disputa pela água registrados pela CPT eram categorizados como Conflitos em Tempos de Seca e Atingidos por Barragens, estando geralmente categorizados como conflitos de Terra/Barragem, TEBA na sigla utilizada nos

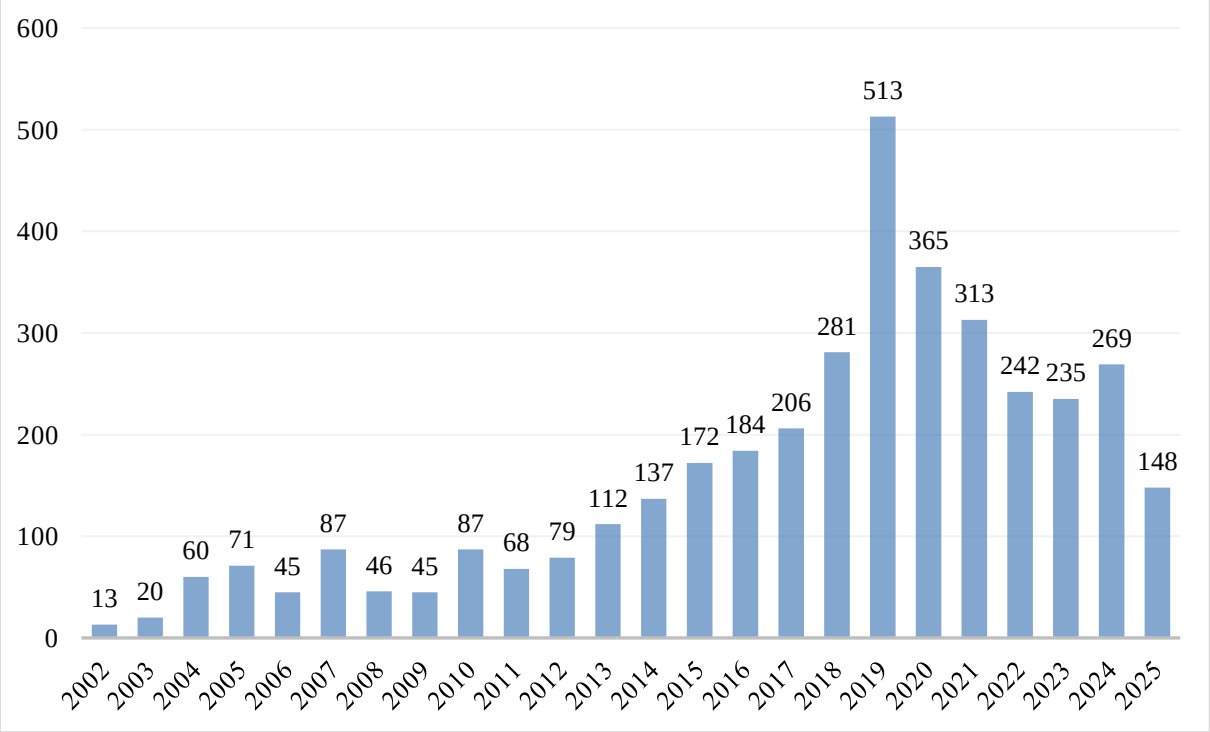
cadernos. Atualmente os conflitos por água são registrados tendo como critério os seguintes tipos: Apropriação Particular; Barragens e Açudes; Uso e preservação; e Cobrança.

A primeira vez que os conflitos por uso da água aparecem é no caderno de 1990 como um dos pontos dos conflitos pela terra, classificada como *Luta pelo uso da Água*. Segundo o editorial da CPT (1991), naquele momento destacavam-se três pontos de conflitos pela água, os atingidos por barragens, os ribeirinhos e os atingidos pela seca, que atingiam várias categorias camponesas, como "[...] posseiros, arrendatários, pequenos proprietários, pescadores, lavadeiras, que têm o rio como referência para sua sobrevivência" (CPT, 1991). Segundo a CPT (1991), os conflitos em tempos de seca estavam muito localizados na Paraíba em virtude do uso político dos açudes públicos durante estiagens, enquanto os conflitos em virtude de barragens encontrava-se territorializados em todo o país, principalmente pela ação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), surgido na década de 1970, atuando nacionalmente em todo o Brasil desde a segunda metade da década de 1980.

A CPT registrou, entre 1985 e 2001, 102 conflitos como TEBA, lançando formalmente, em 2003, no caderno Conflitos no Campo Brasil 2002, o eixo de análise Conflitos pela Água, com o capítulo intitulado *A vez da Água*, registrando, em 2002, 12 conflitos pela água, alertando sobre a transformação da água em commodity. Nos anos seguintes a CPT continua registrando os conflitos, todavia, não o faz com o mesmo número de dados qualitativos com que realiza os conflitos por terra e trabalhistas, dessa forma, vamos analisar de forma mais detalhada os últimos dez anos, 2016 a 2025, período em ocorreram 73% das ocorrências e que conseguimos coletar dados qualitativos o suficiente para compreender os conflitos por água no Brasil.

Na série histórica dos conflitos por água, entre 2002 e 2025, a CPT registrou 3.798 conflitos por água, 29 assassinatos e o envolvimento de mais de 4 milhões de pessoas nas disputas em decorrência da água, representando 7% dos conflitos no campo em toda a série histórica. Desde a criação do eixo de análise, os conflitos por água vêm crescendo exponencialmente, registrando em 2019 a marca histórica de 513 ocorrências, ano em que houve o rompimento da barragem da Vale na Mina Córrego do Feijão em 25 de janeiro de 2019, que vitimou 272 pessoas, em Brumadinho, Minas Gerais.

Gráfico 17 – Conflitos por Água no Brasil (2002 - 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

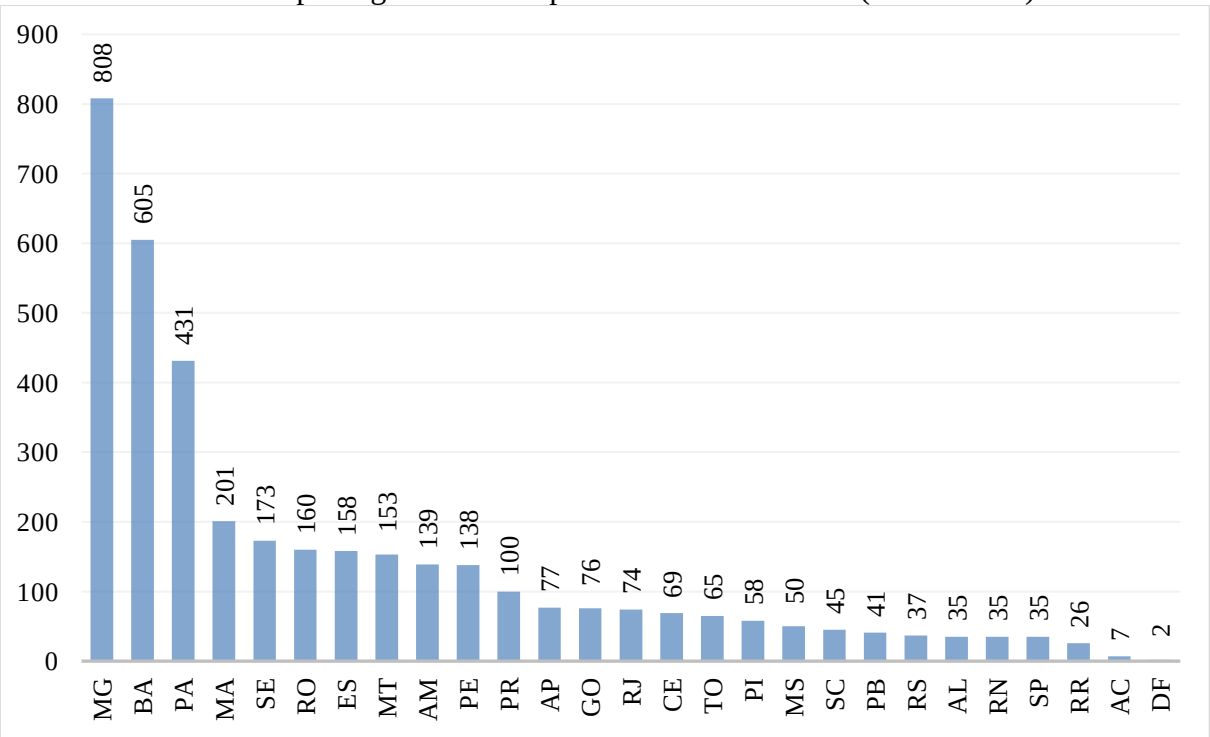
Os conflitos por água estão espalhados por todo o território brasileiro e, assim como os demais eixos de conflitos, possui regiões com maior incidência de ocorrências. Podemos afirmar que os conflitos por água estão mais concentrados no Nordeste 1.355 (36%), no Sudeste 1.075 (28%) e Norte 905 (24%), já as regiões Centro-Oeste 281 (7%) e Sul 182 (5%), são as regiões com menor incidência de conflitos por água no Brasil.

Dentre essas regiões merecem um destaque especial Minas Gerais, no sudeste, que concentra 808 ocorrências (21%); no Nordeste, a Bahia 605 (16%) e o Maranhão 201 (5%), sendo que no Maranhão 132 conflitos ocorreram entre 2021 e 2025 demonstrando a crescente dos conflitos por água no estado; e no Norte, o Pará 431 (11%). As ocorrências registradas na Bahia, no Maranhão e no Pará são, em sua grande maioria, a apropriação privada dos recursos hídricos, secamentos dos rios e, principalmente, contaminação de rios, vertentes e açudes por agrotóxicos. Juntos, esses quatro estados acumulam 2.045 conflitos por água, representando 54% dos casos de toda a série histórica dos conflitos por água.

No estado de Minas Gerais, a maior incidência de conflitos por água está relacionada ao fato de que no estado houve dois crimes ambientais que repercutiram internacionalmente envolvendo mineradoras, o rompimento das barragens em Brumadinho, em 2015, e Mariana, em 2019. As ocorrências envolvendo crimes ambientais também ocorreram no litoral nordeste em virtude do vazamento de petróleo, também em 2019, que atingiu mais de mil localidades,

dois mil quilômetros de costa e 500 mil pescadores tradicionais (Wanderley, Leão; Coelho, 2020; CPT, 2025b).

Gráfico 18 – Conflitos por Água no Brasil por Unidade Federativa (2002 - 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

A principal situação de violência desses conflitos ocorre pela destruição ou poluição de nascentes, açudes, rios e outras formas em que a água possa ser armazenada, como cisternas, representando 38% dos conflitos. Boa parte desses conflitos são desdobramentos de ações de violência que foram cometidos em anos anteriores, principalmente após 2019, onde as empresas descumpriram acordos que haviam firmado junto à justiça para indenizar as famílias e recuperar o meio ambiente. Essa postura das mineradoras, mas também do Estado, faz com que a segunda maior situação de conflito por água seja o não cumprimento de procedimentos legais.

Além das situações de conflito, os conflitos por água também registram ocorrência de Violência Contra a Pessoa, como ameaça de morte 134, prisão 71, agressão 62, intimidação 56, contaminação por minérios 55, ferimento 50, entre outros tipos de violência contra a pessoa. Entre 2002 e 2025 a CPT registrou 29 assassinatos nos conflitos por água e 24 mortes em consequência de contaminação por minérios ou agrotóxicos.

Tabela 7 - Conflitos por água por tipo de conflito (2016 - 2025)

| Situação de conflito | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ameaça de expropriação | 20 | 9 | 5 | 10 | 2 | 8 | 3 | 1 | 5 | 4 | 67 |
| Contaminação por agrotóxico | 1 | 3 | | 5 | 5 | 15 | 17 | 26 | 40 | 17 | 129 |
| Contaminação por minério | | | | 1 | | | | | | 21 | 22 |
| Desconstrução do histórico-cultural | 1 | 2 | 11 | 2 | 19 | 16 | 12 | 2 | 3 | | 68 |
| Destruição e ou poluição | 88 | 52 | 139 | 263 | 82 | 132 | 96 | 63 | 71 | 48 | 1.034 |
| Diminuição do acesso à Água | 28 | 61 | 48 | 77 | 26 | 52 | 21 | 38 | 44 | 30 | 425 |
| Divergência | 3 | 2 | | 9 | 2 | | | | | | 16 |
| Falta de projeto de reassentamento | 2 | | 1 | 7 | 1 | 2 | | | | | 13 |
| Impedimento de acesso à água | 12 | 1 | 3 | 12 | 10 | 10 | 20 | 16 | 11 | 8 | 103 |
| Não cumprimento de procedimentos legais | 20 | 72 | 61 | 113 | 198 | 74 | 43 | 80 | 84 | 11 | 756 |
| Não reassentamento | 3 | 3 | 10 | 6 | 7 | 3 | 1 | | 2 | 1 | 36 |
| Pesca predatória | 3 | | | 2 | 9 | 1 | 19 | 8 | 8 | 5 | 55 |
| Reassentamento inadequado | 2 | 1 | 3 | 6 | 1 | | 1 | | 1 | 2 | 17 |
| **Total Geral** | **183** | **206** | **281** | **513** | **362** | **313** | **233** | **234** | **269** | **147** | **2.741** |

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Por meio dos cadernos da CPT não conseguimos obter um número significativo entre as categorias sociais que sofreram e causaram as ocorrências nos conflitos por água, dessa forma, adotamos os dados do Atlas dos Conflitos no Campo da CPT, que abordam o período de 2000 até 2023 (CPT, 2025b). Segundo os dados do atlas (CPT, 2025b, p. 89), as categorias sociais que mais sofreram violência no campo são Outros Povos e Comunidades Tradicionais 1.687, Indígenas 360, Atingidos por Barragem 360, Pequenos Proprietários 316, Quilombola 259, Assentado 179, Posseiro 160, Sem Terra 39 e Trabalhadores Rurais 9 ocorrências. O que nos chama atenção é o fato de que dentre os 3.385 conflitos registrados pela CPT entre 2000 e 2023, 2.363, ou seja 70%, foram contra indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.

Entre as categorias que mais causaram violência no eixo água, segundo a CPT (2025b, p. 94), no período entre 2000 e 2023, estão Mineradoras ou Garimpeiros 1.191, Empresários 861, Hidroelétrica 538, Estado 384, fazendeiro 329 e Grileiro 35. As demais ocorrências são cadastradas como Outros e Sem Informação.

## 4.6 CONFLITOS TRABALHISTAS

Desde sua fundação, na segunda metade da década de 1970, a CPT vem realizando denúncias de trabalho escravo rural no Brasil, no entanto, essa situação era negada pelos órgãos públicos e por entidades da sociedade civil, dessa forma, a CPT formalizou, em 1994, uma denúncia na Organização dos Estados Americanos (OEA), na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (CPT, 1993), dando início a um processo da CIDH contra o Estado brasileiro, que ficou conhecido como o processo do caso José Pereira.[80] No ano seguinte, em 1995, o Estado brasileiro reconheceu a existência de trabalho análogo a escravidão no Brasil, entretanto, apenas em 2003 o Estado brasileiro se compromete a adotar, junto a CIDH, medidas para combater o trabalho análogo à escravidão (CPT, 2025a). Apenas a partir de 1995 podemos considerar que houve trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão, os dados obtidos anteriormente e os trabalhadores que não se encaixam nos critérios da condição análoga à escravidão são classificados como trabalhadores envolvidos na denúncia.

Em 2003, foi criada a Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, onde as empresas que foram autuadas por submeterem trabalhadores a condições análogas à escravidão ficam proibidas de firmar contratos com o setor público, bem como, com restrições de créditos bancários por meio de programas e bancos governamentais. Uma vez que a lista é pública, há danos à imagem pública da empresa. Além da lista suja, o Estado brasileiro passou a estruturar o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), criado em 1995, coordenado pelo Ministério Público do Trabalho, bem como instituiu o I Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo,[81] estabelecendo medidas voltadas à repressão penal, a prevenção do trabalho escravo rural, como também estabeleceu medidas para a reinserção social de trabalhadores vítimas dessa prática.

Até 1996 a CPT realizava o levantamento categorizado apenas nos casos de trabalho escravo; os casos de desrespeito aos direitos trabalhistas e os Conflitos trabalhistas segundo o conceito da CPT, eram relacionados na categoria “Outros”, juntamente com os conflitos sindicais, em áreas de garimpo e políticas agrícolas. A partir de 1997 o Eixo Trabalho passou a se chamar genericamente de Conflitos Trabalhistas, dessa forma, os conflitos trabalhistas foram subdivididos em registros de trabalho escravo, registros de superexploração e desrespeito às

[80] José Pereira, juntamente com outro trabalhador conhecido como Paraná, foram alvejados quando fugiram da Fazenda Espírito Santo, em Sapucaia, no sul do Pará, onde eram mantidos coo escravos juntamente com outros 60 trabalhadores em 1989. A época, José Pereira tinha dezessete anos de idade. O caso José pereira é o caso 11.289 da CIDH. Disponível em: https://cidh.oas.org/annualrep/2003port/brasil.11289.htm.

[81] I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/i-plano-nacional-para-erradicacao-do-trabalho-escravo-.

leis trabalhistas. No ano de 2011 a CPT parou de categorizar de forma separada os casos de superexploração e desrespeito trabalhista, tratando a partir do caderno de 2011 ambos como superexploração. Em nosso trabalho vamos nos debruçar sobre os casos de trabalho escravo, abordando genericamente os casos de desrespeito às leis trabalhista e superexploração.

Atualmente a CPT registra como superexploração situações como "[...] as horas de trabalho não pagas que excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia" (CPT, 2025a, p. 16). Em toda a série histórica a CPT registrou 1.183 casos de superexploração, 1.134 entre 1997 e 2016, agregando dados da categoria desrespeito às leis trabalhistas.

Cabe destacar que, em 1997, a CPT criou a campanha nacional permanente "De Olho Aberto para não virar Escravo!"[82] articulada em quase todo o território nacional a partir de suas equipes regionais, com o objetivo de mostrar a sociedade a dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais. A CPT recebeu vários prêmios, nacionais e internacionais, pelo combate ao trabalho análogo à escravidão, sendo que, mais "[...] de 40% dos 5 mil casos de trabalho escravo identificados no Brasil desde 1995 partiram de ações de trabalhadores acompanhados e orientados pela Comissão Pastoral da Terra" (CPT, 2024, on-line).

A compreensão da CPT em relação ao trabalho escravo

> segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho (CPT, 2024, p. 16).

Até a inserção no código penal brasileiro dos critérios que definem o que deve ser considerado trabalho análogo à escravidão, a CPT registrava como trabalho escravo as situações que envolviam a sujeição do trabalhador e os meios para atingir a sujeição, "a **dívida crescente** e **impagável** tem sido um dos meios mais utilizados para tornar o trabalhador cativo" (CPT, 1996, p. 46, grifo do autor).

[82] A campanha ocorre de forma permanente com os seguintes objetivos: Geral. Elevar a capacidade de ação de trabalhadores/as, comunidades e territórios, e Sociedade em geral, para superar as causas estruturais do trabalho escravo. Específicos: Fortalecer a Campanha De olho aberto para não virar escravo dentro e fora da CPT; Desnaturalizar a exploração do trabalho escravo entre trabalhadores, comunidades e sociedade, evidenciando suas raízes estruturais; Fortalecer a organização e a resistência de territórios camponeses e tradicionais e comunidades contra o trabalho escravo; Cobrar a efetivação de políticas públicas contra o trabalho escravo e suas causas, e sua ampliação, por meio de ações articuladas (CPT, 2024, on-line).

Temos consciência de que o desrespeito às leis trabalhistas e a superexploração do trabalhador fazem parte das relações de trabalho capitalistas, sobretudo, quando há o desejo de maximizar os lucros expropriando os trabalhadores. Todavia, a persistência do trabalho escravo ou análogo à escravidão no campo, sobretudo nas regiões onde há predominância nas relações capitalistas na agricultura, em nossa análise, se configura como uma grande contradição. Para compreendermos essa situação, precisamos entender as dinâmicas da agricultura capitalista, sobretudo pela ótica da territorialização dos monopólios na agricultura.

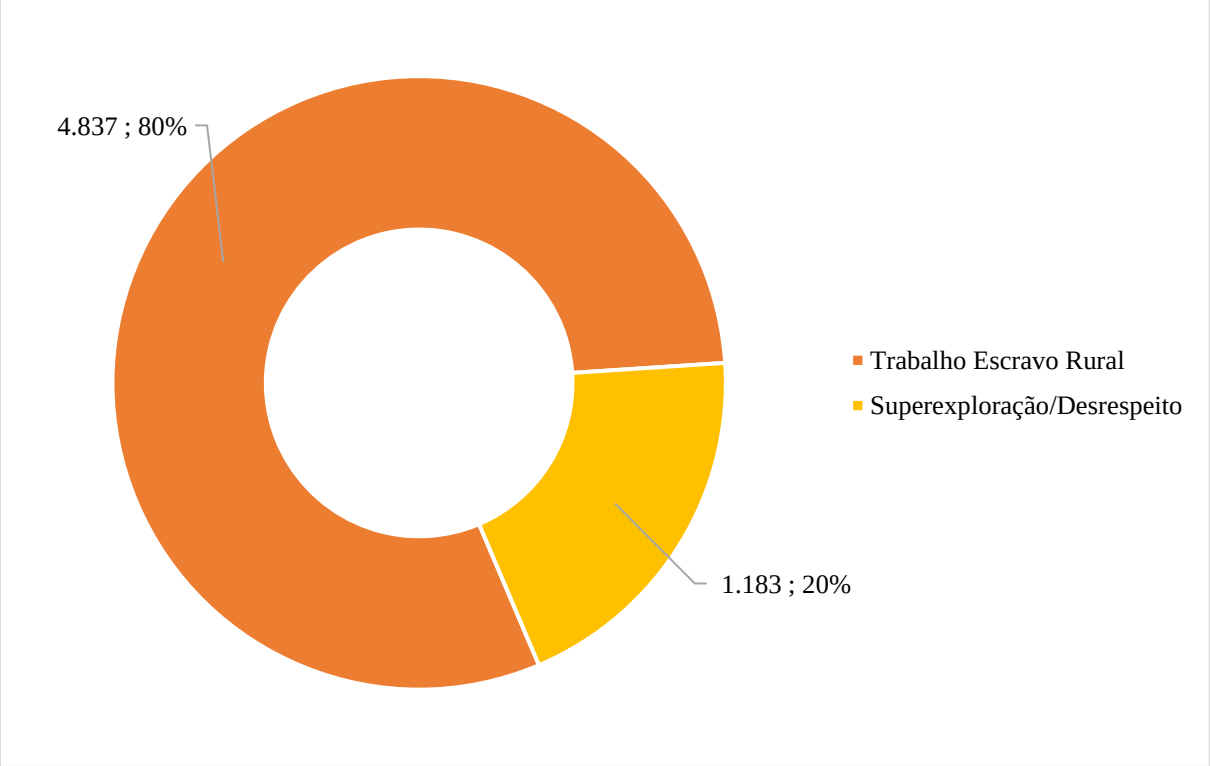
> Na agricultura capitalista mundializada, a territorialização dos monopólios ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Isso quer dizer que o proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, a mesma pessoa física ou jurídica aparece no processo econômico como duas classes sociais distintas: como proprietária de terra e como burguesia capitalista, em duas categorias sociais: uma agrícola e outra industrial. É por isso que essas empresas têm empresas para administrar o patrimônio fundiário. [...]. Assim, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, numa só, a burguesia capitalista, como pensam muitos intelectuais. Insisto em afirmar que é por isso que o trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro – ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país. (Oliveira, 2015a, p. 242).

A evolução dos critérios de trabalho em relação ao trabalho escravo pela CPT e a afirmação de Oliveira (2015a), instiga-nos a fazer uma conexão com a indignação que Darcy Ribeiro (1995) denunciava o trabalho análogo à escravidão em que viviam muitos nordestinos que, aliciados pelo gato, sonhavam em acumular riquezas em seringais na floresta amazônica. As despesas com a viagem, a alimentação e os demais mantimentos para o dia a dia corroíam o pouco dinheiro ganho com a extração do látex; situação muito semelhante ocorria com garimpeiros e boias-frias até ao menos a metade da década de 1990, afetando várias categorias de trabalhadores na atualidade.

Entre 1985 e 2025, a CPT registrou 6.020 ocorrências de violência no campo no eixo Conflitos Trabalhistas, 11% de todos os conflitos no campo em toda a série histórica, sendo 4.837 ocorrências de Trabalho Escravo Rural, e 1.183 ocorrências de Superexploração ou desrespeito às leis trabalhistas. As ocorrências de trabalho escravo rural representam 80% dos conflitos no eixo, com 60.122 trabalhadores resgatados e mais de um milhão de trabalhadores envolvidos nas denúncias. Já as ocorrências de superexploração e desrespeito às leis trabalhistas equivalem a 20% dos conflitos no eixo trabalho, com mais de quinhentos mil trabalhadores envolvidos nas denúncias.

O que nos chama atenção nesses dois tipos conflitos é o fato de que as ocorrências de superexploração e de desrespeito às leis trabalhistas equivalem a 20% das ocorrências, possuindo um número significativo de pessoas envolvidas nas denúncias, com uma média de 425 trabalhadores resgatados por ocorrência. Segundos os dados da CPT, entre 1997 e 2025, 503.167 trabalhadores estiveram envolvidos em situações categorizadas pelo Ministério Público do Trabalho como superexploração ou desrespeito às leis trabalhistas.

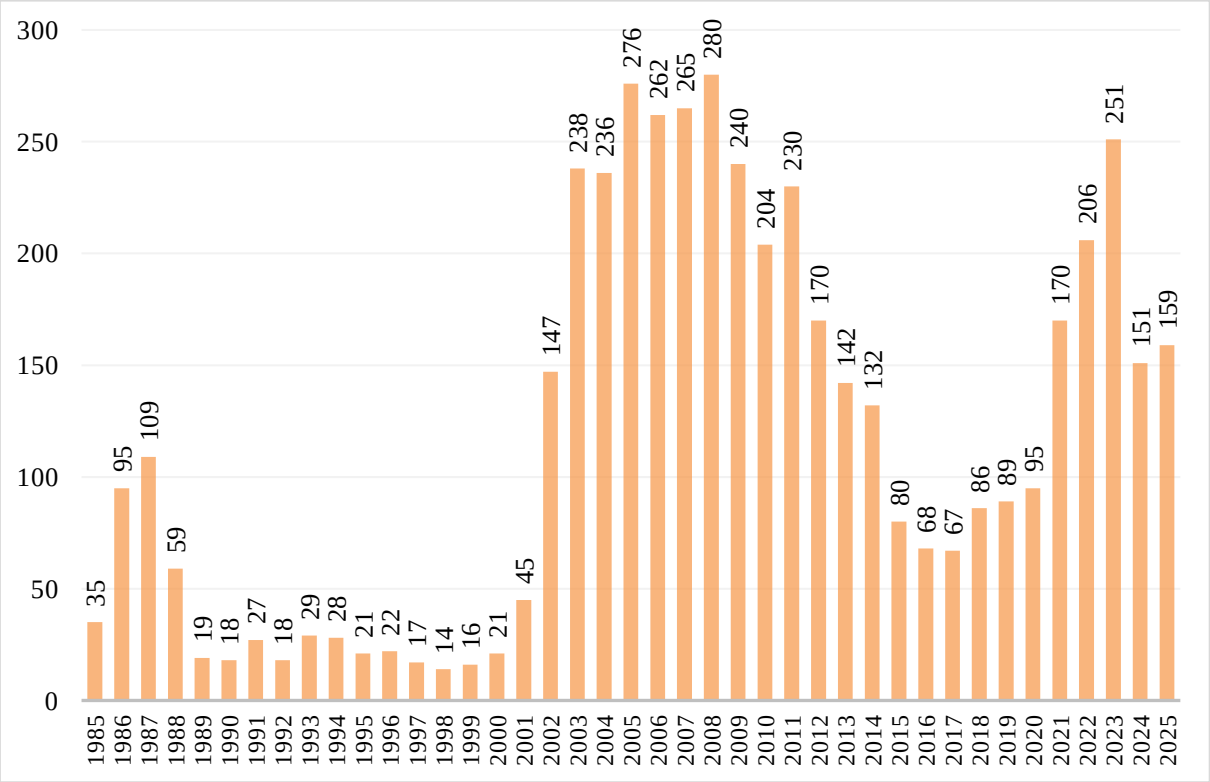
Gráfico 19 – Conflitos Trabalhistas no Campo no Brasil (1985 – 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

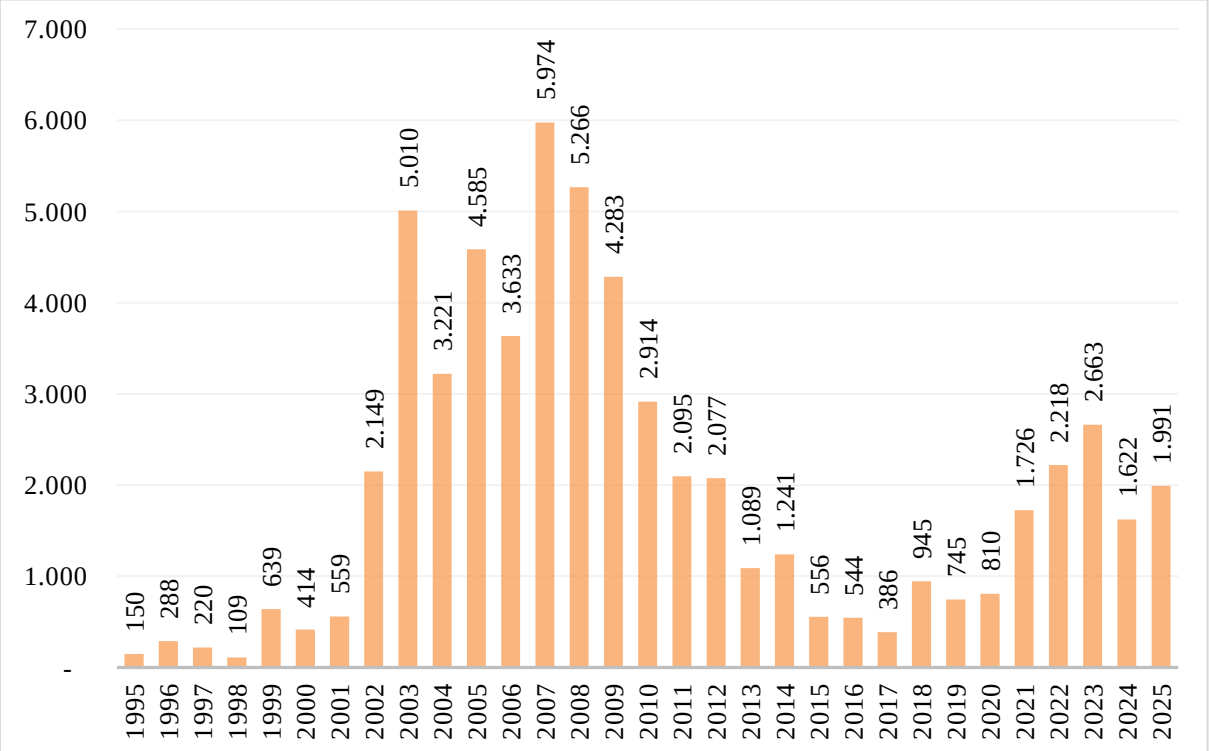
Ao olhar para os dados registrados pela CPT, surge duas indagações que precisam de respostas possíveis ou ao menos chaves de leituras para uma melhor compreensão. A primeira questão está relacionada ao processo de financeirização do campo brasileiro, visto que, enquanto a agricultura brasileira estava se mundializando e aprofundando as relações capitalistas no campo a partir dos anos 2000, 2003 em nosso recorte temporal, o campo brasileiro estava escravizando pessoas ao invés de inseri-las nas relações capitalistas de trabalho. A segunda questão está relacionada com o fato de que 85% das ocorrências ocorrerem a partir de 2003, marco temporal que escolhemos para a financeirização do campo brasileiro, mas também ano em que foi sancionada a Lei 10.803/2023, onde são indicadas as hipóteses em que se configura o trabalho análogo à escravidão.

Gráfico 20 - Ocorrências de Trabalho Escravo no Campo no Brasil (1985 – 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Gráfico 21 - Trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão (1995 - 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Podemos dizer que ambas as questões se complementam e que a segunda vem trazer respostas, soluções e, principalmente, tentar impedir que o trabalho escravo ocorra no campo brasileiro. Dessa forma, podemos inferir que a regra vem sempre após o ato, ou seja, a lei vem para inibir aqueles que cometem determinada ação que passa a ser tipificada como crime, nesse caso, a lei facilita o trabalho dos fiscais do trabalho e cria um parâmetro para as entidades que mediam essa relação e efetuam denúncias de trabalho escravo rural, como a CPT. A ausência da tipificação das hipóteses em que se configuram o trabalho análogo à escravidão até 2003 e a quase inexistência de fiscalização pelo Estado podem explicar os baixos números de resgate entre 1989 e 2001.

Por outro lado, mas sem refutar a ideia anterior, podemos afirmar que a financeirização do campo brasileiro, enquanto criou postos de trabalho, tornou obsoletas algumas funções, como por exemplo o capataz, que foi substituído pelo gerente ou administrador da fazenda. Outro exemplo é a situação dos Boias-frias, mão de obra muito utilizada na década de 1990 para cortar cana-de-açúcar, na colheita do café e da laranja, que por sua vez, foram substituídos pela mecanização, principalmente, na colheita da cana-de-açúcar, o que não significa que trabalhadores não continuem sendo escravizados nessas funções. Ou seja, desaparece a imagem do trabalhador viajando no pau de arara, mas o trabalho análogo à escravidão ainda persiste nas atividades relacionadas a cana de açúcar, bem como resquícios dos trabalhadores boias-frias. Para se ter uma ideia da situação enfrentada por esses trabalhadores, apenas entre 1985 e 1992, 340 boias-frias foram mortos em acidentes de trabalho, principalmente nos deslocamentos entre os bairros periféricos das cidades até o local de trabalho em caminhões pau de arara.

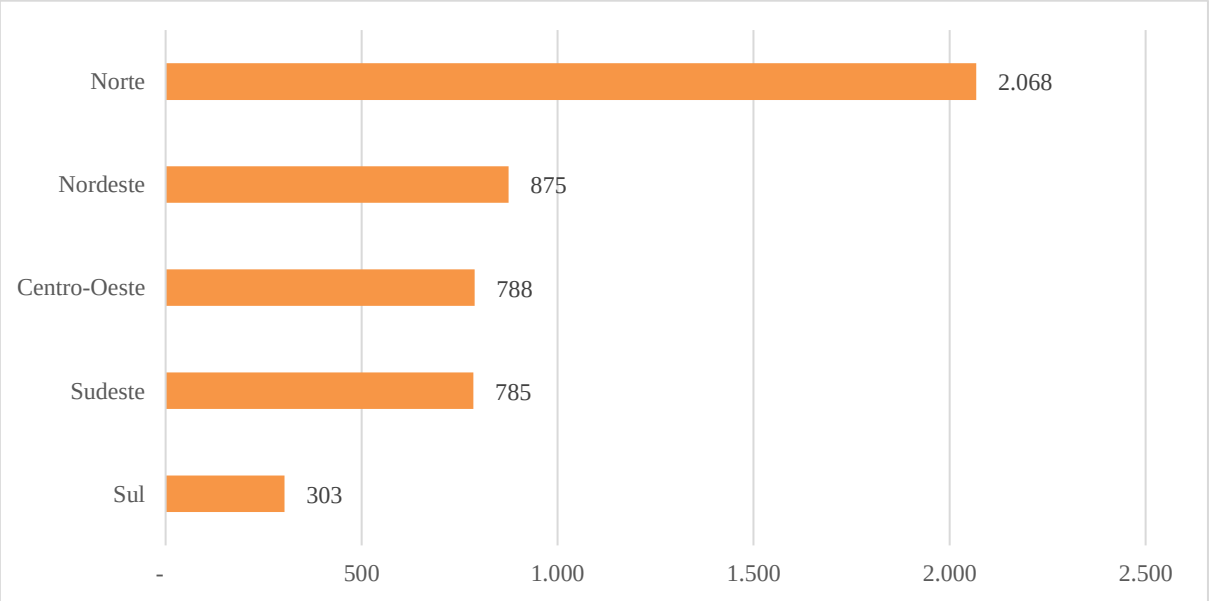
É justamente essa situação que Leonardo Sakamoto (2008) denuncia em um artigo intitulado *A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil*, publicado no caderno Conflitos no Campo Brasil 2007, onde demonstra que a maior parte dos trabalhadores resgatados em 2007, "[...] 52% – 3.131 – estavam em atividades ligadas à cana-de-açúcar nos estados do Pará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Ceará" (Sakamoto, 2008, p. 110). Sakamoto (2008) destaca que a origem do trabalho escravo rural não está relacionado apenas com a fronteira agrícola, mas uma situação que perpassa a realidade brasileira em diversas regiões, estreitamente ligadas a produção capitalista, que para Sakamoto, o trabalho escravo rural não é uma contradição do capitalismo, visto que o trabalho escravo rural "[...] na verdade expressa um processo fundamental para o desenvolvimento desses empreendimentos, acelerando sua capitalização e garantindo a capacidade de concorrência" (Sakamoto, 2008, p. 111).

Para Sakamoto (2008), há diversos mecanismos que fazem com que os fazendeiros e empresários rurais diminuam o custo de produção, buscando reduzir a participação do trabalho no custo total, aderindo assim à superexploração do trabalhador e, não raramente, ao trabalho escravo para aumentar sua margem de lucro acumular capital, para tornar seu produto mais competitivo ou para investir em máquinas, demonstrando uma coisificação do trabalhador rural submetido à escravidão.

De toda forma, o trabalho escravo rural está completamente ligado a financeirização e mundialização da agricultura brasileira, visto que a demanda internacional por determinados produtos ou minérios vai interferir diretamente nas relações no campo brasileiro. Diante disso, Sakamoto destaca que

> [...] de acordo com uma sinalização de demanda pelos centros capitalistas nacionais e globais, os empreendimentos agropecuários são capazes de se expandir sobre áreas, na maioria das vezes, ocupadas por populações que vivem sob um modo de produção [não capitalista]. Em questão de anos, surgem grandes fazendas de gado, lavouras de soja, algodão e cana-de-açúcar, além de carvoarias, produzindo matéria-prima e gêneros alimentícios, onde antes viviam populações indígenas, camponeses, comunidades quilombolas ou ribeirinhas (Sakamoto, 2008, p. 111).

Gráfico 22 - Trabalho Escravo no Campo no Brasil por Região (1985 – 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

Se observarmos as ocorrências de trabalho escravo por região, constatamos que a Norte é a que acumula maior incidência de trabalho escravo, com 2.068 casos (43%), em seguida vem o Nordeste 875 (18%), o Centro-Oeste 788 (16%), o Sudeste 785 (16%), e o Sul 303 (16%).

Todavia, se olharmos para o número de trabalhadores resgatados, entre 1988 e 2025, [83] a região Norte lidera com 14.550 (27%), o Centro-Oeste 13.618 (26%), o Sudeste 11.179 (21%), o Nordeste 10.057 (19%), e o Sul 3.649 (7%). Ou seja, há um contraste entre o número de ocorrências e o número de trabalhadores resgatados, sobretudo no que se refere ao Centro-Oeste e o Sudeste brasileiro.

Enquanto o Centro-Oeste e o Sudeste são responsáveis por 32% das ocorrências de trabalho análogo à escravidão, são resgatados nessas regiões 47% dos trabalhadores. Segundo dados do IBGE (2021), essas regiões possuem baixos índices de ruralização, presença de latifúndio com atividade monocultora e maior presença de trabalhador rural assalariado, Sudeste 44% e Centro-Oeste 11%. Os dados do IBGE (2021), destacam que a maior parte desses trabalhadores rurais não possuem carteira assinada, tendo vínculos temporários, em períodos de safra e distantes de sua origem. O sudeste do Pará é a microrregião onde há mais ocorrência de trabalho escravo rural, 1.466 ocorrências, 39% das ocorrências entre 1985 e 2025.

Eduardo Paulon Girardi (2008a), analisou os dados da CPT e elaborou uma série de mapas sobre o trabalho escravo rural. Para nossa pesquisa, escolhemos dois que melhor demonstram as microrregiões onde há ocorrências de trabalho escravo. O primeiro mapa demonstra as ocorrências apuradas no período de transição para a financeirização do campo brasileiro (1986 – 2006); o segundo mapa demonstra as ocorrências após a consolidação da financeirização da agricultura brasileira (2007 – 2023).

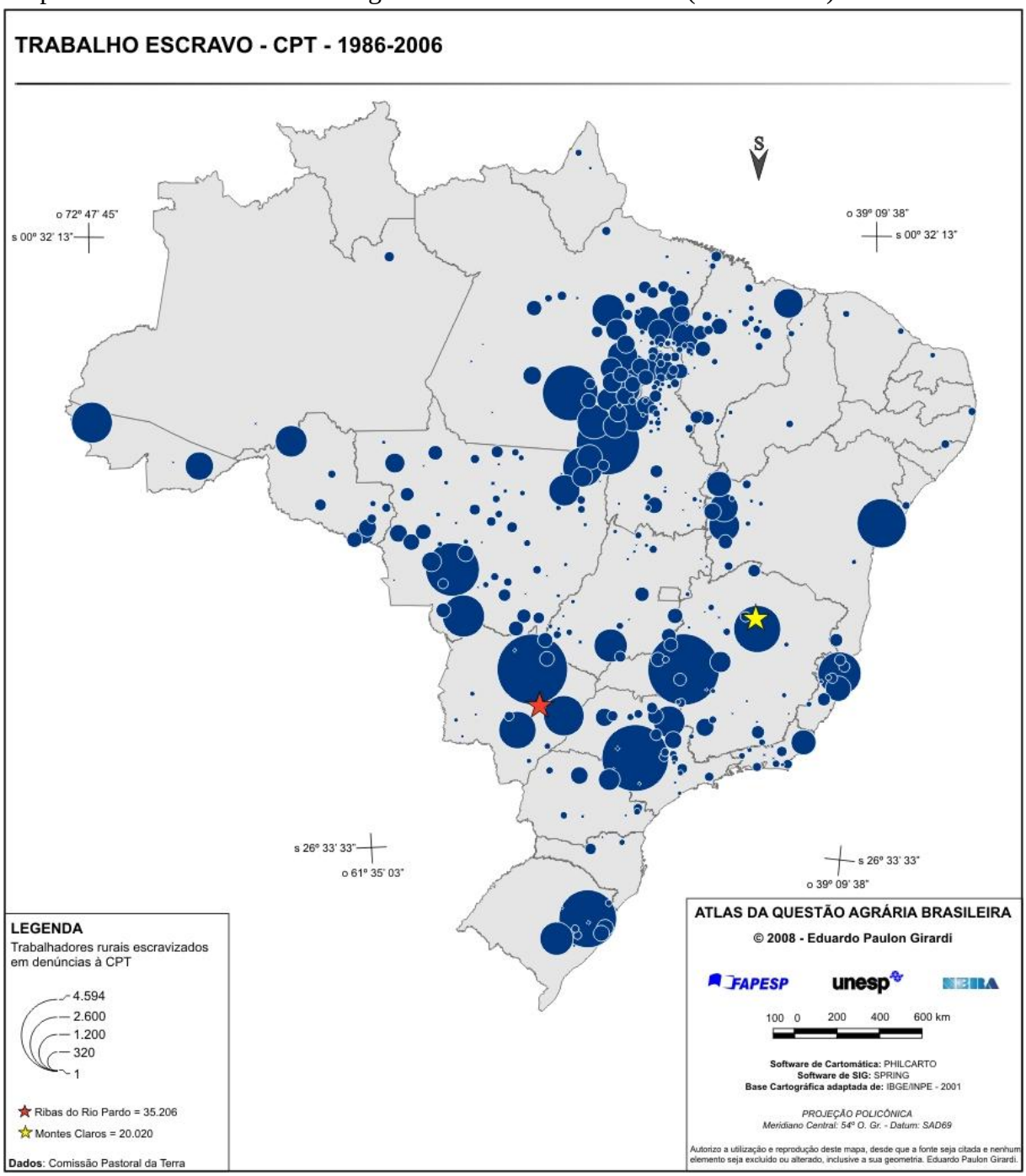
Se levarmos em consideração o recorte temporal dos mapas elaborados por Girardi (2008a) temos os seguintes resultados: a) Período de transição entre a modernização conservadora do campo brasileiro e a financeirização do campo brasileiro (1986 – 2006), Norte 1.001, Centro-Oeste 277, Nordeste 244, Sudeste 170, e Sul 35, totalizando 1.727 ocorrências, 36%; e b) consolidação da financeirização da agricultura brasileira (2007 – 2023), Norte 1.067, Nordeste 631, Sudeste 615, Centro-Oeste 511, e Sul 268, totalizando 3.092 ocorrências de trabalho escravo rural, 64% da série histórica.

Ao analisarmos os dados, que também estão representados nos mapas, podemos observar a permanência do trabalho escravo rural no leste do Pará e oeste do Maranhão, podendo ser compreendida como a mesma microrregião, no oeste da Bahia e de Minas Gerais, no norte do Espírito Santo, no nordeste do Rio de Janeiro, no centro-oeste de São Paulo e no nordeste de Mato Grosso do Sul. Houve redução de ocorrências e trabalhadores resgatados no

[83] Realizamos esse recorte temporal em virtude de não conseguirmos identificar de forma precisa a região onde ocorreram os resgates entre 1985 e 1987.

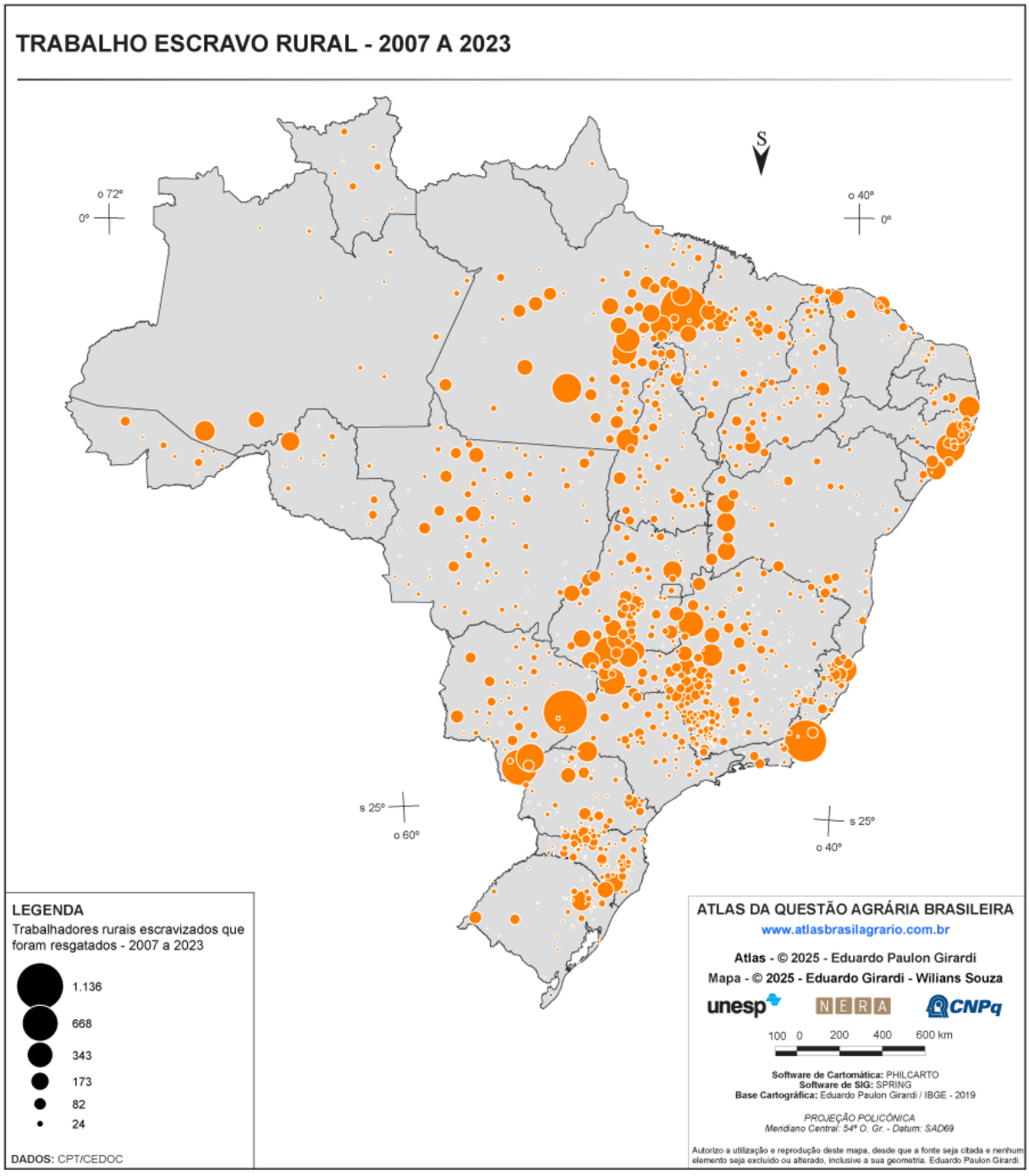
sudeste do Pará, nordeste do Maranhão, centro-norte de Minas Gerais, região metropolitana e costa doce do Rio Grande do Sul, sudoeste do Mato Grosso e oeste do Acre.

Mapa 6 - Trabalhadores rurais resgatados em denúncias à CPT (1985 - 2006)




Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008a. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 09 de dez. de 2025.

Mapa 7 - Trabalhadores rurais resgatados em denúncias à CPT (2007 - 2023).



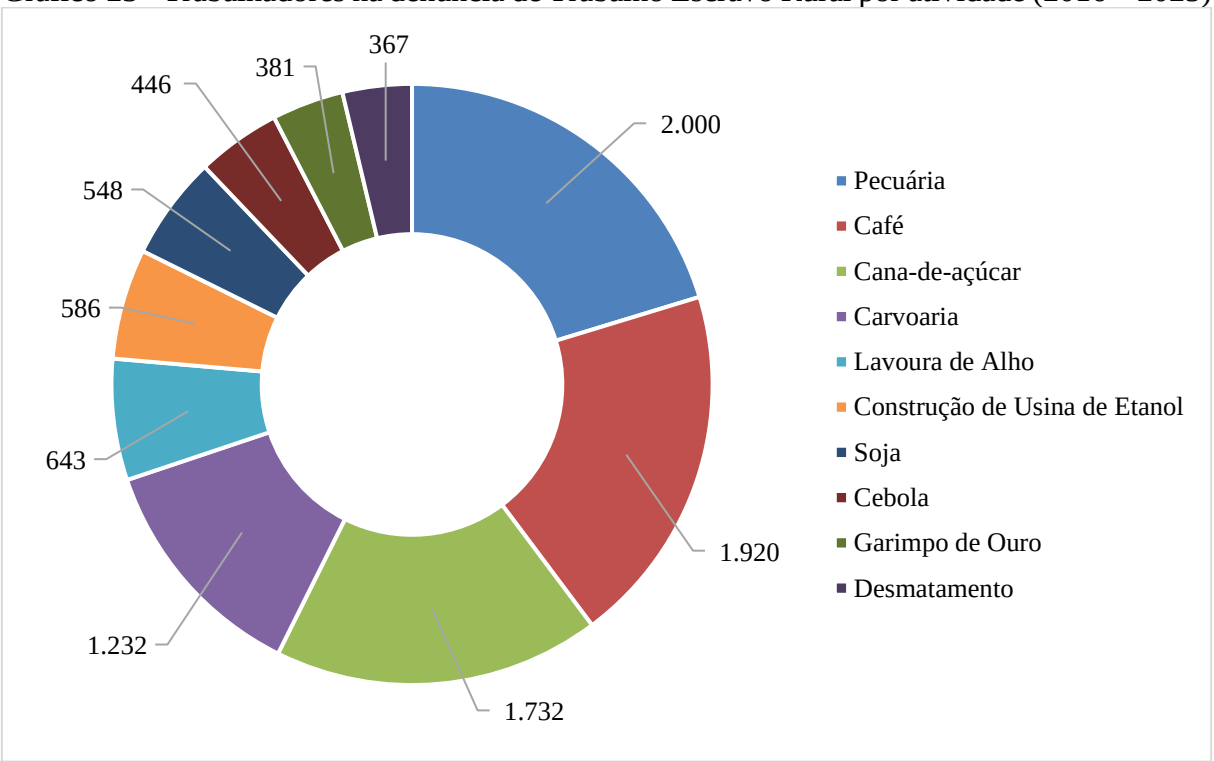

Fonte: GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008a. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 09 de dez. de 2025.

A partir de 2007, com a consolidação da financeirização do campo brasileiro há novos focos de trabalho escravo, tais como a zona da mata do nordeste, englobando a faixa que vai do nordeste de Sergipe ao sul da zona da mata Paraíba, no sudeste de Santa Catarina, abarcando municípios do Rio Grande do Sul, a região da serra no Rio Grande do Sul e o sul do Mato Grosso do Sul. Outra mudança significativa nas ocorrência de trabalho escravo rural é o desaparecimento do Gato, enquanto empresas prestadoras de serviço assumem a função de

intermediadoras entre trabalhadores e empresas ou fazendeiros contratantes, operacionalizando as relações da mesma forma que os gatos, ou seja, há uma mudança na nomenclatura e na forma de contratação, principalmente após a reforma trabalhista, mas segue o mesmo esquema de subordinação do trabalhador rural, alojamentos precários, falta de condições de higiene, retenção de documentos e retenção do salário para pagamento de dívidas.

Entre 2016 e 2025, a CPT elaborou dados qualitativos sobre as atividades agrícolas desenvolvidas pelos trabalhadores, descrevendo o tipo de atividade exercida. Nesse período, foram registradas 1.342 ocorrências de trabalho escravo rural, onde foram resgatados 13.609 trabalhadores, com um total de 15.981 trabalhadores envolvidos nas denúncias. Cabe destacar o contraste entre o número de ocorrências e trabalhadores resgatados ou envolvidos nas denúncias, visto que a depender da atividade, como o trabalho doméstico, de caseiros, entre outros, podem gerar um único trabalhador resgatado, enquanto outras atividades como a colheita de café e o corte de cana-de-açúcar pode gerar centenas de trabalhadores resgatados.

Gráfico 23 - Trabalhadores na denúncia de Trabalho Escravo Rural por atividade (2016 – 2025)




Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduíno - CPT. Elaborado pelo autor.

De acordo com os dados da CPT, entre as principais atividades exercidas pelos trabalhadores envolvidos nas denúncias de trabalho escravo rural está a Pecuária 2.000 trabalhadores, Café 1.920, Cana-de-açúcar 1.732, Carvoaria 1.232, Lavoura de alho 643,

Construção de Usina de Etanol 586, Soja 548, Cebola 446, Garimpo de Ouro 381 e Desmatamento 367. Juntas, essas atividades correspondem a 9.855 trabalhadores envolvidos nas denúncias, ou seja, 62% dos trabalhadores envolvidos em denúncias de trabalho escravo rural entre 2016 e 2025 exerceram uma dessas atividades.

Cabe destacar que, entre os 2.000 trabalhadores envolvidos na atividade pecuária, 1.878 desenvolviam atividades relacionadas a atividade bovina, demonstrando o quanto a criação de gado afeta a dignidade do trabalhador rural, ou seja, o caminho do boi leva consigo queimadas, desmatamento, conflitos por terra, assassinatos e trabalho análogo à escravidão. Podemos afirmar que essa é a realidade da fronteira agrícola da pecuária brasileira, que em seguida, ao passo que os bois vão expandindo a fronteira agrícola (Motoki; Santos; Souza, 2023), vai se estabelecendo, nesse espaço grilado pelo gado, latifúndios monocultores, sobretudo de soja e milho, associados a empresas monopolistas. Nesse sentido, cabe destacar que a pecuária bovina e o cultivo de café foram os dois maiores empregadores da mão de obra feminina onde houve ocorrências de trabalho análogo à escravidão.

Do mesmo modo, ou até de forma mais profunda que a pecuária, o café e a cana-de-açúcar estão historicamente entrelaçadas com o trabalho escravo no Brasil, constituindo-se em um passado, que se moderniza, mas não passa, que continua escravizando, explorando e desumanizando pessoas, africanos e indígenas nos períodos colonial e imperial, boias-frias na contemporaneidade e, principalmente, nordestinos no século XXI, mas, como "[...] herança colonial, a maior parte das vítimas é negra (Motoki; Santos; Souza, 2023, p. 142).

Um fator importante na análise do trabalho escravo rural é o fato de que o trabalho geralmente está distante da região de origem do trabalhador, ainda majoritariamente nordestino, principalmente do Maranhão, Ceará, Piauí e Bahia, e da região norte, com trabalhadores majoritariamente do Pará. Há também, principalmente nos últimos dez anos, ocorrências significativas de trabalhadores indígenas sendo escravizados.[84] Há ocorrência de estrangeiros em situação de trabalho escravo rural no Brasil, principalmente venezuelanos, paraguaios, colombianos e, em menor quantidade, argentinos.

Por fim, cabe refletir as ações do Estado brasileiro, que ao mesmo tempo que busca coibir o trabalho escravo rural por meio de ações de fiscalização e da "lista suja", promovem ações que financiam esse modelo de desenvolvimento, buscando produzir uma balança

[84] Em 2007 1.011 trabalhadores foram resgatados na lavoura da Usina Debrasa, em Brasilândia, no Mato Grosso do Sul, sendo que entre os 1.011 trabalhadores, 8831 eram indígenas, que por sua vez, eram tratados em piores condições que os demais, agravando a situação de desumanização (CPT, 2008; Motoki; Santos; Souza, 2023). No dia 13 de julho de

comercial favorável e com isso promover políticas redistributivas, todavia, as ações estatais nesse sentido acabam por promover o trabalho escravo. Nesse sentido, o Estado brasileiro ao "[...] investir em atividades do agronegócio, por exemplo, em detrimento da agricultura camponesa e familiar, o governo acaba contribuindo para que mais trabalhadores sejam escravizados" (Motoki; Santos; Souza, 2023, p. 148).

Os dados do trabalho escravo rural não podem ser interpretados de forma isolada, mas em conjunto, sobretudo como política pública que ora fiscaliza mais e consequentemente aumentam os casos, ora fiscaliza menos e faz parecer que não há registros de casos de trabalhos análogo à escravidão no país. Há também, nesse contexto, políticas de desmonte das equipes de grupos móveis de fiscalização, como o ocorrido a partir de 2010, mas principalmente a partir de 2016, nos governos Temer e Bolsonaro, onde mesmo com a redução nas fiscalizações houve números expressivos no resgate de trabalhadores escravizados no meio rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seus cinquenta anos de existência, quarenta de seu centro de documentação, a CPT buscou reunir dados que pudessem retratar e denunciar a violência sofrida pelas comunidades camponesas; inicialmente pensou-se na região do Bico do Papagaio e na da Ilha do Bananal, logo se percebeu que a violência contra posseiros, camponeses e indígenas naquelas regiões, retratava um problema da estrutura agrária brasileira. É extremamente difícil retratar as dinâmicas do campo brasileiro devido a sua complexidade, elaborar uma análise dos conflitos no campo não seria uma tarefa diferente, visto que, aquilo que se coloca como dado ao passo que vai se mudando a escala se apresenta de forma diferente.

A CPT desde sua fundação, em 1975, busca retratar a realidade, sobretudo os motivos pelos quais há tantos conflitos no campo brasileiro. Esse também foi o desejo inicial dessa pesquisa, logo percebemos que seria impossível realizar uma explicação que desse conta de todas as dinâmicas e intersecções em que está inserido o campo brasileiro. Dessa forma, buscamos, através dos registros da CPT, nos 41 cadernos Conflitos no Campo Brasil que foram publicados entre 1985 e 2025, entender a narrativa da CPT e o envolvimento de membros da ICAR na defesa dos camponeses e denúncia das violências sofridas por eles, como também entender a prática pastoral, bem como as formas de narrativas dos conflitos no campo que se transformam em sua representação por meio dos cadernos.

As alterações metodológicas que ocorrem ao longo do tempo fazem parte da história da CPT, mas também da história da questão agrária brasileira a partir de 1985, visto que a exclusão ou desuso de uma categoria quando se torna obsoleta, bem como o surgimento de novas categorias e critérios de inclusão de novos conflitos vão demonstrando as mudanças na estrutura agrária brasileira. Dessa forma, constatamos que a evolução da metodologia dos cadernos da CPT, juntamente com o banco de dados que o conjunto dos cadernos reúnem e que anualmente são divulgados pela CPT, demonstram a história dos conflitos no campo no Brasil por meio da narrativa da CPT.

Além da violência causada pelos agentes hegemônicos do campo e pelo Estado, as comunidades camponesas sofrem uma violência simbólica exercida pelos meios de comunicação, que sumariamente, buscam demonstrar que os conflitos no campo ocorrem pela iniciativa dos povos e comunidades tradicionais, especialmente indígenas e quilombolas, quando buscam demarcar ou retomar seus territórios tradicionais, dos sem-terra em busca de um canto para plantar e viver, dos posseiros, pequenos proprietários e assentados e outros povos tradicionais que cotidianamente têm seus territórios invadidos. Ou seja, a forma como a

imprensa seleciona, edita e veicula as informações sobre os conflitos, bem como a forma como retrata as comunidades tradicionais e camponesas como um empecilho ao desenvolvimento, fazendo oposição ao "Brasil que dá certo" do latifúndio e do agronegócio.

Os dados coletados pela CPT dão conta de que a narrativa e as representações da grande mídia acerca das comunidades camponesas são errôneas e falaciosas, fazendo-nos refletir sobre o papel e a quem serve a grande mídia. Entre os mais de cinquenta mil conflitos no campo registrados pela CPT, apenas 23% são resultado de ações dos movimentos sociais de luta pela terra, povos e comunidades tradicionais, ou seja, as comunidades camponesas são vítimas de violência no campo, mas são tratadas pela mídia, pelo Estado e por boa parte da sociedade brasileira como violentos e avessos ao desenvolvimento.

Consideramos o Estado como o principal causador e responsável pela violência no campo, principalmente pelo seu aparelhamento, o que torna a sociedade brasileira quase que estamental, onde as oligarquias regionais, mesmo desalojadas do poder pelo voto popular, continuam a se beneficiar das estruturas dos estados, pois possuem vínculos estreitos, inclusive familiares, tanto com o judiciário quanto com a polícia militar. O judiciário federal encontra-se menos propenso a essas intervenções e, por vezes, tem sido o garantidor dos direitos constitucionais, mesmo em situações em que o Governo Federal, como foi o caso dos Governos FHC e Bolsonaro, tentou criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra e, consequentemente, os camponeses e os povos e comunidades tradicionais.

Por outro lado, há uma estadualização da violência no campo tanto pelo judiciário estadual quanto pela polícia militar de basicamente todas as unidades federativas, visto que, atuam como uma extensão do poder das oligarquias locais, formadas por fazendeiros, madeireiros e empresários, esses últimos, aos poucos, foram se tornando empresários internacionais ao realizarem fusões com empresas multinacionais, ampliando seu poder e influência em relação ao estado. Enquanto o judiciário concede decisões que frequentemente violam a constituição e os direitos humanos, realizando uma violência institucional contra os camponeses; a polícia militar é quem realiza a violência física, ameaçando, impedindo de ir e vir, trabalhando como "segurança privada" em horário de folga e, frequentemente, realizando abordagens e despejos sem mandatos, como também cometendo assassinatos.

A financeirização do campo brasileiro e a internacionalização da agricultura brasileira trouxeram uma nova onda de violência para o campo brasileiro justamente em um momento em que um governo de coalizão popular assume o poder, todavia, a opção de promover políticas redistributivas a partir de recursos oriundos de uma balança comercial favorável somente aprofundou a violência no campo, podendo-se questionar se o tiro saiu pela culatra. Em grande

parte, afirmamos que sim, visto que muitos camponeses foram a partir de políticas públicas inseridos nas relações capitalistas da agricultura, todavia, de forma subordinada e alterando suas formas de vida, suas relações de produção dos alimentos e sua relação com o tempo e com a terra, quando não em poucos casos, mas na maioria deles, essa integração ao capital levou a um lento processo de expropriação da terra por dívidas.

A nova onda de violência iniciada pela financeirização do campo brasileiro pode ser chamada pelo eufemismo de *Novos Projetos de Fronteira Agrícola*, que recaíram sobre povos e comunidades tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas. Outro fator que marcou essa nova onda de violência foram os conflitos pelos recursos hídricos, também para projetos de irrigação das monoculturas, a contaminação da água por agrotóxicos, como também perda da biodiversidade e a poluição dos rios e nascentes pela ação irresponsável de garimpeiros ilegais, na região da Amazônia Legal, e de mineradoras que não tomaram as devidas precauções em suas barragens de rejeitos, como são os casos de Brumadinho e Mariana, ambos em Minas Gerais. Podemos dizer que todos esses casos contaram com a leniência do estado, que por vezes foi propositalmente omisso, sobretudo nos governos Temer e Bolsonaro.

A fronteira agrícola é o principal foco dos conflitos no campo no Brasil, uma vez que a terra se transforma em um ativo financeiro e ao ponto que a fronteira vai se aprofundando na floresta amazônica os conflitos vão se deslocando juntamente com a fronteira agrícola. Caso da AMACRO, como epicentro de desmatamento, e da MATOPIBA, que juntamente com o Pará, é a região que concentra a maior incidência de conflitos no campo em toda a série histórica. Dessa forma, constatamos que as políticas governamentais de promoção de regiões agrícolas como AMACRO e a MATOPIBA acabam por elevar os níveis de violência no campo nas regiões. Além disso, os programas que promovem a reforma agrária acabam por assentar famílias em regiões distantes de onde estão os principais focos de ocupações, o que acaba por não resolver reivindicações históricas, que é o fato de fornecer terras aos camponeses na região que habitam juntamente com suas famílias.

A fronteira agrícola vai se deslocando, levando junto dela um processo de avanço sobre as terras dos povos e comunidades tradicionais, tendo uma forma típica de operação, iniciando com queimadas ou desmatamento ilegal, seguida da pecuária e da produção de monocultura de grãos em larga escala. Para os povos e comunidades tradicionais, a chegada do progresso, representado pelos projetos de fronteira agrícola que são projetos desenvolvimentistas, considerados para muitos o “Brasil que dá certo,” é a chegada da violência, da grilagem, dos assassinatos, da violação de seus direitos e da expropriação de suas terras.

Diante disso, o debate para a redução dos conflitos no campo demanda uma relação com a terra que não seja a de mercadoria, mas que compreenda a relação com a terra de forma metabólica e existencial, dentro das cosmovisões de cada comunidade em sua territorialidade. O campesinato não sobrevive apesar da dor de suas perdas históricas, mas sim por meio da elaboração coletiva dessa dor e esse é o papel e a razão da existência da CPT, do seu centro de documentação e dos cadernos Conflitos no campo Brasil, ser presença, resistência e profecia junto aos camponeses, aos povos das águas e das florestas.

Por fim, reconhecemos que compreender os conflitos no campo no Brasil com base nas representações descritas nos cadernos da CPT não é tarefa fácil, principalmente diante da diversidade de categorias sociais e das várias configurações do campo brasileiro. Precisaríamos de mais tempo e de um trabalho com maior envergadura para conseguir abordar cada critério das categorias Violência Contra a Pessoa e Violência Contra a Ocupação e a Posse, indo para além dos eixos terra, água e trabalho. Além disso, reconhecemos que devido ao recorte espacial, o Brasil, não adentramos nas especificidades das microrregiões que, por sua vez, tem dinâmicas próprias dos conflitos que apenas ficam claras quando o recorte espacial e temporal está delimitado a um espaço mais reduzido, o que pretendemos abordar em pesquisas subsequentes. Todavia, esse estudo compre o seu papel de iniciar uma discussão sobre a narrativa da CPT na constituição dos conflitos no campo no Brasil.

**REFERÊNCIAS**

ADRIANCE, Madeleine C. **Terra prometida**: As comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais. São Paulo: Paulinas, 1996.

ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Território e territorialidade indígena Borboleta. In: TEDESCO, João C. VANIN, Alex A. (org.). **A Terra Indígena Borboleta:** múltiplas dimensões de um conflito agrário. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

ALVES, Rubem. **O que é religião?** 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Balduíno, Dom Tomás. In: POLETTO, Ivo. CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da Terra**: 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002. p. 34.

BENINCÁ, Elli. A Igreja e as questões sociais na Região Norte do Rio Grande do sul. In: TEDESCO, João C. CARINI, Joel J. (org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOFF, Leonardo. **Modelos de teologia, modelos de Igreja**. Porto Alegre: IPJ, 1988.

BOFF, Leonardo. **Do lugar do pobre.** Petrópolis: Vozes, 1984.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 7582**. Relator: Min. Gilmar Mendes. Em tramitação. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6824370. Acesso em: 22 jun. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 828.** Relator: Min. Luís Roberto Barroso. Em tramitação. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6155697. Acesso em: 22 jun. 2026.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história.** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo**: o tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CALDART, Roseli S. **Sem Terra com poesia:** a arte de recriar a história. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAPES. **DOCUMENTO DE ÁREA:** 45 Interdisciplinar. On-line, 2019. Disponível em:< www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/INTERDISCIPLINAR.pdf >. Acesso em 02/10/2024.

CATROGA, Fernando. Ainda será a História a Mestra da Vida? **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 32, n. 2, 2006. DOI: 10.15448/1980-864X.2006.s.1347. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/1347>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 69, p. 6–30, 2010. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173–191, jan. 1991. Disponível em:< https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqvSMJDBVJTXqNg96xx6dM/>. Acesso em: 05/08/2025.

CODINA, Victor. **Teologia simbólica da terra.** Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Danilo da; GONÇALVES, João Carlos; CANTINO, Roberta Cristina Gonçalves; MOURA, Rosilene da Silva. Sobre a Interdisciplinaridade como Conceito. **Revista Coleta Científica,** v.5, n.9, p.119-134, 2021. Disponível em: https://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/59 >. Acesso em: 02/10/2024.

COSTA, S. DESIGUALDADE, DIFERENÇA, ARTICULAÇÃO. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 32, n. 85, p. 33–45, 2019. DOI: 10.9771/ccrh.v32i85.27771. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/27771. Acesso em: 3 maio. 2025.

CNBB. **Declaração da Comissão Central da CNBB**. A Igreja e a situação do meio rural brasileiro. Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

CNBB. Dom Inocêncio Engelke. Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma agrária. Campanha/MG. 1950. In: **Estudos da CNBB 11** – Pastoral da Terra. São Paulo: Edições Paulinas, 1981b.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2026-2032**. Brasília: Edições CNBB, 2026. (Documentos da CNBB, n. 114).

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Os pobres possuirão a terra:** Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas; São Leopoldo, RS: Editora Sinodal, CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, 2006.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **CPT: Pastoral e Compromisso**. Petrópolis: Vozes, 1983.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Igreja e problemas da terra.** Petrópolis: Vozes, 1983.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Conquistar a terra, reconstruir a vida:** CPT- dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **A luta pela Terra.** A comissão pastoral da terra 20 anos depois. São Paulo: Paulus, 1997.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Terra:** dom de Deus, conquista do povo. Porto Alegre: CPTRS: Evangraf, 2003.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Conflitos no Campo – Brasil.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024a, 2025a. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil. Acesso em: 13/04/2025.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Relatório de incidência:** Conflitos no Campo – Brasil 2023cl. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 2024b.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Atlas dos Conflitos no Campo Brasileiro**. Goiânia: CPT, 2025b.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **De Olho Aberto para não Virar Escravo**. CPT Nacional. 2024. Disponível em: https://cptnacional.org.br/articulacao/de-olho-aberto-para-nao-virar-escravo/. Acesso em: 20 jun. 2026.

CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). CPT Nacional. 2024. Disponível em: https://cptnacional.org.br/. Acesso em: 20 ago. 2024.

DALLAGNOL, Wilson. **As romarias da terra no Rio Grande do Sul:** O Povo a caminho da Terra Prometida. 3Ed. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 89-110. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/245770. Acesso em: 26 mar. 2026.

DIEHL, Astor Antônio. Ideias de futuro no passado e cultura historiográfica da mudança. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**. Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 45–70, 2009. DOI: 10.15848/hh.v0i1.25. Disponível em: https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/25. Acesso em: 30 jul. 2026.

DIEHL, Astor Antônio. História em transe: Clio e seus artífices. In:___. **Cultura Histórica e Historiografia:** legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

ECKERT, Córdula. **O movimento de agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul:** 1960-1964. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. Dissertação de mestrado.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, Bernardo M. As lutas do povo Guarani-Kaiowá analisadas pelas geografias das diferenças **Revista NERA**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2025. DOI: 10.47946/rnera.v28i1.10815. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/10815. Acesso em: 25 maio. 2025.

FERNANDES, Bernardo M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO F., Francisco (org.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: propuestas y desafíos. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2014. p. 19–34. Disponível em: https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/328/agriculturas-campesinas-propuestas-y-desafios-web.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

FERNANDES, Bernardo M. Conflitualidades, reforma agrária e desenvolvimento. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun. 2014. DOI: 10.14393/RCT91827064. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/27064. Acesso em: 18 set. 2025.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo. **Reforma Agrária**, v. 1, p. 41-54, 2014.

FERNANDES, Bernardo M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2010, p. 76-83, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório social de América Latina** (Ed. Impressa), Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005a. Disponível em: < https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312111042/34MFernandes.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2026.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005b. Disponível em:< https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/564>. Acesso em: 12 de mar. 2026.

FERNANDES, Bernardo M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 1, p. 16–36, 2004. DOI: 10.11606/issn.1808-1150.v0i1p16-36. Disponível em: https://revistas.usp.br/agraria/article/view/75. Acesso em: 24 maio. 2026.

FERNANDES, Bernardo M. As lutas do povo Guarani-Kaiowá analisadas pelas geografias das diferenças. **REVISTA NERA**, [S. l.], v. 28, n. 1, 2025. DOI: 10.47946/rnera. v28i1.10815. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/10815. Acesso em: 10 mai. 2026.

FERNANDES, Bernardo M.; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Z; SODRE, Ronaldo B; PEREIRA, Lorena I. A Questão Agrária no Governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência [Dossiê Temático 'Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência']. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, p. 333-362, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787. Acesso em: 18 set. 2025.

FORTES, Amir B. **Geografia física do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1959.

FRANKLIN, Rodrigo S. P. **O que é superexploração**? Economia e Sociedade, v. 28, n. 3, p. 689–715, set. 2019. Disponível em:< https://doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art04>. Acesso em: 29 jun. 2025.

G1, Globo. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1 Política**. 22/05/2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml. Acesso em: 22 jun. 2026.

GAIGER, Luiz Inácio G. Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008a. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 01 set. 2025.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista/UNESP, campus de Presidente Prudente, 2008b.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Uma versão atualizada do mapa “O Brasil Agrário”. **REVISTA NERA,** [S. l.], v. 28, n. 3, 2025. DOI: 10.1590/1806-675520252811141. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/11141. Acesso em: 9 dez. 2025.

GOES, Valdemar da S. **Entre cruzes e bandeiras:** a Igreja Católica e os conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul (1960-2009). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2010.

GÖRGEN, Sérgio A. STÉDILE, João P. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: SCRITTA, 1993.

GÖRGEN, Sérgio A. **A resistência dos pequenos gigantes.** Petrópolis: Vozes, 1988.

GÖRGEN, Sérgio A. **Marcha ao Coração do Latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GÖRGEN, Sérgio A. **Para fazer análise de conjuntura.** 1ª ed. Candiota/RS: Instituto Cultural Padre Josimo, 2021.

GOTTWALD, Norman K. **As tribos de Yahweh:** Uma sociologia da Religião de Israel liberto 1250-1050 a.C. São Paulo: Paulinas, 1986.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 24-53, 2021. DOI: 10.47946/rnera. v0i57.8639. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8639. Acesso em: 25 mai. 2025.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira e ocupação do espaço**: a questão de Palmas com a Argentina e a colonização do Vale do Rio do Peixe – SC. São Paulo: Perse, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102011. Acesso em: 20 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnad-continua. Acesso em: 20 abr. 2026.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra**: sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã. São Paulo: Paulinas, 1961. Também disponível em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LORSCHEIDER, Aloísio. **Síntese do Documento de Puebla.** São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

KORALEWSKI, Rocheli. **Desertos de água:** representações sociais da barragem para jovens de municípios gaúchos atingidos pela usina hidrelétrica de Itá. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Erechim/RS, p. 226. 2024. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/7778.

MACHADO, Ironita A. Gerhardt, Marcos (org.). **História do mundo rural no sul do Brasil.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017.

MACHADO, Ironita A. Policarpo. **Indígenas, quilombolas e agricultores:** história e conflitos agrários no sul do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2018.

MARCON, Telmo. **Acampamento Natalino:** História da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: UPF, 1997.

MARCON, Telmo. **Experiência do Acampamento Natalino:** Uma releitura política e educativa. ANPEDSUL 2016. Curitiba: UFPR, 2016. Disponível em < http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/EIxo-3_TELMO-MARCON.pdf>. Acesso em 23/09/2019.

MARCON, Telmo. Experiência, memória e ação política: contribuições do Acampamento natalino. In: TEDESCO, João C. CARINI, Joel J. (org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

MARINS, José. **A Comunidade Eclesial de Base.** São Paulo: Edições Paulinas. [1979?].

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000a.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária, o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 11, n.2, p. 97-128, 2000b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/. Acesso em: 12/11/2024.

MARTINS, José de Souza. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: CPT (org.). **A luta pela terra, comissão pastoral da terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

MEDINA, Alfredo F. (org.). **A teologia se fez Terra.** Primeiro encontro Latino-Americano de Teologia da Terra. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1991.

MÉLIGA, Laerte D. & JANSON, Maria do Carmo. **Encruzilhada Natalino**. Porto Alegre: Vozes/Est, 1982.

MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J. e NORA, P. (org.). **História:** novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MONTEIRO, Paula (org.). **Deus na aldeia:** missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006.

MST. Caderno de formação Nº 27: **Mística:** uma necessidade no trabalho popular e organizativo. São Paulo, 1998.

MST/RS & PJR/RS. **Reforma Agrária com os pés no chão.** Passo Fundo: Berthier, 1986.

NAGAMINE, Renata; SILVA, Aramis L. A Religião como Língua Franca. Entrevista com Paula Montero. **Religião & Sociedade**, v. 44, n. 3, p. e440301, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rs/a/PbXNJL3gH78PR5J7krVSN6B/#. Acesso em: 25 maio. 2025.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** o major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online),** São Paulo, Brasil, v. 19, n. 2, p. 228–244, 2015a. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102776. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/102776. Acesso em: 18 set. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie continua. **Conflitos no Campo Brasil**, v. 2015, p. 28-42, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 3.; 2012, Bogotá. **Actas...**. Barcelona: Geocrítica, 2012. v. 1. p. 1-15. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf. Acesso em: 26 dez. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016. Disponível em: https://agraria.fflch.usp.br/ariovaldo-umbelino-de-oliveira. Acesso em: 26 dez. 2025.

PERANI, Cláudio. O início da Comissão Pastoral da Terra. In: POLETTO, Ivo. CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da Terra:** 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002.

POLETTO, Ivo. CANUTO, Antônio. **Nas pegadas do povo da Terra:** 25 anos da Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002.

POLETTO, Ivo. A CPT, a Igrejas e os camponeses. In: CPT, Comissão Pastoral da Terra (org.). **Conquistar a terra, reconstruir a vida:** CPT - dez anos de caminhada. Petrópolis: Vozes, 1985.

POLETTO, Ivo. **Brasil: Oportunidades Perdidas** – Meus Dois Anos no Governo Lula. Rio de janeiro: Garamond, 2005.

PORTO-GONÇALVES. Carlos W. Geografia da Violência contra a Pessoa no Campo Brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação. **Conflitos no Campo Brasil 2004**. Goiânia, GO, 2005. p. 142-156. Disponível em: https://cptnacional.org.br/. Acesso em: 02 jan. 2026.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outra verdade inconveniente – a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna. **Universitas Humanística**, Bogotá, nº. 66 jul.-dez, 2008. p. 327-365.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** A formação e o sentido do Brasil. 3ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Cia das letras, 1995.

ROCHA, José Humberto da. TEDESCO, João Carlos. MYSKIW, Antônio Marcos. (org.). **História dos Movimentos Sociais de luta pela terra no sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. A reinvenção capitalista do trabalho escravo no Brasil. **Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia, GO, 2008. p. 110-112. Disponível em: https://cptnacional.org.br/. Acesso em: 04 jun. 2026.

SANSONE, Livio. O sucesso e a crise da onda identitária no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 63, n. 3, p. e178846, 2020. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2020.178846. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/178846. Acesso em: 3 de maio. 2025.

SANTOS, Jael dos. A Igreja Católica, Regime Civil-militar e os conflitos sociais: Dom Agostinho José Sartori e a criação da CPT no Paraná. In: TEDESCO, J. C.; ROCHA, H. J.; MISKIW, A. (Org.). **História de Movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-80)**. Passo Fundo: Acervus, 2021. p. 215-237.

SANTOS, Affonso J. **Barão do Rio-Branco**: cadernos de notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

SCHWADE, Elisete. **Fronteiras conquistadas:** uma etnografia da luta pela terra no oeste catarinense. São Paulo: ANNABLUME, 2024.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. [1980]. Revista NERA. ano 8, n.7, jul./dez. 2005.

Presidente Prudente: NERA, 2005. p.1-21. DOI: 10.47946/rnera.v0i7.1456. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1456. Acesso em: 21 fev. 2026.

SILVA, Carlos Alberto F. MONTEIRO, Jorge Luiz G. **A Geografia Regional do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SIQUEIRA, Gustavo H. de. PAIM, Elison A. CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense. In: TEDESCO, J. C.; ROCHA, H. J.; MISKIW, A. (Org.). **História de Movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-80).** Passo Fundo: Acervus, 2021. p. 617-631.

SOUZA, Marcelo de B. **A Bíblia e a luta pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1985.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3ª Reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STÉDILE, João P. **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, guinada ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TEDESCO, João C. CARINI, Joel J. (org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980):** o Master, indígenas e camponeses. Porto Alegre: EST, 2007.

TEDESCO, João C. CARINI, Joel J. (org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TEDESCO, João C. VANIN, Alex A. (org.). **A Terra Indígena Borboleta:** múltiplas dimensões de um conflito agrário. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

TEDESCO, João. C.; ROCHA, Humberto. J.; SEMINOTTI, Jonas. J. (Org.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil**: questões contemporâneas. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

TEDESCO, João C.; ROCHA, Humberto J.; MISKIW, Antonio. (Org.). História de Movimentos sociais de luta pela terra no Sul do Brasil (1940-80). Passo Fundo: Acervus, 2021.

TEDESCO, JOAO C; DA SILVA, EMERSON N. Igreja Católica, questão agrária e a luta social no campo (1950-1980). **CADERNOS DO CEOM** (UNOCHAPECÓ), v. 33, p. 105-121, 2020. Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5211. Acesso em: 18 de setembro de 2025.

TEIXEIRA, Jorge L; COMERFORD, John; PERUTTI, Daniela C. Saberes, políticas e éticas da terra e do ambiente entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais: uma introdução. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 30, p. e2230109, 2022. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa30-1_st01. Acesso em: 18 de set. de 2025.

TYGEL, Alan F. MALDONADO, Emiliano. Pivato, Jakeline. Conflitos no campo e guerra química: os dados relacionados à contaminação por agrotóxicos no Brasil. In: **Conflitos no Campo – Brasil.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 2025. p. 116-130. Disponível em: https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil. Acesso em: 13 de abr. de 2025.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Domínios da história**. 5ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

WANDERLEY, Luiz J. LEÃO, Pedro Catanzaro R. COELHO, Tádzio P. A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro. In: **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2021. p. 158-169.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1983.

WEBER, Max. **A Política como Vocação e Ofício**. Petrópolis: Vozes, 2021.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 2000.

**FONTES BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Márcio M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BEOZZO, Oscar. **A Igreja do Brasil:** de João XXIII a João Paulo II; de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994. (Col. Igreja do Brasil).

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez povo.** Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CANUTO, Antônio. AGRONEGÓCIO: A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA QUE GERA EXCLUSÃO PELA PRODUTIVIDADE. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 5, p. 1–12, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i5.1466. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466. Acesso em: 18 set. 2025.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Creio na justiça e na esperança.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CODINA, Victor. **Teologia simbólica da terra.** Petrópolis: CPT/Vozes, 1996.

COMERFORD, John. Vigiar e narrar: sobre formas de observação, narração e julgamento de movimentações. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 57, n. 2, p. 107–142, 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/article/view/89110. Acesso em: 18 set. 2025.

CPT. **JOSIMO:** A velha violência da Nova República. Goiânia: CPT, 1986.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 50, p. 116–134, 2019. DOI: 10.47946/rnera.v0i50.6611. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6611. Acesso em: 12 abr. 2026.

MARIN, José Orlando Beviláqua; NEVES, Delma Pessanha. Campesinato e Marcha para Oeste: Apresentação. In: MARINS; NEVES (Org.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Joelson. **Raízes:** Memorial dos Mártires da Terra. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. SILVA, Marcelo Kunrath. Para além dos movimentos sociais: reflexões sobre a literatura brasileira da década de 2010. **Ciências sociais UNISINOS**. São Leopoldo, RS. Vol. 58, n. 1 (jan./abr. 2022), p. [11]-23. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/24033. Acesso em: 25 maio. 2025.

PERTUZ, Marcia A; MANÇANO FERNANDES, BERNARDO. Movimentos socioespaciais e socioterritoriais da América Latina: uma apresentação do dossiê do I Encontro Latino-americano de Movimentos Socioespaciais e Movimentos Socioterritoriais (I ELAMSS). **REVISTA NERA** (UNESP), v. 57, p. 09-23, 2021. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8638. Acesso em: 18 set. 2025.

PRETTO, Adão. **Queremos Reforma Agrária.** Petrópolis: Vozes, 1984.

RENK, Arlene. **A Luta da Erva**: um Ofício étnico da Nação Brasileira no Oeste Catarinense. 2ª ed. Chapeco: Argos, 2006.

RIBEIRO, Ana Maria M; ANTUNES, José Luiz C; CAMELLO, Lândhor B; SOUZA, Maria José A; SOUZA, William Kennedy A. OS CADERNOS DE CONFLITOS NO CAMPO DA CPT. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 18, n. 36, p. 404–429, 2020. DOI: 10.22409/tn.v18i36.42818. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42818. Acesso em: 29 dez. 2025.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz Análise de Conjuntura**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1991.

SOBREIRO FILHO, José; FERNANDES, Bernardo Mançano; PEREIRA, Danilo Valentin; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; LIMA, Diogo Marcelo Delben Ferreira de; PEREIRA, Lorena Izá; SILVA, Francisco Antonio da. O GOLPE NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ASPECTOS DO AVANÇO DA SEGUNDA FASE NEOLIBERAL NO CAMPO. **BOLETIM DATALUTA**, [S. l.], v. 11, n. 122, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52455. Acesso em: 18 set. 2025.

SILVA, A. L.; ARAÚJO, M. A. M. DE. "Fé na cultura": índios, missionários e códigos de mediação. **Horizontes Antropológicos**, v. 13, n. 27, p. 165–182, jan. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/wBPmxQXrjKk5kdq45B4zZ8s/. Acesso em: 25 maio. 2025.

SIMONETTI, M. C. L.; CAMARGO, A. Geografia dos Conflitos e Violência no Campo: os Dados dos Governos do Partido dos Trabalhadores. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.). Territórios, Movimentos Sociais e Políticas de Reforma Agrária no Brasil. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.97-121. DOI: https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983714-2.p97-121. Acesso em: 01 de dezembro de 2025.

TEDESCO, João Carlos. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: UPF, 1999.

TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 3, p. 133–160, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677. Acesso em: 25 maio. 2025.